

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

MARINA MIQUELINI FILIPPE

**Transexuais, travestis e transgêneros:  
diversidade e inclusão nas narrativas da Folha de S. Paulo**

São Paulo

2022

MARINA MIQUELINI FILIPPE

**Transexuais, travestis e transgêneros:  
diversidade e inclusão nas narrativas da Folha de S. Paulo**

**Versão Original**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

**Área de concentração:** Interfaces sociais da comunicação.

**Linha de pesquisa:** Comunicação: interfaces e institucionalidades.

**Orientador:** Prof. Dr. Paulo Nassar

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo  
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

---

Filippe, Marina Miquelini  
Transexuais, travestis e transgêneros:  
diversidade e inclusão nas narrativas da  
Folha de S. Paulo / Marina Miquelini  
Filippe; orientador, Paulo Nassar. - São  
Paulo, 2022.  
123 p.: il.

Dissertação (Mestrado) - Programa de  
Pós-Graduação em Ciências da Comunicação /  
Escola de Comunicações e Artes /  
Universidade de São Paulo.  
Bibliografia  
Versão original

1. transgênero. 2. transexual. 3. notícia.  
4. comunicação. 5. novas narrativas. I.  
Nassar, Paulo. II. Título.

CDD 21.ed. - 302.2

FILIPPE, Marina Miquelini. **Transexuais, travestis e transgêneros**: diversidade e inclusão nas narrativas da Folha de S. Paulo. 2022. 123f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

APROVADO EM:

Banca Examinadora:

Prof. Dr.           **Paulo Nassar**  
Instituição       Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo  
Julgamento       \_\_\_\_\_

Prof. Dr.           **João Luis Anzanello Carrascoza**  
Instituição       Escola Superior de Propaganda e Marketing  
Julgamento       \_\_\_\_\_

Profa. Dra.       **Ana Claudia Pompeu Torezan Andreucci**  
Instituição       Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Julgamento       \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

O trabalho acadêmico é, invariavelmente, um processo intenso. É preciso dedicação, cuidado, orientação e troca. E isto ficou ainda mais complexo com o início da pandemia da covid-19. Me lembro bem de encontrar o querido orientador Prof. Dr. Paulo Nassar pela primeira vez já como mestrande, assistir a uma aula e ouvir rumores sobre ter que assistir as seguintes de casa por conta de um vírus ainda desconhecido. Dito e feito. O mestrado ocorreu praticamente todo remoto, num apartamento de 45 metros quadrados no centro de São Paulo capital, trocando com pessoas que, assim como eu, assistiam as aulas de suas casas, mas em diferentes partes do país. Graças ao amor do professor pela educação, as coisas ficaram mais leves. Os acompanhamentos foram constantes e os ensinamentos valiosos. Nem mesmo aqueles dias em que as aulas aconteciam no período da noite, depois de horas de trabalho olhando para a tela, ficavam tão difíceis. Por essas e outras, a pessoa que primeiro agradeço aqui é o orientador Prof. Dr. Paulo Nassar, por ser tão compreensivo e gentil de viver esse momento com adaptações, o máximo de leveza possível e muito ensinamento para compartilhar.

Meu agradecimento se estende também a todos que fazem parte desta minha jornada na Universidade de São Paulo, desde a Prof. Dra. Claudia Lago que, durante uma disciplina que cursei como aluna especial, me abriu os olhos para a possibilidade do mestrado, até a Prof. Dra. Ana Claudia Pompeu Torezan Andreucci e o Prof. Dr. Luiz Alberto de Farias, que acompanharam a etapa de qualificação e tantas outras, como quando Farias me convidou para momentos especiais, ao exemplo de um seminário para a turma de doutorado da Universidade Metodista. Agradeço também aos membros do GENN - Grupo de Estudos Novas Narrativas, que me acolheram tão bem.

Em seguida, não posso deixar de agradecer quem, literalmente, esteve ao meu lado. Ricardo Dariva é a pessoa que me apoiou dentro de casa e, muitas vezes, organizou tudo para que eu pudesse me preocupar apenas com os estudos. É a pessoa que sempre preenche a casa de som, mas se esforçava para ser silenciosa e não invadir as aulas online ou os pensamentos desta dissertação. Sou muito grata por tê-lo comigo e poder contar com tanto apoio. Há alguns quilômetros de distância, mas sempre presente online – e até fisicamente quando passou a ser possível de novo após a vacinação – preciso agradecer a minha mãe, que me ensinou a ler e escrever quando eu tinha apenas quatro anos e ela trabalhava. O caderno de caligrafia, meu amigo nos momentos que eu não podia atrapalhá-la, foi o pontapé para entender o potencial do aprendizado

como chave para o crescimento pessoal e profissional. Aqui, não posso deixar de mencionar que fico feliz de ela ter terminado o Ensino Médio durante o período em que fiz o mestrado. Acredito na inteligência e força dela acima de tudo. Obrigada, mãe, por me inspirar e ensinar todos os dias o que não se aprende na sala de aula. Agradeço também ao meu irmão, pai, avós, tias, primas e todos os familiares que tanto me amam, apoiam e compreendem meus passos.

Essa jornada com certeza foi mais fácil com os amigos que não deixaram a solidão bater à porta, foram compreensivos com a ausência e reforçaram seu apoio e orgulho do meu trabalho e o caminho construído. Aqui não citarei nomes para não cometer injustiças. Agradeço também aos colegas de redação da EXAME, que promovem um trabalho árduo pela informação correta, cada vez mais inclusiva, e que me permitem explorar o tema da diversidade nas reportagens nestes mais de seis anos na empresa. Foi bastante importante também a flexibilidade no trabalho para conciliar com os estudos e avançar na área acadêmica.

Por último, mas tão importante quanto todos os outros citados aqui, agradeço imensamente à todas as pessoas LGBTI+, e especialmente trans, que me fizeram refletir do quanto não seria necessário mais um estudo feito por uma pessoa cisgênero de modo a apenas reforçar a curiosidade sobre os corpos trans. Obrigada as pessoas que promoveram questionamentos urgentes e necessários, e seguem lutando por mais direitos numa sociedade em que o atual governante busca violar a Constituição de diferentes formas, a fim de promover discursos de ódio e violências contra todos aqueles que são socialmente minorizados. À vocês, novamente, meu mais sincero obrigada, e o desejo de que este trabalho, focado nas narrativas, consiga promover mais inclusão, que não vise qualquer fetichismo e que, de alguma forma, auxilie no reforço de que precisamos de redações e outros ambientes mais diversos e inclusivos para avançarmos social e economicamente.

## RESUMO

FILIPPE, Marina Miquelini. **Transexuais, travestis e transgêneros: diversidade e inclusão nas narrativas da Folha de S. Paulo.** 2022. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

A dissertação analisa o conteúdo das notícias da Folha de S. Paulo quando mencionadas a palavra “trans”, em referência as pessoas transgênero, transexuais e travestis, nos meses de junho de 2019, 2020 e 2021. O período se deu por ser junho o Mês do Orgulho LGBTI+ (sigla para lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, intersexuais e mais denominações de gênero)<sup>1</sup>, pela existência do cargo de editora de diversidade do jornal, desde em maio de 2019, e incluir antes e durante a pandemia da covid-19. Por ser uma análise de conteúdo qualitativa, buscou-se entender o tratamento das pessoas trans como fontes, além dos temas abordados nas editorias cotidiano e ilustrada, cujas quais são onde houve maior quantidade de notícias com pessoas trans. A análise ocorreu a partir da metodologia indicada por autores como Bardin, Lago e Benetti, além do uso do software Iramuteq. A dissertação apresenta a história do movimento LGBTI+, as particularidades das pessoas trans, teorias sobre gênero e sexualidade a partir de autores como Butler e Bourdieu, além de práticas e metodologias de pesquisa em jornalismo e novas narrativas. Há considerações sobre o perfil dos jornalistas no Brasil, bem como sobre o modelo de negócio dos jornais.

**Palavras-chave:** transgênero; transexual; notícia; comunicação; novas narrativas

---

<sup>1</sup> A sigla sofre mudanças ao longo do tempo, atualmente, há siglas como LGBTQIA, que inclui também *queers* e assexuados. Este trabalho usa a sigla LGBTI+ em conformidade com o padrão adotado pela Organização Mundial das Nações Unidas

## ABSTRACT

FILIPPE, Marina Miquelini. **Transsexuals, transvestites and transgender people: diversity and inclusion in the narratives of Folha de S. Paulo.** 123f. Dissertation (Masters in Communications Science) – School of Communications and Arts, University of São Paulo, São Paulo, 2022.

The dissertation analyzes the content of Folha de S. Paulo news when the word “trans” is mentioned, about transgender people, transsexuals and transvestites, in the months of June 2019, 2020 and 2021. LGBTI+ Pride Month, due to the existence of the position of diversity editor of the newspaper, since May 2019, and including before and during the covid-19 pandemic. As it is a qualitative content analysis, we sought to understand the treatment of trans people as sources, in addition to the topics covered in the daily and illustrated editorials, which are where there was the greatest amount of news with trans people. The analysis was based on the methodology indicated by authors such as Bardin, Lago and Benetti, in addition to the use of the Iramuteq software. The dissertation presents the history of the LGBTI+ movement, the particularities of trans people, theories about gender and sexuality from authors such as Butler and Bourdieu, as well as research practices and methodologies in journalism and new narratives. There are considerations about the profile of journalists in Brazil, as well as about the business model of newspapers.

**Keywords:** transsexual; transgender; news; communication; new narratives.



## RESUMEN

FILIPPE, Marina Miquelini. **Transexuales, travestidos y personas transgénero: diversidad e inclusión en las narrativas de Folha de S. Paulo.** 123f. Disertación (Maestría en Ciencias de la Comunicación) – Escuela de Comunicaciones y Artes, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2022.

La disertación analiza el contenido de las noticias de Folha de S. Paulo cuando se menciona la palabra “trans”, en referencia a personas transgénero, transexuales y travestis, en los meses de junio de 2019, 2020 y 2021. Mes del Orgullo LGBTI+ (acrónimo de lesbianas, gays, bisexuales, transexuales, travestis, transgéneros, intersex y más denominaciones de género), debido a la existencia del cargo de editor de diversidad del diario, desde mayo de 2019, e incluso antes y durante la pandemia del covid-19. Al tratarse de un análisis de contenido cualitativo, se buscó comprender el tratamiento de las personas trans como fuentes, además de los temas abordados en las editoriales diarias e ilustradas, que es donde se registró la mayor cantidad de noticias con personas trans. El análisis se basó en la metodología indicada por autores como Bardin, Lago y Benetti, además del uso del software Iramuteq. La disertación presenta la historia del movimiento LGBTI+, las particularidades de las personas trans, teorías sobre género y sexualidad de autores como Butler y Bourdieu, así como prácticas y metodologías de investigación en periodismo y nuevas narrativas. Hay consideraciones sobre el perfil de los periodistas en Brasil, así como sobre el modelo de negocios de los periódicos.

**Palabras clave:** transexual; transgénero; noticias; comunicación; nuevas narrativas.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Perfil dos jornalistas brasileiros por cor/raça. ....	60
Figura 2 - Cor e raça dos jornalistas brasileiros por cargo. ....	61
Figura 3 – Nuvem de palavras da editoria cotidiano em 2019, gerada pelo Iramuteq. ....	89
Figura 4 - Análise de similitude da editoria cotidiano em 2019, gerada pelo Iramuteq.....	90
Figura 5- Nuvem de palavras da editoria cotidiano em 2020, gerada pelo Iramuteq.....	91
Figura 6 - Análise de similitude da editoria cotidiano em 2020, gerada pelo Iramuteq.....	92
Figura 7- Nuvem de palavras da editoria cotidiano em 2021, gerada pelo Iramuteq.....	94
Figura 8 - Análise de similitude da editoria cotidiano em 2021, gerada pelo Iramuteq.....	94
Figura 9 - Nuvem de palavras da editoria cotidiano ao consolidar os anos de 2019, 2020 e 2021, gerada pelo Iramuteq .....	95
Figura 10 - Análise de similitude da editoria cotidiano ao consolidar 2019, 2020 e 2021, gerada pelo Iramuteq .....	96
Figura 11 - Nuvem de palavras da editoria ilustrada em 2019, gerada pelo Iramuteq.....	98
Figura 12 - Análise de similitude da editoria ilustrada em 2019, gerada pelo Iramuteq.....	98
Figura 13 - Nuvem de palavras da editoria ilustrada em 2020, gerada pelo Iramuteq.....	99
Figura 14 - Análise de similitude da editoria ilustrada em 2020, gerada pelo Iramuteq.....	100
Figura 15 - Nuvem de palavras da editoria ilustrada em 2021, gerada pelo Iramuteq.....	101
Figura 16 - Análise de similitude na editoria ilustrada em 2021, gerada pelo Iramuteq.....	102
Figura 17 - Nuvem de palavras da editoria ilustrada ao consolidar os anos de 2019, 2020 e 2021, gerada pelo Iramuteq .....	103
Figura 18 - Análise de similitude da editoria ilustrada nos anos de 2019, 2020 e 2021, gerada pelo Iramuteq.....	103
Figura 19 - Nuvem de palavras das 39 notícias analisadas, gerada pelo Iramuteq .....	105
Figura 20 - Análise de similitude das 39 notícias, gerada pelo Iramuteq.....	105

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Termos de gênero, orientação sexual e relacionados .....	29
Quadro 2 - Notícias excluídas da análise de conteúdo .....	82
Quadro 3 - Hipóteses que nortearam a análise das notícias .....	86
Quadro 4 - Pré-análise de conteúdo das notícias selecionadas.....	87
Quadro 5 - Tratamento do material .....	87

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Quantidade de notícias por editoria com a palavra trans.....	84
Tabela 2- Termo, frequência e tipo gramatical (gerados pelo Iramuteq) – Cotidiano, 2019 .....	88
Tabela 3 - Termo, frequência e tipo gramatical (gerados pelo Iramuteq) – Cotidiano, 2020 .....	90
Tabela 4 - Termo, frequência e tipo gramatical (gerados pelo Iramuteq) – Cotidiano, 2021 .....	92
Tabela 5 - Termo, frequência e tipo gramatical (gerados pelo Iramuteq) - Ilustrada, 2019.....	97
Tabela 6 - Termo, frequência e tipo gramatical (gerados pelo Iramuteq) - Ilustrada, 2020.....	99
Tabela 7- Termo, frequência e tipo gramatical (gerados pelo Iramuteq) - Ilustrada, 2021 .....	100
Tabela 8 - Termo, frequência e tipo gramatical (gerados pelo Iramuteq) - Todo o corpus.....	104

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a.C Antes de Cristo

ABGLT Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Aids Acquired Immunodeficiency Syndrome (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, em tradução livre)

ADJ Adjetivo

ALGBT Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

ASTRAL Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro

ATRAS Associação das Travestis de Salvador

CID Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde

CLT Consolidação das Leis do Trabalho

Covid-19

DSM Manual Diagnóstico Estatístico de Transtorno Mental

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

ENTLAIDS Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta e Prevenção à AIDS

FIVB Federação Internacional de Voleibol

GBT Grupo Brasileiro de Transexuais

GLS Gays, Lésbicas e Simpatizantes

GLT Gays, Lésbicas, Trans

HIV Human Immunodeficiency Virus (Vírus da Imunodeficiência Humana, em tradução livre)

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IX EBGLT 9º Encontro Brasileiros de Gays, Lésbicas e Travestis

LGBT Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros

LGBTI+ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Intersexuais e mais denominações de gênero

MEI Micro Empreendedor Individual

MGL Movimento de Gays e Lésbicas

MTC Movimento Transexual de Campinas

NOM Nome

NR Não Reconhecidas

OMS Organização Mundial da Saúde

PDT Partido Democrático Trabalhista

PJ Pessoa jurídica

PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PSOL Partido Socialismo e Liberdade

STF Supremo Tribunal Federal

STJ Supremo Tribunal de Justiça

SUS Sistema Único de Saúde

TSE Tribunal Superior Eleitoral

UNIDAS Associação das Travestis na Luta pela Cidadania

VER Verbo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2 O OBJETIVO E O CORPUS DA DISSERTAÇÃO</b> .....	18
2.1 A FORMAÇÃO DOS CAPÍTULOS .....	19
<b>3 SEXUALIDADE E O GÊNERO NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE</b> .....	21
3.1 IDENTIDADE SEXUAL E DE GÊNERO .....	26
3.2 MOVIMENTOS LGBTI+ E A CONTEMPORANEIDADE.....	31
<b>4 MEMÓRIA E NARRATIVA SOBRE LGBTI+</b> .....	33
4.1 TRANSGÊNEROS, TRANSEXUAIS E TRAVESTIS DENTRO DA SIGLA LGBTI+ ..	39
<b>5 A CONQUISTA E A LUTA PELA ASSEGURAÇÃO DE DIREITOS</b> .....	45
5.1 A VISIBILIDADE E A EXPOSIÇÃO DOS CORPOS TRANS .....	51
<b>6 PROCESSOS JORNALÍSTICOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL</b> .....	59
6.1 O PERFIL E AS CONDIÇÕES DOS JORNALISTAS NO BRASIL .....	59
6.2 A PRODUÇÃO DA NOTÍCIA NA CONTEMPORANEIDADE .....	66
6.3 A FOLHA DE S. PAULO E O TRATAMENTO DE DIVERSIDADE .....	72
<b>7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	78
7.1 PERFIL DA PESQUISA .....	79
7.2 SELEÇÃO DO CORPUS E ETAPAS INICIAIS DE ANÁLISE .....	81
7.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO: TRANS NA FOLHA DE S. PAULO.....	85
7.3.1 Editoria Cotidiano – análises de cada ano.....	88
7.3.2 Editoria Cotidiano – análise consolidada de 2019, 2020, 2021 .....	95
7.3.3 Editoria Ilustrada – análises de cada ano .....	97
7.3.4 Editoria Ilustrada – análise consolidada de 2019, 2020, 2021 .....	102
7.3.5 Análise de todo o corpus .....	104
7.4 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	106
7.4.1 Interpretação dos resultados em Cotidiano .....	106
7.4.2 Interpretação dos resultados em Ilustrada .....	110
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	113
8.1 PESSOAS TRANS NAS NOTÍCIAS NA FOLHA DE S. PAULO.....	114
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	117

## 1 INTRODUÇÃO

A compreensão da diversidade sexual e de gênero é essencial para a construção de interfaces sociais e de seus aspectos organizativos. Por meio disto, pode-se compreender os impactos educacionais e econômicos que perpassam os diferentes gêneros, bem como seus privilégios e representações, incluindo a mídia neste contexto de construção social para além da reprodução da realidade.

A priori, é preciso haver a compreensão das relações de gênero. O entendimento, pelas diferenciações entre masculino e feminino, por exemplo, deriva de uma construção social, pois “supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de ‘homens’ se aplique exclusivamente a corpos masculinos ou que o termo ‘mulheres’ intérprete somente corpos femininos” (BUTLER, 2003, p. 24). A cultura, segundo Butler, condiciona as definições de sexo e de gênero; e, assim, ambos conceitos podem ser livres ou fixos. Deste modo, a dissertação foca nas narrativas no jornal brasileiro Folha de S. Paulo que apresentem fontes cuja identidade de gênero difere da qual lhe foi atribuída por outros ao nascer, independentemente da sua orientação sexual.

Discutir as relações de gênero e suas representações na mídia deve considerar também as diferenças sociais e políticas relacionadas ao tema por um processo cultural e histórico. Para Bourdieu (2005) o gênero está ligado às questões de poder e dominação social, bem como as necessidades de controle dos corpos e as condições tidas como aceitas. A reflexão epistemológica da dissertação também considera os processos produtivos de construção da notícia, que para Schmitz (2010) é como a construção da própria realidade, em vez do reflexo dela. Os relatos de acontecimentos relevantes impõem uma ordem social, na qual os jornalistas associam a credibilidade de uma fonte à posição hierárquica. Além disso, a notícia influencia tomadas de decisão e práticas sociais, contribuindo para a dita construção da realidade.

Ao analisar a Folha de S. Paulo após a nomeação de uma editora de diversidade, em maio de 2019, para “trabalhar de modo transversal na redação, atuando na discussão de pautas, na diversidade de enfoques, buscando ampliar as fontes ouvidas”<sup>2</sup>, pode-se perceber se o objetivo

---

<sup>2</sup> FOLHA cria editoria com missão de estimular diversidade em reportagens. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 abr. 2019. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/folha-cria-editoria-com-missao-de-estimular-diversidade-em-reportagens.shtml>. Acesso em: 07 mar. 2021.



inicial foi cumprido ao analisar os meses de junho, quando se comemora o Mês do Orgulho LGBTI+ (sigla para lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, intersexuais e mais denominações de gênero)<sup>3</sup>, de 2019, 2020 e 2021, contemplando antes e durante a pandemia da Covid-19 no Brasil. Optou-se por analisar os mesmos meses de anos diferentes para compreender se a nomeação de um cargo executivo pode tornar a diversidade um valor a ser observado recorrentemente e requerido na construção das pautas.

A escolha do veículo se deve também por outros aspectos como: ter a redação baseada na cidade de São Paulo, grande abrangência nacional, um manual de redação disponível para consulta do que se é delimitado no modelo institucional, sendo utilizada para a dissertação a edição mais recente, de 2021 quando a Folha de S. Paulo completou cem anos e, pela primeira vez considerando a existência do cargo de editora de diversidade, uma vez que o manual anterior é datado de 2018. É importante frisar que não houve uma análise do manual de redação e que o mesmo foi utilizado como uma referência para um melhor resultado da dissertação.

As notícias com pessoas trans foram escolhidas como amostra da dissertação também devido a minha experiência de seis anos exercendo a função de repórter na EXAME, dedicando-me a tratar de questões de diversidade (de gênero, pessoa com deficiência, orientação sexual e étnico-racial) no ambiente de trabalho, especialmente em grandes empresas, e na sociedade em geral, a partir de recortes macroeconômicos. Ao ser a repórter responsável pela a apuração do Guia EXAME de Diversidade nas suas três primeiras edições, que pontuaram empresas e apresentaram as melhores práticas nas quatro categorias citadas anteriormente, pude perceber como as empresas inscritas realizam ou não programas específicos de contratação e inclusão de pessoas trans. A terceira edição deste guia, por exemplo, como uma reportagem especial dentro de uma edição impressa regular de EXAME, recebeu inscrições de 193 empresas, 97 mais do que na segunda edição e 84 mais do que na primeira. O que indicou um maior interesse das instituições empresariais na temática e prática da diversidade a partir de políticas de contratação, retenção e respeito aos colaboradores. Ainda sobre o Guia EXAME de Diversidade e sua relação com o interesse na presente pesquisa, a melhor compreensão sobre a diversidade sexual e de gênero se deu logo na primeira edição quando se percebeu que as pessoas transexuais, transgêneros e travestis são ainda

---

<sup>3</sup> A sigla sofre mudanças ao longo do tempo, atualmente, há siglas como LGBTQIA, que inclui também *queers* e assexuados. Este trabalho usa a sigla LGBTI+ em conformidade com o padrão adotado pela Organização Mundial das Nações Unidas

as mais marginalizadas entre tantos grupos sociais, sendo que LGBTI+ apareceu nas pesquisas, coordenadas pelo Instituto Ethos, como o grupo com menor quantidade de práticas de equidade e inclusão dentro das organizações, algo ainda mais crítico quando se trata exclusivamente de pessoas trans. Segundo os executivos de companhias entrevistadas à época isto se dá por conta da não obrigatoriedade de declaração da orientação sexual e de gênero. Consultores por mim procurados apontaram que este discurso pode ser uma falácia uma vez que é possível contabilizar dados como o uso do nome social para pessoas trans, além de dados de casais homoafetivos em planos de saúde oferecido pelas empresas e outros indicadores. Além disto, é importante mencionar que a presente dissertação visa compreender as narrativas utilizadas em um veículo jornalístico de forma a contribuir socialmente no modo como fazemos jornalismo, buscando entender se as notícias têm sido mais representativas e também respeitosas. Pensando nisto, são apresentadas informações sobre o fazer jornalístico a partir de autores como Traquina. O objeto central de estudo é, de fato, a narrativa das notícias publicadas no período indicado, tendo abordado a história das pessoas trans e do movimento LGBTI+ de modo a contextualizar dados e indicadores para, então, se aprofundar em como as informações foram publicadas. Este trabalho não tem a pretensão de ser fetichista ou exploratório de modo pejorativo com pessoas trans. Ouvi de pessoas trans que elas estão cansadas de serem objetos de estudo de pessoas cisgênero e a partir desta importante compreensão reforço que todo o conteúdo sobre pessoas LGBTI+ aqui presente é utilizado de modo a contextualizar socialmente e propor que pessoas cisgênero sejam mais compreensivas e respeitosas. Não tenho também a pretensão de me sentir uma pessoa salvadora ou algo neste sentido, mas sim propor a identificação da narrativa no maior jornal do país para que, entendendo essa produção e resultado, possamos ser mais inclusivos, gerando visibilidade positiva na grande mídia.

## **2 O OBJETIVO E O CORPUS DA DISSERTAÇÃO**

A pesquisa foi concebida, como dito anteriormente, a partir de observações sobre a presença (ou a falta) de pessoas trans em espaços institucionais e, mais tarde, foi compreendida a necessidade de relacionar essa observação com o jornalismo, a partir do entendimento de que o jornalismo traz o fato e narra parte dos acontecimentos históricos. A partir desta premissa, foi compreendido que o objetivo geral da dissertação é analisar as notícias da Folha de S. Paulo com pessoas trans em um período determinado (junho de 2019, junho de 2020 e junho de 2021) e se há uma abordagem mais inclusiva nas notícias com pessoas trans na Folha de S. Paulo, sendo o objeto a de estudo a compreensão das notícias com pessoas trans na Folha de S. Paulo a partir de tal recorte. Já os objetivos específicos são: a) análise do conteúdo das notícias com pessoas trans; b) delimitação de como e em quais editorias essas notícias aparecem; c) entender como a presença de uma editoria de diversidade pode influenciar essas narrativas; d) entender se a Folha de S. Paulo tem sido mais inclusiva nas notícias com pessoas trans, tendo assim uma evolução da narrativa; e) entender se as notícias da Folha de S. Paulo acompanham os movimentos das pessoas trans na sociedade.

Em uma rápida pesquisa pelo site da Folha de S. Paulo para começar a responder as perguntas, encontrou-se no período de 01/06/2019 a 29/02/2020 o seguinte: 317 resultados quando se busca o termo “trans”; 172 para “transexual”, 147 para “transexuais”, 76 para “travesti”, 1010 para “travestis”, 83 para “transgênero”, 55 para “transgêneros”. No total, 906 resultados. Ali, percebeu-se que seria mais coerente escolher um período menor, partindo então para o recorte do Mês do Orgulho LGBTI+, junho, e ampliando também para o ano de 2021, considerando assim desde a existência do cargo de editora de diversidade, criado em maio de 2019, até diferentes períodos da pandemia da covid-19. A partir disto, outros recortes foram realizados, até que foram selecionadas de fato as notícias das editorias cotidiano e ilustrada, também pela recorrência das notícias nessas duas categorias. Deste modo, o corpus formado é de 39 notícias, que foram selecionadas e analisadas de fato, com os procedimentos metodológicos mais detalhados nos capítulos finais desta dissertação.

## 2.1 A FORMAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Diante dos pontos apresentados anteriormente, no capítulo 2, Sexualidade e gênero na formação da sociedade, serão abordados os conceitos contemporâneos de sexo e do gênero a fim de não só delimitar o uso das palavras, como também compreender como estes estão atrelados a organização das sociedades, especialmente da ocidental. Para isto, é preciso compreender as identidades sexuais e de gênero, as quais os indivíduos se auto denominam, e suas implicações na alteridade. A partir disto, conhece-se aqueles que fazem parte da sigla LGBTI+ a partir do processo histórico de formação de um grupo e a busca pelos seus direitos. E, em seguida, no capítulo 3, Memória e Narrativa sobre LGBTI+, aborda-se o recorte específico para transexuais, travestis e transgênero na intenção de compreender a participação dentro do movimento LGBTI+ ocidental, especialmente no Brasil e a partir da segunda metade do século XX. Posteriormente, no capítulo 4, A conquista e a luta pela asseguaração de direitos, se contextualiza não apenas os indivíduos em sua comunidade, mas também em um sistema social mais abrangente a fim de entender como são então colocados, podendo ser, por exemplo, marginalizados ou exaltados. É possível realizar este entendimento a partir dos direitos a eles concedidos, bem como o real acesso aos serviços e oportunidades públicas e privadas a partir das descrições nas notícias. No capítulo 5, Processos jornalísticos e condições de trabalho no Brasil, estuda-se o fazer notícia a partir da compreensão do valor notícia, a escolha de pauta e fontes, bem como seu destaque dentro dos veículos. São abordados neste capítulo também as condições de trabalho dos jornalistas e a ainda baixa diversidade nas redações, de acordo com a pesquisa que será apresentada. Nesta parte também são citados alguns aspectos da Folha de S. Paulo relevantes para a dissertação, como as novidades de inclusão de grupos socialmente minorizados e a visão disseminada na organização por meio de publicações como o Manual de Redação, além da criação de um cargo específico de editora de diversidade. No penúltimo e sexto capítulo, Procedimentos metodológicos, são apresentadas informações da amostra de pesquisa, técnicas de análise de conteúdo e resultados encontrados. Já no capítulo 7, Conclusões, é consolidado o resultado da pesquisa a partir do esclarecimento de como se dá a presença de transexuais, travestis e transgêneros na Folha de S. Paulo e como parte dessa narrativa e seus processos de comunicação podem contribuir para o reforço de narrativas inclusivas na sociedade contemporânea brasileira.

A pesquisa bibliográfica da presente dissertação é publicada em seguida, e visa orientar o leitor da dissertação a partir das referências usadas nos seguintes assuntos: identidade de gênero, orientação sexual, história do movimento LGBTI+, da invisibilidade às conquistas de direitos das travestis, transexuais e transgêneros, teorias da comunicação, imprensa no Brasil, LGBTI+ na imprensa, análise de conteúdo, análise específica sobre a Folha de S. Paulo e a cobertura com a presença de narrativas com pessoas trans<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Em diferentes trechos da pesquisa considera-se o uso do termo “pessoas trans” para designar travestis, transgêneros e transexuais. Não com a intenção de apagar alguma destas categorias, mas sim consolidá-las como aquelas que em determinado momento assumiram uma transição de gênero.

### 3 SEXUALIDADE E O GÊNERO NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE

Os estudos acerca do gênero e da sexualidade visam compreender suas inscrições ao longo da história, para além de conceitos, como também a influência do gênero e do sexo nas relações sociais, nos rituais, nas relações de poder, entre outros. Assim, primeiramente, é preciso considerar as relações etimológicas e culturais sobre sexo e gênero. “O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado” (BUTLER, 2003, 25). Isto porque há uma noção de sexo para a determinação de macho e fêmea, ou de masculino ou feminino, de modo que a dualidade é posta em uma construção pré-discursiva. Dito isto, entende-se sexo<sup>5</sup> como uma conformação física, orgânica, celular, particular que permite distinguir o homem e a mulher, atribuindo-lhes um papel específico na reprodução. Enquanto gênero tem por definição a diferença entre homens e mulheres que, construída socialmente, pode variar segundo a cultura, determinando o papel social atribuído ao homem e à mulher e às suas identidades<sup>6</sup>. De acordo com Butler:

Colocar a dualidade do sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas. Essa produção do sexo como pré-discursivo deve ser compreendida como efeito do aparato de construção cultural que designamos como gênero. (...) Em algumas explicações, a ideia de que gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscrito em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Neste caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (BUTLER, 2003, p. 25 – 26).

Assim, em relação ao sexo e para além do binarismo é preciso considerar também a existência dos indivíduos intersexuais<sup>7</sup>, aqueles que naturalmente e concomitantemente

<sup>5</sup> Definição segundo o dicionário de Oxford. Acesso em: 03 jul. 2020.

<sup>6</sup> Definição segundo o dicionário Dicio. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/genero/>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

<sup>7</sup> Segundo Fausto-Sterling (2005, p.52) os tipos mais comuns de intersexualidade são: Hiperplastia Congênita Adrenal: Causas: geneticamente herdada, o que implica o mau funcionamento de uma ou das seis enzimas envolvidas nos processos de produção dos hormônios esteróides. Características clínicas básicas: Em crianças podem causar a masculinização das genitálias ou alterações, que são visíveis no momento do nascimento, se não forem tratadas podem causar masculinização até a puberdade ou no início da puberdade. Síndrome da insensibilidade ao andrógino: Causas: Geneticamente herdada, o que modifica a superfície de recepção da célula em relação à testosterona. Características clínicas básicas: crianças XY nascem com genitálias muito feminilizadas. O corpo é “cego” em relação à presença da testosterona, as células não fazem uso da testosterona, o que ocasiona o desenvolvimento das características masculinas. Até a adolescência as crianças desenvolvem seios e formas corporais femininas. Disgenia Gonadal: Causas: Várias causas, nem todas genéticas.

desenvolvem características tidas como masculinas e femininas. O desenvolvimento da intersexualidade, contudo, não se dá exclusivamente no nascimento, e pode ocorrer também em outras fases na vida, como na adolescência ao exemplo de quando uma pessoa tida como do sexo feminino passa a desenvolver barba<sup>8</sup> e descobre outros aspectos da intersexualidade.

Existindo categorizações de sexualidade e gênero para além de uma tentativa de organização social baseada em controle e binarismo, é preciso considerar o sentido da construção social e o contexto nos quais sexo e gênero estão inseridos de forma que não se tornem ahistóricos ou mesmo um imposto sobre o outro, como aponta Scott.

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. Apesar do fato dos(as) pesquisadores(as) reconhecerem as conexões entre o sexo e o que os sociólogos da família chamaram de “papéis sexuais”, aqueles(as) não colocam entre os dois uma relação simples ou direta. O uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1995, p.75).

Além disso, compreende-se que as categorizações acerca de gênero e de sexo mudam ao longo da história e possuem diferentes entendimentos de acordo com os estudos propostos e culturas nas quais estão inseridos.

Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal.

---

Características clínicas básicas: se refere a indivíduos (em geral, XY) cujas gônadas não se desenvolvem direito. As características clínicas básicas são heterogêneas. Hiposplastia: Causas: Várias causas, incluindo alterações no metabolismo da testosterona. Características clínicas básicas: A uretra não acaba na ponta do pênis. Em suas formas mais leves, a abertura é “tímida” na ponta do pênis, em suas formas mais moderadas, é alongada até a haste, e, em suas formas mais severas pode abrir a base do pênis. Síndrome de Turner: Causa: mulheres com falta do cromossomo X. Características clínicas básicas: é uma forma de disgenesia gonadal em mulheres. Os ovários não se desenvolvem; essas mulheres têm estatura baixa, carência de estrógeno e hormônios do crescimento. Síndrome de Klinefelter: Causa: Homens com cromossomo extra (XXY). Características clínicas básicas: é uma forma de disgenesia que causa a infertilidade. Depois da puberdade, freqüentemente, o peito e os ombros se alargam, o tratamento inclui terapia da testosterona.

<sup>8</sup> CANADENSE se descobriu intersexual ao ganhar barba e menstruar aos 12 anos. **BBC News Brasil**, 25 abr. 2016. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160425\\_alec\\_linda\\_intersexual\\_fd](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160425_alec_linda_intersexual_fd). Acesso em: 28 mar. 2021.

Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero (BUTLER, 2003, p. 28).

O sexo é alvo de entendimento e normatização desde o nascimento, e faz parte de toda a vida do indivíduo. De acordo com Freud<sup>9</sup> (1895, apud Santos e Fortes, 2013, p. 133) a sexualidade nos acompanha em toda a vida e, ao nascer, o ser humano é dependente e vulnerável, que precisa descarregar suas excitações endógenas e ter suas necessidades satisfeitas. Ao longo da vida, os atos se tornam mais claros perante daquilo que são tidos como sexuais e fazem com que os indivíduos passem a se identificar com determinadas orientações sexuais, como heterossexual, aquele que tem atração sexual por pessoas do sexo oposto; homossexual, aquele que tem atração sexual por pessoas do mesmo sexo; e bissexual, aquele que tem atração sexual por pessoas do sexo oposto e por pessoas do mesmo sexo. Há ainda outras orientações sexuais. A atração sexual e a sexualidade vão além do desejo e das necessidades biológica ou fisiológica como aponta Freud e fazem parte da representação do indivíduo no mundo, de modo a ser uma questão de saúde pública, sendo que para Egypto (2003)<sup>10</sup>:

A sexualidade forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado dos outros aspectos da vida. Sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso, é a energia que motiva a encontrar o amor, o contato e a intimidade e se expressa na forma de sentir, na forma de as pessoas tocarem e serem tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e tanto a saúde física como a mental. Se a saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada como um direito humano básico (EGYPTO, 2003, p. 15-16).

A sexualidade dá origem às formas de expressão individuais a partir de características, sentimentos e ações. E, ao perceber isto, parte da sociedade passa a punir atos sexuais e os prazeres do corpo. Isto se dá por um entendimento de que é necessário conter atitudes não apenas privadas, mas que possam consciente e inconscientemente incitar determinados comportamentos coletivos. Deste modo, são aderidas práticas que têm como finalidades específicas a adestração de grupos a fim de configurar a sociedade a partir daquilo que se entende como correto em diferentes organizações como as escolas, famílias, igrejas e mais. Há nessas construções, segundo Foucault (1987, p. 197), os seguintes imperativos: de saúde ao adestrar corpos vigorosos; de qualificação ao obter oficiais competentes; político ao formar militares obedientes; e de moralidade ao prevenir a

---

<sup>9</sup> FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica. In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud** (v. I, pp. 381-456). Rio de Janeiro: Imago, [Publicado originalmente em 1895].

<sup>10</sup> De acordo com a Organização Mundial de Saúde (1975).



devassidão e a homossexualidade. Assim, “de um modo geral, na junção entre o “corpo” e a “população”, o sexo tornou-se o alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida, mais do que da ameaça de morte” (FOCAULT, 2012, p. 160). A sexualidade é então um denominador regulado, com o intuito de adestramento individual para, conseqüentemente, coerção social. É também importante para definir quais espaços as pessoas ocupam. Na sociedade patriarcal brasileira, por exemplo, é comum que os homens majoritariamente autodenominados como heterossexuais dominem a política<sup>11</sup>, a liderança das empresas<sup>12</sup> e outros ambientes autoritários a partir de um imperativo de qualificação, na qual aqueles tidos como masculinos são vistos como mais bem preparados para ocupar os espaços e posições de domínio das organizações públicas e privadas. É importante ressaltar que estes casos consideram adequados e qualificados aqueles que além de masculinos são cisgêneros<sup>13</sup>, ou seja, os que se identificam com o gênero atribuído ao nascer.

A atribuição é assinalada pelos outros desde antes do nascimento, na gestação, quando, por exemplo, se pré-definem nomes relacionados aos sexos masculinos ou femininos. No Brasil há exemplos contemporâneos como a prática do “chá-revelação”, um ritual na qual os pais são surpreendidos ao saber o sexo do bebê a partir de objetos com cores como azul ou rosa, identificando que o bebê é então um menino ou menina, respectivamente. A prática, que muitas vezes é organizada por familiares e amigos, visto que os pais são surpreendidos, é reforçada pela institucionalização do que se compreende como gênero em uma sociedade pautada pelo binarismo. Outros exemplos que reforçam esses conceitos partem do alto escalão de uma hierarquia, como do governo federal. Um deles ocorreu quando a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, apareceu dizendo que “há uma nova era no Brasil, na qual menino veste azul e menina veste rosa”.<sup>14</sup> Em outro momento no mesmo mês, janeiro de 2019, o presidente Jair

---

<sup>11</sup>VIEIRA, Helena; JANONE, Lucas. Brasil é 142º na lista internacional que aponta participação de mulheres na política. **CNN**, Rio de Janeiro, 23 nov. 2021. CNN Plural. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/brasil-e-142-na-lista-internacional-que-aponta-participacao-de-mulheres-na-politica/>. Acesso em: 08 dez. 2021.

<sup>12</sup>BIGARELLI, Barbara. Número de CEOs mulheres aumentam, mas homens dominam substituições. **Valor Econômico**, 17 jan. 2020. Carreira. Disponível em: <https://valor.globo.com/carreira/noticia/2020/01/17/numero-de-ceos-mulheres-aumenta-mas-homens-dominam-substituicoes.ghtml>. Acesso em: 08 mar. 2021.

<sup>13</sup>Definição de cisgênero, segundo o dicionário Dicio. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cisgenero>. Acesso em: 09 abr. 2021.

<sup>14</sup>Menino veste azul e menina veste rosa, diz Damares. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jan. 2019. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares.shtml>. Acesso em: 09 mar. 2021.

Messias Bolsonaro declarou publicamente “guerra à ideologia de gênero”, em referência a “defesa de uma família natural”, expressão que aponta a instituição familiar composta por um homem, por uma mulher e por seus filhos.<sup>15</sup> Ademais, o gênero segue embarcado em esforços de grupos sociais que busca definir uma norma. “Os esforços para desnaturalizar a sexualidade e o gênero têm como seus principais inimigos os quadros normativos da heterossexualidade compulsória que operam na naturalização e retificação das normas heterossexuais” (BUTLER, 2003, p.165). De acordo com Bento (2019), as falas de Damares Alves também remetem a uma moralidade heteronormativa, que julga ser moral apenas as relações heterossexuais e utilizam a noção do suposto ideal pautado em estruturas que abominam a existência de LGBTI+ e exaltam ideias patriarcais nas quais não só uma sexualidade é tida como correta, como também o gênero feminino deve ser imposto como submisso ao masculino. O que Bento diz é:

Damares, talvez não intencionalmente, coloca em discurso séculos de história de construção do feminino como lugar da abjeção. Ao falar de feminismo como uma expressão de mulheres mal-amadas e feias, provoca-se uma reincitação da produção diferencial dos femininos. O belo estaria identificado com a ordem, a moralidade heteronormativa. A própria Damares se constitui como referência de feminilidade (BENTO, 2019, p. 196).

Este tipo de fala mais conservadora costuma aparecer na cobertura dos jornais no país e são um contraponto com a cobertura jornalística de narrativa mais inclusiva. Além disso, exemplifica-se então como o gênero e a sexualidade não se limitam as práticas e categorias individuais, mas sim em todo um contexto social, normativo e que a partir disto exalta ou reprime determinados grupos. Para Bourdieu (2005) ao se discutir as relações de gênero, não se pode deixar de lado as referências biológicas, todavia, a grande diferença socialmente estabelecida se dá por meio de um processo histórico, influenciado por produções e reproduções incorporadas e, muitas vezes, naturalizadas, confirmando a hierarquia de processos de dominação nas relações. Deste modo, o gênero, considerado binário por muitos, está ligado às questões como poder, dominação social, necessidade de controle dos corpos e imposições das condições de comportamentos naturalizados e tidos como socialmente aceitos. Novamente, compreende-se no Brasil atual a heterossexualidade e a cisgeneridade como a norma, aquilo que deve ser tido como o normal e o padrão, sendo que todos aqueles que não fazem parte dessas categorizações passam a ser

---

<sup>15</sup> SUDRÉ, Lu. Ao declarar guerra à “ideologia de gênero”, Bolsonaro elege inimigo que não existe. **Brasil de Fato**, 09 jan. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/09/ao-declarar-guerra-a-ideologia-de-genero-bolsonaro-elege-inimigo-que-nao-existe>. Acesso em: 09 mar.2021.

marginalizados e, mais do que isso, sofrem uma espécie de aval para que esta marginalização seja legitimada a partir de discursos e atos negativos e violentos.

### 3.1 IDENTIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Ao longo da história há diversos estudos sobre as definições de gênero e como o termo se adapta aos contextos e culturas. “No seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir na qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995, p.72). Assim sendo:

A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O “gênero” sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade. As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico (SCOTT, 1995, p.72).

Ao longo do tempo, vai se entendendo como os estudos de gênero compreendem não apenas as vidas das mulheres e a presença delas em diferentes aspectos organizacionais, mas também como a interação social com os homens compõem os cenários analisados, além de que os gêneros não são exclusivos às pessoas cisgênero. Tendo isto em vista, historiadores feministas passaram a utilizar uma série de abordagens na análise do gênero, que, de acordo com Scott (1995) podem ser resumidas em três posições teóricas:

A primeira, uma tentativa inteiramente feminista, empenha-se em explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no interior de uma tradição marxista e busca um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias angloamericanas de relação do objeto, se inspira nessas diferentes escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (SCOTT, 1995, p. 77).

Assim, “o termo gênero é, na verdade, a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria e representa as relações sociais entre homens e mulheres e como os sexos se organizaram, dividem tarefas e funções através do tempo e das relações de poder” (AMORIM; TORRES, 2012, p. 380). Estas relações ganharam uma nova forma a partir da revolução industrial, que incorporou o trabalho da mulher na história recente, levantando uma série de lutas em busca de direitos e equidade em relação aos homens, ampliando a atuação e os estudos feministas e, por conseguinte, das diferenças de gênero para além do binarismo, incluindo conceitos de performatividade de gênero e transgeneridade.

Dito isto, deve-se considerar também as conquistas referentes a concepção das identidades sexuais. Apesar de, obviamente, a sexualidade sempre estar presente na história, com descrições de relações sexuais entre pessoas do sexo oposto e do mesmo sexo em diferentes períodos, é do século XIX que se tem os primeiros registros dos pensamentos contemporâneos acerca do tema. Mais do que identificar as diferentes sexualidades, essas observações cumpriram um papel de ordem por meio da punição. Um exemplo se dá na época vitoriana, que ainda é refletida atualmente, quando “a sexualidade das mulheres era severamente regulada para assegurar a pureza” (WEEKS, 2000, p.13). Sendo ainda, de modo geral, o ato sexual considerado impuro em sociedades como dos Hindus e dos Walbiri da Austrália Central, como diz Douglas, valendo lógica semelhante também para outras sociedades.

Existem crenças, por exemplo, segundo as quais cada um dos sexos constitui um perigo para o outro quando entram em contacto por meio dos fluidos sexuais. De acordo com outras crenças, apenas um sexo é posto em perigo pelo contacto com o outro, geralmente o sexo masculino pelo sexo feminino, mas, por vezes, o inverso. No domínio sexual, estas noções de perigo são a expressão de uma simetria ou de uma hierarquia. É pouco provável que exprimam qualquer aspecto da relação real entre os sexos (DOUGLAS, 2014, p.8).

Essa relação, então, se dá de modo a organizar a sociedade e assim a faz desde os primórdios.

Nas culturas primitivas, a distinção entre os sexos é, quase por definição, a primeira de todas as distinções sociais de maneira que muitas instituições importantes assentam permanentemente na distinção entre os sexos. Se a estrutura social fosse pouco organizada, homens e mulheres poderiam ceder aos seus caprichos, escolher e abandonar os seus parceiros sexuais sem consequências graves para a sociedade. Mas se a estrutura social primitiva for rigorosamente articulada exercerá, quase inevitavelmente, uma profunda influência sobre as relações entre homens e mulheres. As noções de poluição destinam-se precisamente a obrigar os homens e as mulheres a desempenharem os seus papéis (DOUGLAS, 2014, p. 103).

Na sociedade brasileira, e em semelhantes, a noção de impureza está para a mulher assim como também está diretamente atrelada a prática e o desejo homossexual. A partir deste contexto, encontram-se as primeiras noções da existência da homossexualidade. Fausto-Sterling (2001) data de 1896 a primeira aparição da expressão “homossexual”. Weeks (2000) concorda, mas há divergências em qual contexto a inscrição se deu, podendo ser em um texto de um reformador do direito alemão que visou criminalizar práticas de sodomia ou a um escritor austro-húngaro que fazia justamente o contrário de acordo, respectivamente, com os pesquisadores. Desde então, a sociologia e outras ciências passam a medir, analisar e compreender o comportamento sexual humano incluindo o conceito de homossexualidade, bem como certificar-se de que há mudanças na expressão social da sexualidade ao longo do tempo e, que apesar das definições já propostas,

não se pode limitar as concepções como verdades universais e atemporais – o mesmo valendo para as denominações de gênero. De acordo com Fausto-Sterling (2001) existem modelos multidimensionais de homossexualidade.

Fritz Klein, por exemplo, criou uma escala com sete variáveis (atração sexual, comportamento sexual, fantasias sexuais, preferência emocional, preferência social, autoidentificação e estilo de vida homo/hetero) superpostas no tempo (passado, presente e futuro). Apesar disso, uma equipe de pesquisadores, analisando 144 estudos de orientação sexual, publicados no *Journal of Homosexuality* entre 1974 e 1993, descobriram que só 10% deles utilizavam uma escala multidimensional de homossexualidade. Aproximadamente 13% usavam uma única escala, em geral alguma versão dos números de Kinsey, e o resto usava a auto-identificação (33%), preferência sexual (4%), comportamento (9%) ou – o que é chocante, tratando-se de publicação científica – não descreviam seus métodos com clareza (31%) (FAUSTO-STERLING, 2001, p. 32).

Isto mostra como mesmo na história recente, no século XX, houve pouco critério e padronização nos estudos de homossexualidade o que pode também impactar nos estudos de transexualidade e gênero. De todo modo, a partir da regulação dos corpos das mulheres e dos homossexuais, pode-se também considerar uma regulação semelhante – ou ainda mais perversa – em relação as pessoas transexuais, especialmente quando mulheres trans. Compreendendo então as noções de gênero e sexualidade é importante frisar que as pessoas transgênero, certamente não se identificam com o gênero ao qual lhe foi atribuído, e podem ter diferentes orientações sexuais. Ou seja, uma mulher transexual pode ser heterossexual, bissexual, homossexual ou ter qualquer outra orientação sexual independente da sua identidade de gênero, mas que basta o fato de ser trans para ser fortemente alvo das regulações sociais, como aponta Reif.

A identidade de gênero da pessoa fala só sobre como ela se identifica, mas não diz nada sobre as pessoas de quem ela gosta. É a orientação sexual que trata do gostar. Explicando: Uma mulher trans é uma mulher. Se ela sentir atração exclusivamente por homens, ela é uma mulher trans heterossexual. Se ela gostar só de mulheres, ela é lésbica. E se gostar dos dois, bissexual (REIF, 2019).

Para se pensar nas concepções de gênero e de orientação sexual. Vieira e Loureiro (2016) apresentam as seguintes definições:

Quadro 1- Termos de gênero, orientação sexual e relacionados

Cisgênero	pessoa que se identifica com o gênero designado a ela no nascimento
Crossdresser	pessoa que usa roupas associadas ao gênero diferente daquele designado a ela na hora do nascimento
Drag queen e Drag king	artista performático (a) que se veste com roupas femininas (queen) ou masculinas (king), para apresentações, independentemente do gênero
Intersexual	pessoa que nasceu com genitália ambígua, antigamente chamada de hermafrodita
Não binária	não se identifica com o gênero masculino nem com o feminino
Pansexual	aquele que sente atração sexual por pessoas, independentemente do gênero
Transgênero / Transexual	pessoa que não se identifica com o gênero determinado no nascimento
Travesti	É como transexual, mas usado como afirmação política em razão do estigma enfrentado pelos travestis no país.

Fonte: Vieira e Loureiro (2016).

Além do mais, é importante frisar que, apesar de comporem a mesma sigla, as pessoas transexuais, transgêneros e travestis são assim referidas por suas identidades de gênero, enquanto as lésbicas, gays e bissexuais podem ser cisgêneros, ou seja, aquelas na qual o gênero corresponde ao atribuído no nascimento, e fazem parte da sigla LGBTI+ de acordo com as orientações sexuais. Assim, são transexuais, travestis e transgêneros são:

As pessoas que foram designadas no nascimento, a partir de seu genital, de forma diferente da qual se identificam. Isto é, mulheres transexuais e travestis foram designadas homens no nascimento, enquanto homens trans foram designados mulheres. As pessoas

cisgêneras, em contrapartida, identificam-se com o gênero que lhes foi designado (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018, p.306).

Há inúmeras identidades de gênero. O governo de Nova Iorque, por exemplo, reconhece 31 identidades<sup>16</sup>, sendo três delas centralizadas neste estudo: transgênero, transexual e travesti (muitas vezes sinalizadas apenas pelo prefixo trans).

As formas rituais e os ritos permitem que as pessoas transexuais sejam assim reconhecidas devido as normas culturais nas quais estão inseridas e a repetição dessas representações por meio de pessoas que anteriormente se assumiram trans e travestis, seja por meio de tratamentos hormonais, cirúrgicos e ou concepções sociais, isto porque não há uma regra em relação ao seguimento de um ou mais ritos como os citados para que a pessoa seja trans, o que vale de fato é uma autoidentificação e denominação. Ainda em relação aos rituais, são os considerados situações que promovem a consciência e o reconhecimento do fato a partir da produção, encenação ou mudança. “Para os grupos, assim como para os indivíduos, viver é continuamente desagregar-se e reconstituir-se, mudar de estado e de forma, morrer e renascer. É agir e depois parar, esperar e repousar, para recomeçar em seguida a agir, porém de modo diferente” (GENEPP, 2011, 160). Enquanto que “rituais podem ser vistos como performance, sempre balizado pela cultura local, com envolvimento de audiência e do poder organizacional” (NASSAR; FARIAS; POMARICO, 2019, p. 2019).

Especificamente no caso da transição de gênero, a identificação e entendimento está vinculada ao entendimento da existência dos diferentes gêneros, mas também a chancela de organizações que classificam e consideram sua existência, como as instituições de saúde e mídia, ambas diretamente ligadas ao fato de que definição dos corpos tem relação com as escalas sociais de poder. E que é possível entender como os corpos normatizados, em sua maioria de cisgêneros e de heterossexuais, são considerados os que estão acima quando se trata de tais escalas.

---

<sup>16</sup> **Gender Identity/Gender Expression:** Legal Enforcement Guidance. New York City Commission on Human Rights. 2022. Disponível em: <https://www1.nyc.gov/site/cchr/law/legal-guidances-gender-identity-expression.page>. Acesso em: 14 mar. 2021.

### 3.2 MOVIMENTOS LGBTI+ E A CONTEMPORANEIDADE

A história contemporânea do movimento LGBTI+ é marcada por muita luta em busca de visibilidade, respeito e direitos. Um dos fatos que mais marca a memória do movimento ocorreu em 28 de junho de 1969, quando uma batida policial no bar Stonewall Inn, situado na Christopher Street, 53, na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos, gerou uma série de confrontos entre tais policiais e os frequentadores do local, na maioria LGBTI+, que após o incidente percorreram a cidade em passeatas e reivindicaram seus direitos por dias a fio.

The Stonewall Inn foi palco da pior batida de polícia de sua história e viveu seu momento final. [...] Faz-se desnecessário pontuar que todos os anos de invisibilidade e opressão finalmente explodiram no confronto com a polícia. Um ano depois, com a intenção de comemorar as revoltas de Stonewall, [aconteceu] a passeata do Orgulho Gay tomou conta das ruas da cidade de Nova York (BERUTTI, 2010, p. 40).

O conflito violento que durou cerca de seis dias é um marco importante na história da militância LGBTI+ e, assim como passeata com cerca de dez mil LGBTI+ que lembraram no ano seguinte a Rebelião de Stonewall pelas ruas de Nova Iorque, num ritual que deu origem ao Dia do Orgulho LGBTI+ até hoje celebrado em 28 de junho. É evidente ainda que outras organizações existiram antes nos Estados Unidos, como a Mattachine Society<sup>17</sup>, fundada por um grupo de comunistas em 1950 como uma sociedade secreta em Los Angeles, que até sua extinção em 1967 passou por diferentes líderes, chegando a sair do anonimato, publicar periódicos, mas também deixar de ter os fundadores como membros em determinado momento. “Stonewall é o ponto alto de uma narrativa que começou a se desenhar décadas antes. Em 1924, surge nos Estados Unidos a primeira organização gay. Tratava-se de uma experiência bastante embrionária, inspirada pelo que já havia acontecido na Alemanha alguns anos antes” (SALES, 2017, p.35). Foi, por exemplo, na capital alemã Berlim, em 1919, que o Dr. Magnus Hirschfeld fundou o Instituto de Pesquisa Sexual, um espaço também de acolhimento e aconselhamento aos gays e lésbicas, considerando que ainda não havia clareza sobre a transexualidade, frequentadores também de muitos bares e cafés locais conhecidos pela liberdade dos homossexuais. Contudo, o grupo e os representantes do Instituto sofreram repressão a partir da década de 1930, especialmente a partir do nazismo e, com isto, foram

---

17 MCHUGH, Jess. What Was It Like to Be an LGBTQ Activist Before Stonewall. **Time**, 25 jun. 2019. Disponível em: <https://time.com/longform/mattachine-society>. Acesso: 16 mar. 2021.



perdidos importantes registros daquilo que são consideradas as primeiras intervenções cirúrgicas de redesignação sexual, como de Dora Richter e Lili Elbe.

As pessoas trans foram essenciais nestes movimentos, mesmo que por vezes elas ainda não fossem denominadas como travestis, transgêneros ou transexuais. Na Revolta de Stonewall, por exemplo, sabe-se que “ao invés de fugir, eles, liderados por travestis, trancaram os policiais no bar, incendiaram e atiraram pedras e garrafas quando os policiais tentavam sair”. (OKITA, 2007, p. 73). Na ocasião, a ação era capitaneada por, por exemplo, Marsha P. Johnson que se autodenominava *drag queen*, mas que é apontada por como trans, ao exemplo do que diz a página inicial do Instituto Marsha P. Johnson “Como o *transness* está agora mais acessível ao mundo, apresentar o Instituto para pessoas trans negras que estão resistindo, lutando para sobreviver e procurando por uma comunidade se tornou uma necessidade evidente”<sup>18</sup>, isto se deve ao fato de que este termo [*transgender*/ transgênero] não era amplamente usado<sup>19</sup> antes do falecimento de Marsha, em 1992, aos 46 anos, em “circunstâncias obscuras”<sup>20</sup> quando seu corpo foi encontrado no Rio Hudson, Marsha ficou conhecida pela sua forte atuação pelos direitos LGBTI+ por cerca de 25 anos por meio de diferentes organizações como *Sweet Transvestite Action Revolutionaries*, especialmente ao lado de sua amiga Sylvia Rivera, autodenominada *drag queen*, mas também mais tarde reconhecida como uma mulher trans.<sup>21</sup> Riveira tinha 17 anos na Revolta de Stonewall e por vezes é creditada por atirar o primeiro coquetel molotov na polícia, inspirando outros a fazerem o mesmo. Em 2001, ela afirmou não ter jogado o primeiro, mas sim o segundo. Durante sua vida seguiu como ativista, inclusive por meio do projeto de Lei Sylvia Rivera, que trabalhou para garantir “que todas as pessoas sejam livres para autodeterminar sua identidade e expressão de gênero, independentemente de renda ou raça, e sem enfrentar assédio, discriminação ou violência”<sup>22</sup>. Riveira faleceu em 2002.

---

<sup>18</sup> The Marsha P. Johnson Institute. Disponível em: <https://marshap.org/about-mpji/>. Acesso em 16 mar.2021.

<sup>19</sup> A presente pesquisa não tem nenhuma pretensão de denominar alguém, sabendo que as pessoas trans são autodenominadas e não cabe a mais ninguém assim fazê-lo. As considerações levantadas são referidas conforme os estudos acerca do movimento e das pessoas citadas.

<sup>20</sup> CHAN, Sewell. Marsha P. Johnson: a transgender pioneer and activist. NY Times, 2018. Obituaries. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2018/obituaries/overlooked-marsha-p-johnson.html>. Acesso em 16 mar. 2021.

<sup>21</sup> Essa mudança está associada a evolução do movimento, sendo que elas “desafiavam um feminino pré-moldado, no qual só mulheres cisgêneras podiam exibir. Muitas ainda se viam como gays efeminados” (NERY, 2018, p. 395).

<sup>22</sup>Person - Sylvia Rivera. Disponível em: <https://www.nps.gov/people/sylvia-rivera.html>. Acesso em 9 abr. 2021.

#### 4 MEMÓRIA E NARRATIVA SOBRE LGBTI+

Stonewall faz parte da memória do movimento LGBTI+ também pela divulgação das fotografias daquela semana de rebelião. Ao passo que, fotografias que remontam esses momentos acabam revelando detalhes daquela época que precisavam de visibilidade. Além disso, são tidas como objetos de reconhecimento de luta de um movimento, que acabou “substituindo a mudança social por uma mudança de imagem” (SONTAG, 2004, p. 195 apud ROMÃO; CAVALCANTE, 2017, p.11)<sup>23</sup>.

A marcação da data pelos relatos falados, escritos, fotografados e mais tarde exibidos em documentários e séries televisivas protege o fato do esquecimento e o organiza socialmente. “O falar por meio do relato da experiência transformado em um abrigo que protege o narrador das intempéries e dos efeitos de crimes contra a humanidade e do esquecimento, numa abrangência que se estende da esfera doméstica até as esferas organizacional e social” (NASSAR, 2016, p.82).

Essas experiências quando não só vividas, mas também narradas, se tornam parte de um processo cultural em constante evolução, chegando até mesmo a se tornar um marco, um ritual de comemoração, por meio de uma data celebrada anualmente em todo o mundo, como caso da Revolta de Stonewall e, mais tarde, isto se ritualiza e culmina no Dia Mundial do Orgulho LGBTI+. O ritual como narrativa é conceituado por Nassar e Farias.

Em um primeiro enquadramento conceitual pode-se falar em narrativas da experiência. Estão presentes em todas as culturas, como processos de identificação e afirmação dessas culturas e de seus integrantes. Em um segundo enquadramento conceitual pode-se falar em memórias rituais. Essas narrativas rituais e da experiência – marcadas na memória humana – podem se caracterizar como sagradas ou profanas (NASSAR; FARIAS, 2018, p. 348).

Novamente, é claro que por mais efervescentes que tenham sido os diferentes movimentos sociais, como os citados, houve muita luta e história anterior, bem como seguinte, lembradas e registradas também pela oralidade.

Cabe ao oralista recordar-se dos compromissos públicos que significam os empreendimentos na seara da memória e valorizar criticamente os elementos empíricos. A história oral tem o poder de estabelecer a convivência de quando se pode escutar os mais variados grupos humanos em diferentes redes verbalizadas; além disso, na multiplicidade das ideias, no âmbito do pluralismo, deve-se ver a mediação da história oral como gesto empático que não prescinde, é claro, da análise, dos questionamentos. (GATTAZ; BOM MEIHY; SEAWRIGHT, 2019, p. 13).

<sup>23</sup> SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. [Publicado originalmente em 1977, EUA, pela Farrar, Straus & Giroux].

A história oral está diretamente atrelada ao processo de formação da memória coletiva a partir de experiência de vida e expressões subjetivas. Para o pesquisador, se faz uso da história oral e da memória também por meio de ferramentas de trabalho como documentos originais e pesquisas baseadas na ciência.

No Brasil, a oralidade está presente na construção da memória do movimento LGBTI+ e tem, especialmente nos últimos cinquenta anos, registros de estudos dos atos em prol de direitos, fim de estigmatização acerca da HIV, sigla em inglês para o vírus da imunodeficiência humana, e visibilidade em meio a Ditadura Militar (1964-1985), uma vez que “o movimento homossexual, como era chamado na época, tem seu surgimento registrado pela literatura no final dos anos 1970” (FACCHINI, 2009, p. 138). Estudos apontam ainda que os movimentos homossexuais lutam, ao longo dos anos, por diferentes causas a partir de diferentes associações, como as de gays, de lésbicas, de travestis, e assim por diante, que se dividiam pelas suas regiões ou mesmo particularidades como orientação sexual e de gênero, além da divergência de pensamentos.

Os primeiros estudos sobre o movimento homossexual no Brasil surgem nos anos 1980 e têm por objetivo a descrição e análise das formas de associação homossexual que haviam emergido, sobre tudo no eixo Rio-São Paulo, na segunda metade da década anterior [...] Os primeiros anos de atuação do movimento homossexual no Brasil já permitem admitir uma heterogeneidade de engajamentos e práticas na trajetória (BULGARELLI, 2017, p 29).

Os movimentos ganham força após seguintes episódios de enorme violência e repressão policial. No governo autoritário da Ditadura Militar brasileira, por exemplo, era comum que homossexuais e travestis fossem alvo da violência policial por serem considerados subversivos e imorais.

Em certo momento em São Paulo (1976), por exemplo, era obrigatório para as travestis a posse dos documentos demandados para qualquer cidadão (identidade e carteira de trabalho), mas também o porte de cópia que deveria ficar retida com a polícia (...) foram estabelecidas formas de medir o copo das travestis, recolher suas imagens para averiguação a fim de determinar quão perigosas elas poderiam ser. O risco que ofereciam, nas palavras da Polícia, era de perverter e incentivar a juventude, além de propagar abomináveis práticas (VIEIRA; FRACCAROLLI, 2018, p. 365).

Uma das operações “de limpeza em São Paulo”, comandada pelo delegado José Wilson Richetti, e composta por um grupo de 20 delegados e 100 investigadores, em um só dia prendeu 172 pessoas. Na ocasião o delegado falou à Folha de S. Paulo sobre quem havia sido preso: “homossexuais, prostitutas, travestis e um indivíduo com posse ilegal de arma”<sup>24</sup>. Cinco dias depois, em 27 de maio de 1980, mais 700 pessoas foram presas, e novamente, segundo o relato do

<sup>24</sup> **Folha de S. Paulo**, 23 de maio de 1980, p. 9 apud (OCANHA, 2018, p. 82).

delegado na Folha de S. Paulo, a maioria era prostituta, travestis e homossexuais.<sup>25</sup> É importante perceber ainda que, segundo o autor Ocanha as travestis foram o alvo principal de Richetti, e também as que tiveram a maior cobertura da grande imprensa, mas todo o grupo LGBTI+ fora afetado. Neste contexto, acontece no Brasil aquilo que já foi chamado de “Stonewall brasileiro” (CAMARGOS, 2018, p 422).

Tratava-se do protesto contra o delegado Richetti, que promovia uma ampla operação de “limpeza social” no centro de São Paulo, concentrando-se nas ruas que compunham o “gueto” gay da cidade e prendendo arbitrariamente prostitutas, homossexuais e travestis. A manifestação convocada pelos movimentos homossexual, negro e feminista reuniu cerca de 1000 pessoas, que percorreram algumas das principais ruas do centro da cidade (FRANÇA, 2006, p. 78 apud CAMARGOS, 2018, p. 422)<sup>26</sup>.

E somente com a Constituição de 1988 e a implantação da Defensoria Pública o argumento da contravenção penal de vadiagem perde força (OCANHA, 2018, p. 90), mesmo que as violências continuem ocorrendo de algumas formas. Naquela década diversos outros grupos de luta pelos direitos homossexuais e travestis surgiram pelo Brasil -- sendo que o primeiro grupo do país é o Turma OK, surgido em 1962. No ano 1980, por exemplo, houve o nascimento do Grupo Gay da Bahia, a organização em prol dos direitos LGBTI+ com mais anos em atividade, que segue até os dias atuais. Posteriormente, outras marchas também ocorreram, como quando em 1995, uma manifestação que reuniu 3500 pessoas em Copacabana, no Rio de Janeiro (CAMARGOS, 2018, p 424). E, 1996, quando, em 28 de junho, 150 pessoas se reuniram na Praça Roosevelt, em São Paulo, em um ato que começou a articular a primeira Parada, a ser realizada um ano depois.

Após uma passeata realizada no final de IX EBGLT (Encontro Brasileiros de Gays, Lésbicas e Travestis – realizado em São Paulo com a presença de 30 grupos], em 1997, alguns militantes do Corsa começaram a planejar um evento de maior porte, em comemoração ao 28 de junho daquele ano. Esses militantes articularam em torno dessa proposta alguns grupos de São Paulo e passaram a realizar as reuniões preparatórias do evento, batizado de Parada do Orgulho GLT, que acabou se realizando com cerca de dois mil participantes (FACCHINI, 2005, p.196).

É importante citar a existência da parada brasileira porque ela tem intuito semelhante ao da americana: ocupar o espaço público após um histórico de violência e repressão. Segundo Camargos (2018), essa conquista pôs na rua de maneira informal o corpo considerado grotesco e, de uma forma a não ser comparado com um Carnaval fora de época. “O dia da parada funciona como uma catarse para a purificação, para a renovação, o nascimento para o novo (...) Neste

<sup>25</sup> Folha de S. Paulo, 27 de maio de 1980, p. 11 apud (OCANHA, 2018, p. 83).

<sup>26</sup> FRANÇA, I.L. **Um breve histórico.** In: COSTA NETTO, F. (org.) Parada: 10 anos de orgulho GLBT em São Paulo. São Paulo: Editora Produtiva; Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, 2006, p. 78.

momento, é comum ver uma travesti, uma drag ou um mascarado (a) tirando foto com mães, com crianças ou casais” (CAMARGOS, 2018, p. 431). Ainda de acordo com o autor:

A festa da parada não representa o fim dos preconceitos e da violência que toda a população LGBT brasileira sofre, a cura da aids ou a conquista de todos os direitos. No entanto, o fato de sairmos às ruas em pleno dia para comemorar/rememorar é uma vitória simbólica sobre o medo e a paranoia da morte: se antes nos escondíamos de tudo, inclusive para morrer, pois a aids era o grande monstro, hoje buscamos nos mostrar para viver, pois o espírito da f(r)esta nutre a vida de esperança, sobretudo em momentos de golpes (CAMARGOS, 2018, p. 434).

A dualidade entre vida e morte, saudável e doente, puro e impuro está bastante presente nas narrativas em relação aos LGBTI+. “Poderia pensar-se que, numa cultura profundamente impregnada de noções de contágio e de purificação, o indivíduo se encontra oprimido por categorias rígidas de pensamento cuja manutenção depende do auxílio de punições e de regras de evitamento” (DOUGLAS, 2014, p. 9) e, se pensarmos na sociedade brasileira e nas punições que sofrem a população LGBTI+ simplesmente por serem quem são, com ataques que, no limite, atentam contra a vida, a noção de purificação durante a Parada traz a noção de fazer parte de algo, dentro de uma sociedade cheia de costumes tidos como ideais, e também aqueles considerados profanos, como os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo e a transição de gênero. Neste momento, ser aceito pelo outro e celebrar a própria vida, individualmente ou em comunidade, reforça a necessidade que todos temos de nos sentirmos parte de algo e, de alguma forma, respeitados a partir de uma noção que inclui aspectos daquilo que é tido como puro.

No Brasil, a narrativa que construía uma noção de impureza e pecado acerca da homossexualidade fez, inclusive, que ela fosse considerada uma doença, como se seguiu até fevereiro de 1985, quando o Conselho Federal de Medicina deixou de enquadrar a homossexualidade no código 302.0 e passando para o código 2062.9, “outras circunstâncias psicossociais”, ao lado de categorias como desemprego e tensões psicológicas. Além disso, anteriormente, em 1973, o Conselho Federal de Medicina já havia proposto a retirada da homossexualidade do Manual de Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais (CAETANO; NASCIMENTO; RODRIGUES, 2018, p. 282). De acordo com Caetano, Nascimento e Rodrigues (2018), os movimentos anteciparam a Organização Mundial da Saúde que só em 1990 retirou a homossexualidade da lista de doenças mentais.

Neste cenário, também se desenrola a epidemia da Aids, a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, doença crônica causada pelo vírus HIV transmitido pelo contato com sangue, sêmen e fluídos vaginais infectados. Sendo inegável que a estigmatização acerca do homossexual e da Aids

foi incorporado nos movimentos homossexuais, sobretudo na década de 1990 e, conseqüentemente, nas narrativas nas quais estavam inseridos perante os governos, opinião pública e mídia. “As primeiras políticas públicas brasileiras cujo foco é homossexuais têm por ocasião o combate à epidemia do HIV/Aids no início dos anos 1990” (FACCHINI, 2005, p. 136). Os homossexuais não conseguiam desassociar sua existência e visibilidade da epidemia uma vez que sua imagem estava diretamente ligada a ela pela construção da narrativa noticiada nacionalmente por diferentes veículos de comunicação e reforçada por instituições como as religiosas. “A agregação da doença nos discursos religiosos aprofundava a ideia de que o amor homossexual era pecado e que, portanto, a Aids seria o castigo de Deus” (CAETANO; NASCIMENTO; RODRIGUES, 2018, p. 285). Isto fez, inclusive, que pessoas heterossexuais fossem, por outros, denominadas LGBTI+, sem qualquer fundamento para além do achismo a partir da contaminação com o vírus e a associação da opinião pública entre a doença e a homossexualidade.

Mais uma vez, a vida privada dos homossexuais passou a ser escancarada na sociedade, reforçada também pela imagem de artistas e pessoas públicas expostas na mídia, como ocorreu com o cantor Cazuza, que teve sua situação exposta, por exemplo, na Revista Veja em abril de 1989, na reportagem de capa “Cazuza: uma vítima da Aids que agoniza em praça pública”<sup>27</sup>.

Repercutindo os noticiários com chamadas que alertavam a população a respeito de uma “peste gay”, a popularização de um imaginário recheado de estigmas apelativos a uma (re) patologização da homossexualidade passou a exigir respostas de uma militância que se viu forçada a conviver com a morte súbita dos seus (BULGARELLI, 2017, p.31).

Neste cenário, a HIV/Aids mobilizou ainda mais o movimento LGBTI+, que ganhou mais força no Brasil a partir do nascimento de diferentes grupos que se espalharam pelo país chegando a mais de 150 há cerca de 15 anos.

Entre 1984 e 1991 os Encontros Nacionais do movimento restringiram-se a cerca de cinco entidades participantes em cada um dos eventos, 1992 parece ser um ano de grande expansão para o movimento, que se torna crescente a partir de então. Ao VIII Encontro Nacional, realizado em 1995, compareceram 40 grupos GLT. Em 1998, a maior rede de organizações ativistas brasileiras – a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – listava 68 entidades GLT brasileiras num documento preparado para um evento internacional. Ao final de 2006, 141 entidades LGBT estavam listadas entre as afiliadas à ABGLT, número que subiu para 157 no início de 2007 (FACCHINI, 2009, p. 138).

Ainda segundo a Associação, atualmente são mais de 300 entidades LGBTI+ no Brasil, elas organizam cerca de 250 Paradas e mais de 500 ações anuais de visibilidade, incluindo todas

---

<sup>27</sup> Cazuza: uma vítima da Aids que agoniza em praça pública. **Revista Veja**, São Paulo: Editora Abril, v. 22, n. 17, 26.abril/1989. Capa. apud (CAETANO; NASCIMENTO; RODRIGUES, 2018, p. 288).

as capitais<sup>28</sup>. Apesar do crescimento, há de se considerar que não foi tão simples uma organização combativa e integrada. Isto porque havia tensões internas sobre as estratégias de visibilidade dos grupos. E, segundo Caetano, Nascimento e Rodrigues, mesmo com toda a pluralidade do movimento, a visibilidade é, naquele momento e ainda hoje, ancorada na projeção do homem gay. Um exemplo da divisão dentro do próprio movimento é que, apenas em 2017, a ABGLT passou a ter sua primeira presidente travesti, a Symmy Larrat.

A proliferação discursiva sobre a epidemia da AIDS, a insurgência das organizações não-governamentais, as políticas de financiamento contra o HIV, o interesse mercadológico com nicho gay iniciado nos fins dos anos de 1990 e as investidas do mercado midiático contribuíram para a “pluralidade” e a massificação da visibilidade no imaginário social e foram fundamentais porque deslocaram os discursos sobre a população LGBT de seus marcadores estigmatizados. Contudo, há de se verificar que a projeção entre as identidades não ocorreu da mesma forma e na mesma intensidade. O próprio deslocamento de “bicha”, “sapatão” e “trava” ou “boneca”, nomenclaturas popularmente usadas para designar LGBT, será no sentido de apagar estes marcadores referenciais de performatividades (CAETANO; NASCIMENTO; RODRIGUES, 2018, p. 291).

A organização da militância foi essencial para algumas conquistas. Uma delas, por exemplo, foi a demanda pela não-discriminação por orientação sexual, segundo Facchini, sendo a Constituinte de 1987-8, um movimento que colocou em cena a mobilização da categoria “orientação sexual”. Outra, em seguida, foi de acordo com Nery, o movimento de travestis e transexuais que conseguiu a partir da década de 1990 apoio e dinheiro para organizar a prevenção e combate à doença junto ao Ministério da Saúde.

Em 1992, foi fundada a primeira organização política de travestis da América Latina, no Rio de Janeiro, a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL). Foi uma resposta decorrente da violência policial, principalmente nos locais de prostituição daquela cidade. Em 1993, as travestis e trans mulheres se auto-organizaram, e criaram o ENTLAIDS – Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na luta contra a AIDS (NERY, 2018, p. 396).

Assim, entende-se que, aos poucos, para diminuir ou até mesmo acabar com estigma da HIV/Aids as organizações de saúde e políticas públicas tiveram de envolverem plenamente toda a população LGBTI+ nas ações. De acordo com Zucchi, Paiva e Junior (2013) parte das ações no plano psicoeducativo tem relação com a capacitação de profissionais e gestores para atender os objetivos junto as populações de gays e travestis, de modo a ser um processo de saúde, comunicação e direitos.

As intervenções de mitigação do estigma incorporam mais explicitamente o quadro dos direitos humanos: os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) de universalidade do

<sup>28</sup> Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos. Disponível em: <https://www.abglt.org/historia>. Acesso em: 06 jan. 2022

acesso, igualdade e equidade, integralidade e participação (controle social) são centrais às abordagens em saúde baseadas em direitos humanos (ZUCCHI; PAIVA; JUNIOR, 2013, p. 1085).

É importante dizer que então, de acordo com Ramos (2015), os direitos humanos asseguram uma vida digna, na qual o indivíduo possui condições adequadas de existência, participando ativamente da vida de sua comunidade. O entendimento dos direitos humanos se faz necessário para a compreensão de que os movimentos LGBTI+ buscam o respeito e direito à vida, especialmente de acordo com as normas de suas sociedades, considerando nesta pesquisa especialmente a organização majoritária do Brasil, Estados Unidos, e sociedades capitalistas do continente americano. E, percebe-se, então, que ao longo da história a atuação de LGBTI+ passa a ganhar força por meio de associações e movimentos da sociedade civil, mas também o apoio de instituições, como as de saúde. Contudo, a discriminação vivida pelos LGBTI+ narrada na mídia e refletida em outros espaços não terminou. Batalhas como a de Stonewall podem não acontecer todos os dias com a mesma proporção, mas a constante busca pelo respeito e evolução dos direitos civis se faz necessário. O movimento LGBTI+ também passa a integrar de diferentes formas as travestis, transexuais e transgêneros que sempre estiveram presentes nestas disputas, sendo muitas vezes a liderança.

#### 4.1 TRANSGÊNEROS, TRANSEXUAIS E TRAVESTIS DENTRO DA SIGLA LGBTI+

O recorte específico para transgêneros, travestis e transexuais dentro da comunidade LGBTI+ se faz apropriado por compreender que não necessariamente outras pessoas desta comunidade se identificam com um gênero diferente daquele que lhe foi atribuído ao nascer, por exemplo, quando se trata de homens, gays, cisgêneros – que inclusive, muitas vezes, recebem o foco de todo o movimento, quando reforçam uma escala de poder dentro da própria comunidade ao relatar por exemplo “Parada gay” ao invés de “Parada LGBTI+”. Por isto, neste recorte, é necessário retomar que a construção de gênero não é fixa, e pode mudar de acordo com o local e a cultura. O gênero pode então compor aquilo que Butler chama de “teoria performática”, quando:

Se os atributos de gênero não são expressivos, mas performativos, então constituem efetivamente a identidade que pretensamente expressariam ou revelariam. A distinção entre expressão e performatividade é crucial. Se os atributos e atos de gênero, as várias maneiras como o corpo mostra ou produz sua significação cultural, então não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora (BUTLER, 2003, p. 201).



Mesmo a performatividade passa então por normas, regras e repetições de modo que, quando ocorrem insistentemente, passam a definir um modo de ser e de se expressar.

A performatividade não pode ser entendida fora de um processo de iterabilidade, uma repetição regulada e restritiva de normas. E essa repetição não é realizada *por* um sujeito; essa repetição é o que permite a um sujeito existir como tal e o que constitui sua condição temporal. Essa iterabilidade implica que “performance” não seja um “ato” nem um evento singular, mas uma produção ritualizada, um ritual reiterado sob e por meio da ameaça do ostracismo e até mesmo de morte controlando e impondo sua forma da produção, embora, devo insistir, nunca determinando o sujeito totalmente de antemão (BUTLER, 2003, p. 168).

Ademais, de acordo com Veras (2018), se a performatividade de gênero está constituída por normas que delimitam o sujeito a partir de normas anteriores, ela também pode ser o recurso a partir do qual se produz resistência, subversão e deslocamento.

Apesar da teoria da performatividade surgir nos idos de 1990, e ser atribuída a Butler, os estudos de gênero identificam que em meados dos anos 1950 se observou um saber médico específico de diagnósticos de transgeneridade. E, desde então, foram estabelecidos procedimentos para determinar se a pessoa é de fato transexual, não levando em conta apenas a autoafirmação, mas também manuais construídos pela sociedade médica. O termo transgênero foi então cunhado em 1965 pelo psiquiatra americano John Oliven, da Universidade de Columbia, no livro *Higiene Sexual e Patologia*, e se popularizou nas décadas seguintes<sup>29</sup>. Contudo, o termo “transexual” já havia sido cunhado em meados de 1950 pelo sexólogo alemão Harry Benjamin, que estava também em busca de procedimentos clínicos para identificação e atendimento de pessoas transexuais, sendo que, como visto anteriormente, atendimentos já ocorriam desde meados de 1920 na Alemanha, incluindo cirurgias de redesignação sexual, mesmo que pudesse não haver a explicitação do termo transexual. A partir do olhar clínico, a transexualidade foi de 1990 (ano da publicação da 10ª edição do CID) até 2018 considerada uma patologia, tendo sido essa denominação alterada na 11ª edição do CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde), que deixou de incluir o chamado “transtorno de identidade sexual” ou “transtorno de identidade de gênero.”<sup>30</sup> O documento aprovado em 2019 entrou em vigor somente em janeiro de 2022.

---

<sup>29</sup> BARIFOUSE, Rafael. Como ser transgênero foi de “aberração” e “doença” a questão de identidade. **BBC News Brasil**, 30 set. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-44651428>. Acesso em: 5 abr. 2021.

<sup>30</sup> Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. OMS retira transexualidade da lista de doenças e distúrbios mentais. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt->

Aqueles que se identificam como transexuais passam ainda por uma série de acompanhamentos médicos e psicológicos para a confirmação do diagnóstico de disforia de gênero – categoria citada pela primeira vez no Manual Diagnóstico Estatístico de Transtorno Mental (DSM) de 2013 – e então o poder de reivindicar direitos como retificação de documentos e cirurgia de redesignação sexual. “Ao longo dos debates, tornou-se relativamente comum escutar que seria necessário manter o caráter diagnóstico para se assegurar o direito aos cuidados específicos da saúde das pessoas trans” (BENTO, 2019, p. 196). Isto se dá por conta da disputa de narrativas acerca do corpo trans, que envolve atores como o estado e outras organizações institucionais. Além disso, de acordo com Jesus (2018) patologizar a transexualidade afeta também as pessoas cisgênero a partir de uma perspectiva que reafirma seus privilégios a partir de uma lógica que atribui a elas a normalidade. Portanto, para Bento (2019) a luta pela despatologização e despsiquitriação do gênero ainda não está superada.

O argumento da “estratégia” esbarra no próprio sentido do que seja “um direito”. Para se garantir um direito se abre mão do direito fundamental: ser reconhecido como sujeito que elabora os sentidos de sua existência. Porque é isso, em última instância, do que se trata. Você precisará que alguém ateste por você o que você diz ser (BENTO, 2019, p.198).

Ainda hoje, no Brasil, é a partir deste atestado que as pessoas trans conseguem, legalmente, acesso a acompanhamentos psicológicos, médicos e terapias hormonais que permitem a mudança física do corpo na chamada transição de gênero. Há diferentes concepções acerca do que se considera uma transição dentro da própria comunidade trans. Para alguns, o fato de ter nascido trans significa que, por exemplo, a terapia hormonal para o nascimento de mais pelos no corpo, quando homem trans por exemplo, é apenas uma consequência daquilo que já se é. Já outros, percebem essa etapa do processo como de fato uma transição, na qual se acostuma com um novo nome, uso de pronomes e roupas. As próprias pessoas trans também passam a se denominar de diferentes formas, assim, enquanto umas se identificam como transgêneros, outras se identificam como travestis, sendo que essa denominação não possui relação direta com conformações físicas ao exemplo de uma redesignação sexual, e está mais atrelada ao ato social e político da reivindicação de ser quem se é, como no caso de travestis, que reivindicam o uso do termo, por vezes pejorativo, de uma forma política, sendo ainda sempre figuras femininas, com o uso exclusivo do artigo “a” – ou seja, a travesti.

É incontestável que os avanços em relação a visibilidade positiva e menor estigmatização da população trans está diretamente ligada aos movimentos dos LGBTI+. Nos anos 1990, por exemplo, é possível identificar organizações formadas por e especificamente para transexuais. Além da Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (Astral), iniciada em 1992, outras organizações surgiram. Como, de acordo com Bulgarelli (2017) o Grupo Brasileiro de Transexuais (GBT), ativo de 1995 a 1997, e o Movimento Transexual de Campinas (MTC), iniciado em 1997. Sabe-se ainda do registro de outras entidades, como a Associação das Travestis de Salvador (Atras) e o Grupo Filadélfia de Santos, em 1995; o Grupo Igualdade, em Porto Alegre, e a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (Unidas), de Aracaju, em 1999. E já o começo do século 21 houve o surgimento de entidades como a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (Antra), a Rede Trans e o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades<sup>31</sup>.

O movimento transexual também foi incorporado na sigla que teve diversas variações, entre elas GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), que foi instituída em 1994<sup>32</sup>, mas logo caiu em desuso por tornar vago o termo simpatizantes, podendo ser qualquer pessoa simpática à causa, inclusive heterossexuais, podendo assim esvaziar o sentido da sigla como a determinação de uma comunidade a partir de suas identidades sexuais e de gênero. Além disso, a atual sigla, após mudar ao longo da consolidação das organizações, traz o L no início em referência à visibilidade das lésbicas que, “apesar terem participado ativamente desde as primeiras configurações do movimento, é apenas em 1993 que o movimento passa a ser referido como MGL (movimento gays lésbicas)” (BULGARELLI, 2017, p.35). Enquanto a sigla LGBT, aderida em 1995, agora também dá luz as dezenas de identidades de gênero a partir da utilização do símbolo “+”.<sup>33</sup>

À medida que o T entrava na sigla do movimento, as tensões e disputas em torno do seu significado passavam a refletir na emersão de uma variedade de siglas. Na passagem dos anos 1990 para os 2000, afirmar Carvalho e Carrara (2013), era possível encontrar grupos que se apresentassem como GLT, GLBT, GLBTT ou mesmo GLBTTT,

<sup>31</sup> JESUS, Jaqueline G. Notas sobre as travessias da população trans na história. **Cult**, 12 jun. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/uma-nova-pauta-politica/>. Acesso em 07 abr. 2021.

<sup>32</sup> MARASCIULO, Marília. O que significam as letras da sigla LGBTQI+?. **Revista Galileu**, 17 mar. 2020. Sociedade. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/03/o-que-significam-letras-da-sigla-lgbtqi.html>. Acesso em: 23 mar. 2021.

<sup>33</sup> Sabe-se ainda da existência de novos usos da sigla como LGBTQIAPN+, incluindo queers, intersexuais, assexuais/arromânticas/agênero, panssexuais/polissexuais e não-binárias, mas se optou pelo uso de LGBTI+ por entender que o mais agrega todas as demais letras, e a sigla deste modo inclui os termos mais utilizados no presente trabalho. A escolha também considera a forma como a Organização das Nações Unidas utiliza a sigla em seus recentes documentos oficiais.

podendo a letra “T” fazer referência tanto a travestis e/ou transexuais como a transgêneros (BULGARELLI, 2017, p. 40).

Ao olhar para o grupo de pessoas trans, que fazem parte da comunidade LGBTI+ e, por sua vez, estão inseridas na sociedade, especialmente a brasileira, é importante ressaltar a individualidade. Dito isto, uma pessoa não se limita a sua identidade de gênero e/ou orientação sexual. Assim é preciso considerar também a interseccionalidade, um conceito debatido especialmente a partir da terceira onda do feminismo, iniciada em meados dos anos 1990, que identifica em uma única pessoa diferentes categorias, e essas a tornam pertencente aos diversos grupos sociais, como no caso de uma mulher trans, negra e lésbica. Pensando na interseccionalidade surge no Brasil associações como a Rede Afro LGBT, iniciada em 2005 e visando a luta contra o racismo, a lesbofobia, a transfobia, a homofobia e a bifobia, e todas as espécies de discriminação. Esse tipo de organização é essencial por levar em conta os diferentes marcadores sociais embutidos em um único indivíduo, e como estes potencializam suas demandas.

A interseccionalidade é determinante na identidade do indivíduo em relação a si mesmo e a sociedade, podendo se sobrepor em diferentes ocasiões e ambientes a partir desses marcadores sociais. As mulheres negras, por exemplo, “por causa de sua identidade interseccional como mulheres e não-brancas dentro de discursos que são moldados para responder a um ou outro, mulheres não-brancas são marginalizadas dentro de ambos [discursos do feminismo e do racismo]” (CRENSHAW, 2003). Assim sendo, segundo Ferreira (2012), elas são duplamente marginalizadas – e seriam três vezes mais quando trans – em uma sociedade sócio-acêntrica como a brasileira, na qual os negros são 56% da população do País, mas são um grupo socialmente minorizado. Por isso a escolha do termo sócio-acêntrico, porque o sentido maior seria dizer que esses grupos não têm representação social e política. E mais, ainda assim, as pessoas marginalizadas podem em outras ocasiões possuir algo que a coloque numa relação de vantagem ou poder em determinado contexto social. “Quer dizer, mesmo o sentido de sujeito assujeitado pressupõe nele um princípio ativo que se assujeita ao outro ou a determinada situação de mundo” (FOCAULT, 1984).

A partir de classe social, raça ou outras categorias marcadoras, que na grande parte da sociedade ocidental a coloca numa condição de inferioridade e, se dá a partir de um entendimento das dominações e poder daqueles que são considerados a norma e possuem privilégios a partir da heterossexualidade, masculinidade e branquitude, por exemplo. Ademais, “a dimensão relacional da diferença – seu estabelecimento em contraste com a norma – também tem sido mascarada. A diferença tem sido representada como um traço fundamental ou natural de um grupo enquanto a

norma padronizada” (SCOTT, 1999). Assim sendo, percebe-se que as trans, quando negras, pobres e com outros marcadores também repudiados em pessoas cisgênero passam a sofrer ainda mais com os preconceitos tidos na sociedade brasileira.

## 5 A CONQUISTA E A LUTA PELA ASSEGURAÇÃO DE DIREITOS

Ao longo dos anos as pessoas trans têm vitórias históricas nas sociedades ocidentais, como Brasil e Estados Unidos. Tais marcações são importantes de serem citadas para a compreensão de como, legalmente, há uma evolução nos direitos humanos relativos às pessoas trans, por mais que muitas vezes estes direitos sejam questionados ou violados. O acesso aos direitos da população LGBTI+, e mais especificamente trans, são conquistas inerentes a atuação dos movimentos sociais nas últimas décadas. Em termos de organização política é preciso lembrar a fundação da Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (Astral), em 15 de maio de 1992, que segundo documento surgiu para lutar contra a repressão policial, e foi assim chamada “pelo fato de que à época muitas travestis eram homens de dia e a noite se montavam para se prostituir, porém durante do dia não assumiam a sua identidade feminina e nós enquanto líderes não queríamos deixa-las de fora. E também para contemplar transformistas e gays e lésbicas que se interessassem em se unir ao grupo”<sup>34</sup>. A data da criação da Astral é comemorada pelo movimento trans fluminense como o Dia do Orgulho de Ser Trans e Travesti.

Já em 2004, o Brasil passou a comemorar em 29 de janeiro o Dia Nacional da Visibilidade Trans. A data marca o lançamento da campanha “Travesti e respeito”, elaborada por lideranças do movimento de transexuais no país em parceria com o Programa Nacional de DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis), do Ministério da Saúde. Naquele dia, 27 travestis e transexuais estiveram no Congresso Nacional reivindicando a visibilidade e o acesso à direitos.<sup>35</sup> Em seguida, em 2006, a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, do Sistema Único de Saúde, passou a aceitar o uso do nome social em qualquer serviço da rede pública de saúde. A partir de então, pessoas trans poderiam ser chamadas pelos nomes escolhidos por elas, deixando de lado, ao menos no SUS, o nome de registro. Contudo, foi apenas em 2018 que os membros do Supremo Tribunal Federal (STF) autorizaram que transexuais e transgêneros alterassem o nome no registro civil sem a exigência de laudos médicos e autorização judicial. A novidade ocorreu em seguida a protocolação

---

<sup>34</sup> Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negros e Negras. Histórico do Nascimento do Movimento Político Social da População T no Brasil. Disponível em: <http://www.fonatrans.com/p/historico-do-movimento-de-travestis-no.html>. Acesso em: 09 abr. 2021.

<sup>35</sup> Especial Dia da Visibilidade Trans: Relembre as lutas e conquistas do movimento trans no Brasil. **Agência de Notícias da Aids**, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/dia-da-visibilidade-trans-relembre-as-lutas-e-conquistas-do-movimento-trans-no-pais-que-mais-mata-travestis-e-transexuais/>. Acesso em 7 abr. 2021.

da Lei João W. Ney<sup>36</sup>, em 20 de fevereiro de 2013, visando garantir o reconhecimento da identidade de gênero de todas as pessoas trans no Brasil, sem a necessidade de autorização judicial e/ou laudos médicos. Também em 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) julgou que mulheres transexuais e travestis podem concorrer a cargos eletivos na cota destinada ao sexo feminino e os homens trans nas vagas para o sexo masculino. Mais tarde, em junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal passa a considerar crime hediondo o homicídio cometido contra lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, intersexuais e demais denominações de gênero<sup>37</sup> ao enquadrá-lo como crime de racismo. A pena é de um a três anos, além de multa<sup>38</sup>. Um ano depois, mais um momento histórico: em 2020, transexuais e homossexuais passaram a ter a liberação para doar sangue. Anteriormente, tal ato era proibido, especialmente por uma questão de preconceito relacionado ao vírus da HIV/Aids, uma vez que as pessoas poderiam ser testadas antes de doar o sangue para detectar se haveria alguma doença que impedisse tal ato.

Em março de 2021, Roberto Barroso, ministro do Supremo Tribunal Federal, decidiu que as travestis e trans que se identificam com o gênero feminino passam a poder escolher cumprir pena em presídios femininos ou masculinos. A medida atende a um pedido da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ALGBT)<sup>39</sup>. Deste modo, a pessoa presa pode escolher estar num ambiente que atende a autodeclaração de gênero e abre preceitos para debates sobre como as pessoas trans são tratadas em todo o sistema legislativo, desde o seu atendimento em, por exemplo, delegacias, até o direito de estar em um ambiente na qual ela julga ser o correto para si, de acordo com o seu gênero. Além disso, as transfemininas já acessam instituições como as Delegacias de Atendimento à Mulher, a partir da Lei Maria da Penha<sup>40</sup>.

---

<sup>36</sup> Câmara Legislativa. PL PL 5002/2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>. Acesso em: 06 abr. 2021.

<sup>37</sup> **Direitos Humanos aprova criminalização da homofobia e da transfobia.** Agência Câmara de Notícias. 06 jun. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/559453-direitos-humanos-aprova-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia/>. Acesso em: 06 abr. 2021.

<sup>38</sup> **STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa.** Agência de Notícias STF. 1 jun. 2019. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 06 abr. 2021.

<sup>39</sup> CALIXTO, Larissa. STF: Detentas trans e travestis podem escolher entre presídio feminino ou masculino. **Congresso em Foco**, Uol, 21 mar. 2021. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/justica/stf-detentas-trans-e-travestis-podem-escolher-entre-presidio-feminino-ou-masculino/>. Acesso em: 07 abr. 2021.

<sup>40</sup> ROCHA, Marcelo. STJ decide que Lei Maria da Penha se aplica a violência contra mulheres trans. **Folha de S. Paulo**, 6 abr. 2022. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/04/stj-decide-que-lei-maria-da-penha-se-aplica-a-violencia-contra-mulheres-trans.shtml>. Acesso em: 22 abr. 2022.

No entanto, mais avanços são necessários e a aplicação das leis precisam ocorrer de fato. Apesar do homicídio de LGBTI+ ser crime hediondo vimos como isto não tem intimidado assassinos ou modificado radicalmente a situação de violência dessa população. E nem sempre os próprios membros de instituições, como de segurança e governamental, deixam de violar os direitos. Um exemplo recente veio à tona em abril de 2022, quando Eloa Santos, transexual presa por roubo, foi levada para uma prisão masculina no Paraná, teve os cabelos raspados e o nome social não respeitado<sup>41</sup>. Além disto, os transmasculinos não estão amparados com leis específicas como a Maria da Penha, ou mesmo nos presídios. “No caso dos transmasculinos grávidos, como fica a assistência do SUS? Este considera a Ginecologia e a Obstetrícia como especialidades exclusivamente femininas” (NERY, 2018, p. 404). Ainda sobre homens trans, é importante observar que a primeira organização de transmasculinos foi inaugurada apenas em 2012. E, em meados de 2013 foi criado o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades. Antes disso, alguns direitos já foram conquistados. Em 2010, por exemplo, o Conselho Federal de Medicina passou a considerar que a retirada de mamas e de órgãos internos reprodutores femininos não eram mais experimentais, podendo ser cirurgias realizadas em qualquer hospital desde que sob a orientação do Conselho. “Com a portaria de 2013, o serviço foi ampliado: homens trans podem agora ser atendidos de forma cirúrgica; e as travestis que buscam acompanhamento hormonal não precisam mais se submeter à cirurgia” (VIEIRA, 2020). Além disso, “reivindicar a masculinidade em um corpo destinado ao feminino é uma afronta ao falocentrismo” (NERY, 2018, p. 402). Ao mesmo tempo em que a socialização inicial enquanto mulheres reforçam a ideia de submissão de gênero.

Vivendo numa sociedade falocêntrica, muitos de nós não somos considerados homens, mas lésbicas masculinizadas, por não termos um pênis. Esta falta de informação acontece mesmo com alguns LGBTs. É uma das discriminações e das incoerências que alguns deles apresentam em relação aos transmasculinos. São capturados pelas normas binárias e biológicas do gênero, dando ênfase à prioridade genital, em vez da identidade de gênero (NERY, 2018, p. 397).

Em outros países, as conquistas de pessoas trans continuam avançando, ao menos no papel. Um exemplo se deu em 2020, nos Estados Unidos, a Suprema Corte decidiu que um empregado não pode sofrer discriminação no trabalho por ser LGBTI+. Em suma, a Corte entendeu que gays, lésbicas e transgêneros estão protegidos de discriminação no ambiente de trabalho pela

---

<sup>41</sup> DIAS, Pamela. Mulher trans é presa em unidade masculina e tem cabelo raspado em Arapongas, no Paraná. **O Globo**, 13 abr. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/mulher-trans-presa-em-unidade-masculina-tem-cabelo-raspado-em-arapongas-no-parana-25474039>. Acesso em: 22 abr. 2022.



chamada Lei dos Direitos Civis de 1964.<sup>42</sup> Mas, para que haja uma mudança real na vida das pessoas trans é preciso que de fato os direitos sejam validados, cumpridos e reforçados pelas instituições, com influência sobre a sociedade.

Faz-se necessário um programa de apoio mais extenso, que abranja esclarecimentos com cursos de formação adequados e colaboração da mídia para toda a sociedade. Para as pessoas trans, ajuda financeira como incentivo à educação, acesso à saúde, moradia, empregabilidade formal e apoio social, sobretudo aos familiares, para que não rejeitem seus filhos e filhas homo e/ou trans. Não estaríamos tirando privilégios de ninguém. Apenas dando o direito de se viver a diversidade de gênero e de orientação sexual, de uma forma digna e igualitária, como já prevista na Constituição (NERY, 2018, p.404).

A conquistas de direitos da população trans se dá também à medida que cresce a representatividade na política. No Brasil, a primeira transexual eleita foi Kátia Tapety, no cargo de vereadora de Colônia do Piauí, no estado do Piauí em 1992. O crescimento de não apenas candidaturas, mas também pessoas trans eleitas, se dá, sobretudo a partir da década de 2010. Um marco ocorre quando Erika Malunguinho, em 2018, foi eleita a primeira deputada estadual trans do país, por São Paulo. Além dela, Erika Hilton e Robeyoncé foram eleitas por meio de mandatos coletivos. Há também um salto nas eleições municipais de 2020, quando 294 candidaturas foram realizadas pelo país, e os brasileiros elegeram 26 pessoas trans, isto é 225% a mais que em 2016, quando 8 candidatos transexuais chegaram à administração municipal. Entre os destaques abordados pela mídia estavam Duda Salabert (PDT), primeira vereadora trans eleita em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, Linda Brasil (PSOL), primeira vereadora trans eleita em Aracaju, capital do Sergipe, e Erika Hilton, primeira vereadora trans eleita em São Paulo capital, e presidente da Comissão de Direitos Humanos na cidade.

A população que nas últimas décadas se organiza em cargos políticos vai consolidando um modelo de militância focado em uma agenda de promoção de direitos institucionais, representados por políticas afirmativas e, possivelmente, mais efetivas.

---

<sup>42</sup> Deutsche Welle. Suprema Corte dos EUA decide que LGBTs não podem ser discriminados no trabalho. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/15/suprema-corte-dos-eua-decide-que-lgbts-nao-podem-ser-discriminados-no-trabalho.ghml>. Acesso em: 06 abr. 2021.

### **Linha do tempo: alguns direitos e conquistas da população trans no Brasil**

- 1971: Primeira cirurgia de redesignação sexual no país: o cirurgião plástico Roberto Farina realizou a cirurgia em Waldirene Nogueira e cinco anos depois foi denunciado ao Ministério Público por “lesão corporal grave em homem”, fazendo com que Nogueira passasse por uma série de violentas inspeções.
- 1977: João W. Nery, ativista pelos direitos LGBTI+, foi o primeiro homem trans a realizar a cirurgia de redesignação sexual.
- 1977: Claudia Celeste foi a primeira mulher trans a participar de uma novela brasileira<sup>43</sup>.
- 1992: Criação da Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (Astral), que gerou o Dia do Orgulho de Ser Trans e Travesti.
- 1992: Kátia Tapety é a primeira transexual eleita. Ela ocupou o cargo de vereadora de Colônia do Piauí (PI).
- 2004: 27 travestis e transexuais estiveram no Congresso Nacional reivindicando a visibilidade e o acesso à direitos. O momento gerou o Dia da Visibilidade Trans, comemorado em 29 de janeiro.
- 2006: a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, o Sistema Único de Saúde passou a aceitar o uso do nome social.
- 2008: O Sistema Único de Saúde passa a reconhecer o processo transexualizador, ou seja, a cirurgia de redesignação sexual, mas também todo o acompanhamento médico relativo a hormonização e psicologia.
- 2009: é criado o primeiro ambulatório de saúde exclusivo para pessoas trans. A inauguração foi realizada pela Secretaria de Saúde do Estado de S. Paulo.
- 2016: Houve a primeira retificação de nome sem necessidade de atestado médico
- 2017: Tiffany Abreu torna-se a primeira jogadora transexual brasileira a receber autorização da Federação Internacional de Vôlei (Fivb) para jogar no time feminino.
- 2018: O Supremo Tribunal Federal autorizou a mudança de nome e gênero nos documentos, sem necessidade de laudo médico ou autorização judicial.

---

<sup>43</sup> GONZALES, Mariana. Dia da Visibilidade Trans: as pioneiras. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/amp-stories/as-pioneiras-mulheres-trans-na-historia-do-brasil/index.htm>. Acesso em 10 abr. 2021.

- 2018: O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) julgou que mulheres transexuais e travestis podem concorrer a cargos eletivos na cota destinada ao sexo feminino e os homens trans nas vagas para o sexo masculino.
- 2018: Houve mais de cinquenta candidaturas trans para cargos legislativos. Erika Malunguinho foi eleita a primeira deputada estadual trans do país, por São Paulo. Além dela, Erika Hilton e Robeyoncé foram eleitas por meio de mandatos coletivos.
- 2019: Supremo Tribunal Federal passa a considerar crime hediondo o homicídio cometido contra lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, intersexuais e demais denominações.
- 2020: Pessoas trans e homossexuais passam a poder doar sangue. Antes a medida era proibida por conta da estigmatização atrelada, por exemplo, à Aids.
- 2021: Erika Hilton é a primeira mulher trans eleita vereadora em São Paulo. Atualmente ela é também presidente da Comissão de Direitos Humanos
- 2021: Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que pessoas trans e travestis, que se identificam com o gênero feminino, podem escolher cumprir pena em presídios femininos ou masculinos.
- 2022: O Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu que a Lei Maria da Penha se aplica aos casos de violência doméstica ou familiar contra mulheres transgêneros e transexuais.

Percebe-se então, como a população trans tem tido marcos históricos e conquistas de mais direitos, especialmente a partir dos anos 1970. O que não se pode afirmar, no entanto, é a garantia plena desses direitos, especialmente em casos de transfobia e violência contra trans. Há no país um projeto de lei que busca contabilizar e dar visibilidade para os dados de violência contra LGBTI+ de modo a de fato penalizar e combater novos casos. Em 2020, por exemplo, a média de crimes de LGBTfobia foi de quatro por dia, considerando casos de lesão corporal (1.169), homicídio (121) e estupro (88) motivados por intolerância, mas deve haver subnotificação, como apontam especialistas<sup>44</sup>. Além disto, é necessário continuar avançando, como a população demanda.

---

<sup>44</sup> GONZALEZ, Mariana. Brasil tem 4 casos de LGBTfobia por dia; dado é subnotificado, diz advogada. **Uol**, *Universa*, 15 jul. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/07/15/lgbtfobia-cresce-20-no-brasil-numero-ainda-e-subnotificado-diz-advogada.htm>. Acesso em: 6 jan. 2022.

## 5.1 A VISIBILIDADE E A EXPOSIÇÃO DOS CORPOS TRANS

A primeira trans do Brasil que se tem conhecimento é Xica de Manicongo (JESUS, 2018, p. 389). Nos idos de 1591 na cidade que hoje é Salvador, ela que, “foi denunciada à primeira vista à Inquisição no Brasil por não se vestir como homem, acusada do crime de sodomia, que não se restringia ao que hoje entendemos por homossexualidade ou transexualidade” (JESUS, 2018, p. 389) era, na época, chamada pelos demais por seu nome de batismo: Francisco. O registro da existência de uma pessoa trans vinculado aos atos de sodomia foram comuns até mais recentemente, como pudemos ver em relação as patologias registradas até poucas décadas atrás. Isto também corrobora para a ideia de que o homossexual e o transsexual prática atos impuros e, mais do que isso, considerados crimes.

É possível que a criminalização e a associação ao pecado tenham reprimido muito indivíduos, é claro, mas isso não significa que eles deixaram de existir ou de ser quem de fato eram. Exemplo disto são as práticas que ocorreram no Brasil nos séculos seguintes. No século 19, por exemplo, os marinheiros eram recepcionados no Rio de Janeiro por homens vestidos de mulher, nos bailes de “travestis” dada a falta de mulheres com as quais dançar em momentos de lazer<sup>45</sup>. Outra época marcante é os anos 1960, quando houve uma efervescência de shows com travestis. Um exemplo ocorreu em março de 1963, quando a “Manchete, então a mais importante revista semanal do País, estampava a foto a cores da vedete e transexual francesa Coccinelle. O momento gerou inquietação de todos, seja pela curiosidade em relação ao corpo do outro ou sobre seus próprios corpos”, (GUIMARÃES, 2015, p.43). Assim, num misto de curiosidade pela arte, pelos seus corpos ou dos outros:

Mais que seus inegáveis dotes artísticos, o que, na verdade, todos queriam ver era aquela linda mulher que nascera “homem” e, em 1958, submetera-se à cirurgia de “troca de sexo” na cidade de Casablanca. Sob diferentes perspectivas, a vinda de Coccinelle ao Brasil serviu para revelar os limites e as condições em que viviam os muitos rapazes que, percebidos como “afeminados”, eram discriminados e sofriam pela suposta incongruência entre sua identidade de gênero e sua genitália (GUIMARÃES, 2015, p. 43).

---

<sup>45</sup> JESUS, Jaqueline G. Notas sobre as travessias da população trans na história. **Cult**, 12 jun. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/uma-nova-pauta-politica/>. Acesso em: 07 abr. 2021.

A imprensa tem um papel importante na visibilidade positiva ou negativa das pessoas trans, especialmente desde o século XX. Seja pelo surgimento do *Lampião da Esquina*<sup>46</sup>, primeiro jornal brasileiro feito por homossexuais, que circulou entre os anos 1978 e 1981, ou pela grande mídia com marcos importantes, sendo um deles a aparição da modelo Roberta Close, aos 21 anos, na revista masculina *Playboy* em 1984. De acordo com Veras (2018), o fenômeno Roberta Close estava em todos os jornais e na boca do povo, sendo descrito por muito como um marco na história social do país. Sendo que, “performatizando uma vagina, Roberta se apropriou, como estratégia de visibilidade de inserção no gênero feminino que elegera para si” (VERAS, 2018, p. 354). Isto não a salvou da marginalização na própria mídia em que se expunha, que conseguiu toda essa atenção ao causar o estranhamento quando estampou a seguinte frase: “A mulher mais bonita do Brasil é um homem”. Roberta Close era uma jovem da classe média carioca quando se identificou como mulher, por volta dos 15 anos, segundo relatos. Na mídia, sua aparição foi marcada pela curiosidade e especulação em torno da transexualidade, antes e depois de uma cirurgia de redesignação sexual realizada na Europa.

A primeira é de 1984, ano em que Roberta se tornou um símbolo sexual feminino, nacional e internacionalmente reconhecida e, para confusão dos discursos de gênero biologizantes, ainda quando possuía um pênis. A segunda imagem é posterior a cirurgia que “a torna mulher”, em 1989. A cirurgia de redesignação sexual que ela realizou fora do Brasil, já que no país não haviam políticas públicas nessa perspectiva e a cirurgia não era autorizada pelo Conselho Federal de Medicina. Por fim, a terceira imagem é de 1994, quando a modelo completava 30 anos de idade e a revista indagava sobre seus 15 anos como mulher (CANABARRO; MEYER, 2016, p 8).

A cobertura da vida de Roberta Close e de outras pessoas trans passaram a colocar em evidência questões e comportamentos até então restritos, em sua maioria, aos espaços privados. A visibilidade de Roberta Close também coloca em xeque muitos conceitos hoje tidos como errados. Por exemplo, de acordo com Canabarro e Meyer

A reportagem informava que tendo realizado em 1989, a cirurgia que a tornou definitivamente mulher, a transgenitalização proporcionou a ela uma adequação do seu corpo e sua anatomia ao seus sentimentos e desejos, todavia, seus documentos ainda ostentavam o nome e o sexo masculino registrados ao nascer (2016, p. 17).

Pois sabe-se que a cirurgia de redesignação sexual não é fator dominante para alguém de denominar uma pessoa trans. O estudo evidencia ainda a dificuldade do uso do nome social, um problema ainda recorrente atualmente. Ainda em relação à visibilidade no meio do século anterior,

---

<sup>46</sup> O *Lampião da Esquina* era editado no Rio de Janeiro por intelectuais, artistas e jornalistas homossexuais e distribuído por bancas de todo o país, com a intenção de falar francamente sobre homossexualidade e formar alianças com outros grupos socialmente minorizados ao recusar enfoques pejorativos.

algo semelhante aconteceu com Rogéria, que estreou seus shows em 1964 e ao longo dos anos ganhou o público. “Tal visibilidade e performatividade fez com que Rogéria conquistasse lugar de referência como sujeito de corpo feminilizado através dos hormônios” (VERAS, 2018, p.352). Momento que, junto com a visibilidade, eram reforçados os estereótipos embutidos pela imprensa.

A grande imprensa não apenas descreveu certa imagem do corpo travesti e de sua presença na cidade, como contribuiu para a sua invenção, como visto na visibilidade pública conquistada por Rogéria e Roberta Close. (...) A visibilidade público-midiatizada produzida em torno dessas personagens icônicas contribuíram para o processo de reconhecimento das experiências trans como novo lugar de sujeito, antes mesmo da organização das pessoas trans em associações, movimentos e ONGs (VERAS, 2018, p.356).

Durante a Ditadura Militar, a visibilidade na imprensa também foi bastante negativa. Chegando a ter uma publicação no Estado de S. Paulo, em 1980, que incitava a violência com a seguinte frase: “prendam, matem e comam as travestis” (VERAS, 2018, p. 366). Além disso, “o Estadão alertava a população para os perigos, desordem e o caos que as travestis representavam para a sociedade, estimulando uma série de ações policiais violentas com o objetivo de retirá-las de circulação” (SILVA; BRITO, 2017, p. 231). Deste modo, naquela época, a polícia não prendia e espancava somente as travestis que se prostituíam na rua, mas qualquer uma que estivesse transitando pelas vias públicas.

Essas ações de exclusão e violência, incluindo repressão policial, não se restringem ao período da Ditadura Militar e ainda acontece explicitamente no Brasil, negando direitos e acessos da população trans e travesti.

Em tempos de disputas pelo passado, em que político de extrema-direita bradam em louvor a tristes figuras da ditadura, entendemos que lutar pelos significados desse período é uma tarefa essencial política (...) já que, mesmo com o fim da ditadura, seguiram fortemente presentes as práticas de repressão e violência policial, assim como o preconceito em seu local de trabalho e em outras instâncias de sua vida (VIERA; FRACCAROLI, 2018, p. 376).

Ainda durante a Ditadura Militar outros grupos também lutaram contra a imprensa que manchava a imagem dos homossexuais e travestis. Um deles foi o Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, formado a partir do ativo trabalho dos membros do Lâmpião da Esquina, e que mais tarde veio se chamar Somos – Grupo de Afirmação Homossexual.

A primeira ação do grupo foi justamente enfrentar a ideologia anti-homossexual, cujas manifestações discursivas mais agressivas apareciam na imprensa marrom, especificamente no caso de São Paulo nos retratos estereotipados de homossexuais nas páginas do jornal Notícias Populares. Embora a carta enviada aos diretores deste jornal sensacionalista não mudasse sua linha editorial, a orientação do grupo representava uma tentativa de sensibilizar a sociedade e os meios de comunicação (GREEN, 2018, p. 71).

Assim, entende-se como a imprensa tem importante papel na história da população trans. Por meio dela se sabe de atos como os reproduzidos pelas instituições militares durante a ditadura, bem como o aparecimento de grandes nomes da cena trans. Na maior parte das vezes, porém, as próprias pessoas trans se veem muito mais expostas pela mídia em casos de violência e exclusão.

O espaço reservado a nossa população é o da exclusão extrema, sem acesso a direitos civis básicos, sequer ao reconhecimento da identidade. Temos de lutar muito para termos garantidos os nossos direitos fundamentais, tais como o direito à vida. Em seu cotidiano, as pessoas transgênero são alvos de preconceito, desatendimento de direitos fundamentais (diferentes organizações não lhe permitem utilizar nomes sociais e elas não conseguem, com facilidade, adequar seus registros civis na Justiça), exclusão estrutural (acesso dificultado ou impedimento a educação, ao mercado de trabalho qualificado e até mesmo ao uso de banheiros) e de violências variadas, de ameaças e agressões e homicídios, o que configura a extensa série de percepções estereotipadas negativas e de atos discriminatórios contra homens e mulheres transexuais e travestis que caracterizam a institucionalidade da transfobia no Brasil (JESUS, 2018, p. 388).

A exclusão se torna cada vez mais forte e evidente quanto mais o indivíduo traz consigo características socialmente minorizadas, como é o caso também da população LGBTI+ e, por sua vez, ainda mais quando pertencentes ao T da sigla. Isto porque as pessoas trans também possuem suas interseccionalidades a partir de classe social, raça ou outras categorias que, na grande parte da sociedade ocidental a coloca numa condição de inferioridade e, se dá a partir de um entendimento das dominações e poder daqueles que são considerados a norma e possuem privilégios a partir da heterossexualidade, masculinidade e branquitude, por exemplo. Neste cenário, estima-se que 90% da população de travestis e transexuais se prostitui devido dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho por deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social, familiar e escolar, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). A mortalidade de trans, que é bastante alta visto que o Brasil é considerado o país que mais mata essa população<sup>47</sup>, uma disparidade alarmante no país que também realizada a maior Parada LGBTI+ do mundo<sup>48</sup>, e absurdamente maior quando se fala de mulheres trans negras. Em 2019, 82% das trans assassinadas foram identificadas como pretas e pardas. “Foram confirmados 124 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 121 Travestis e Mulheres Transexuais e 3 Homens Trans. Destes, são encontradas notícias de que apenas 11 casos tiveram os suspeitos identificados, o que representa

<sup>47</sup> JUSTO, Gabriel. Pelo 12º ano consecutivo Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo. **Exame**, 19 nov. 2020. Brasil. Disponível em: <https://exame.com/brasil/pelo-12o-ano-consecutivo-brasil-e-pais-que-mais-mata-transexuais-no-mundo/>. Acesso em: 03 abr. 2021.

<sup>48</sup> PINHONI, Marina. Parada LGBT reuniu 3 milhões na Paulista, segundo organização. **G1**, 26 jun. 2019. São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/24/parada-lgbt-reuniu-3-milhoes-na-paulista-segundo-organizacao-veja-o-que-deu-certo-e-o-que-deu-errado.ghtml>. Acesso em: 0 abr. 2021.

8% dos dados, e que apenas 7% estão presos” (BENEVIDES, 2020, p.22). Já em outro boletim da Associação, publicado em outubro de 2020, “o Brasil chega a 151 assassinatos de pessoas trans nos dez primeiros meses do ano. Nesse mesmo período já temos 22% mais mortes do que o ano de 2019 inteiro, onde tivemos 124 assassinatos”, sendo que todas se identificavam e se expressam no gênero feminino. Já segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, os casos de violência contra pessoas trans aumentou 17% em 2020. O número de homicídios passou de 19, entre janeiro e outubro de 2019, para 21, no mesmo período de 2020<sup>49</sup>. Já em 2021, “tivemos pelo menos 140 (cento de quarenta) assassinatos de pessoas trans, sendo 135 (cento e trinta e cinco) travestis e mulheres transexuais, e 05 (cinco) casos de homens trans e pessoas transmasculinas. Não foram encontradas informações de assassinatos de pessoas não binárias em nossas pesquisas esse ano” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020). Segundo o documento não é possível ver uma melhora na queda de 151 para 140 assassinatos, seja pelas subnotificações, pelo ainda alto número de mortes, e por se manter acima da média de 123 assassinatos ao ano a partir de uma análise de dados iniciada em 2008. Ainda segundo o dossiê, “em 2021, dentre os casos analisados em nossa pesquisa nos quais foi possível identificar a identidade racial da vítima, percebemos através de atribuição direta, através de análises das imagens e perfis encontrados em redes sociais feitas, que 81% eram travestis/mulheres trans negras - pretas e pardas”.

A partir dos dados se comprova que a marginalização e preconceito é ainda mais forte para mulheres transexuais, travestis e transgêneros, sobretudo negras. Um dos motivos pelo qual isso se dá é a normatização e valorização dos corpos que importam. Quando são negros/femininos os crimes são potencializados e, muitas vezes, não culpados. Isto porque, por meio da construção social, são esses os corpos que não valem tanto dentro de uma lógica branca, cisgênera e heteronormativa.

Se a violência é cometida conta aqueles que são irrealis, então, da perspectiva da violência, não há violência ou negação dessas vidas, uma vez que elas já foram negadas. Mas elas têm uma maneira estranha de permanecer animadas e assim deve ser negadas novamente (e novamente). Elas não podem ser passíveis de luto porque sempre estiveram perdidas, ou, melhor, nunca “foram”, e elas devem ser assassinadas, já que, aparentemente, continuam a viver, teimosamente, nesse estado de morte (BUTLER, 2019b, p.54).

---

<sup>49</sup> **Dia da Visibilidade Trans:** uma linha do tempo da luta e dos direitos de travestis, transexuais e transgêneros. Núcleo de Gênero e Diversidade. 29 jan. 2021. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nugen/2021/01/29/dia-da-visibilidade-trans-uma-linha-do-tempo-da-luta-e-dos-direitos-de-travestis-transexuais-e-transgeneros/>. Acesso em: 07 abr. 2021.



Apesar de Butler estar se referindo a diversas vidas que socialmente são consideradas sem valor, como as de judeus e mulçumanos, a citação anterior pode considerar a vida das travestis que, para suas famílias, muitas vezes passam a ser reconhecidas como mortas quando assumem uma identidade de gênero diferente daquela atribuída ao nascimento, bem como pela marginalização que vivem no extrato social, independente do núcleo familiar. É possível ter essa compreensão também pela forma recorrente na qual as narrativas retratam esses momentos. Além disso, se a mulher cisgênero é considerada socialmente inferior aos homens cisgêneros, a mulher trans passa a ser considerada, por muitos, ainda mais inferior do que os homens e mulheres cisgêneros, e até mesmo do que os homens transgêneros, ocasionando em tantos assassinatos, como mostra os indicadores, e progressivamente quando corpos negros e de classes sociais mais baixas. Todos os fatos e dados apresentados ocorrem dentro de uma estrutura social que normatiza a exclusão e é reiterada por exposições negativas da população trans.

Por outro lado, é preciso considerar que as lutas dos grupos socialmente minorizados surtem efeitos, mesmo que a passos mais lentos do que o necessário. Em 2020, com os protestos de *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam, em tradução literal), especialmente após o assassinato do homem negro George Floyd por dois policiais brancos nos Estados Unidos, foi possível perceber também a presença de placas que exaltavam também frases como *Black Trans Lives Matter* (Vidas Negras Trans Importam, em tradução literal). Sendo este apenas um dos momentos nos quais pessoas trans – sejam elas brancas, negras e de outras origens étnico-raciais – passaram a ter visibilidade e empoderamento. Deste modo, considera-se que a história dos grupos sociais é construída a partir de narrativas de poder e alteridade, formada pelos outros a fim de perpetuar uma dominação, mas também pelos próprios membros dessas comunidades com o objetivo de torná-los mais visíveis e fortes. As contradições das identidades coletivas são percebidas também nas pesquisas científicas uma vez que:

Uma dupla via abre-se assim: uma que pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma; outra que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade (CHARTIER, 1991, p. 183-184).

O empoderamento está atrelado também a categorização de forma que não seja unilateral, e possa até mesmo subverter a utilização dos termos, assim como foi para o *queer* quando a comunidade LGBTI+ se apropriou de forma positiva daquele que até então era utilizado para

ridicularizar. “Com o termo que evidencia o que deveria permanecer oculto, o *queering* cumpre a função de exposição na linguagem da sexualidade e raça – exposição que perturba a superfície repressiva da linguagem” (BUTLER, 2019a). Isto ocorre porque há um grau de agência que as pessoas podem exercer na nomeação.

Isso não é negar que o processo de categorização é em si um exercício de poder, mas a história é muito mais complicada e matizada do que isso. Primeiro, o processo de categorização — ou, em termos de identidade, nomeação — não é unilateral. Pessoas subordinadas podem e participam, às vezes até subvertam o processo de nomeação de maneira empoderadora. Basta pensar na subversão histórica da categoria “negro” ou na transformação atual de “queer” para entender que a categorização não é uma via unidirecional. Claramente, há um poder desigual, mas existe, no entanto, algum grau de agência que as pessoas podem e exercem na política de nomeação. E é importante notar que a identidade continua a ser um local de resistência para membros de diferentes grupos subordinados (CRENSHAW, 2003).

O empoderamento se dá também por meio das notícias positivas e outras veiculações midiáticas, como do entretenimento. Basta ver o número de crescentes produções com pessoas trans, como a recente série *Pose*, o documentário *Revelação* ou ainda o filme *Alice Junior*, todas produções exibidas na plataforma de streaming Netflix e que colocam as trans como protagonistas de suas histórias com intensidade, nuances e humanidade, a fim de combater outras produções que em algum momento marginalizaram essa parte da população.

Ao observar a Folha de S. Paulo, ainda na fase de qualificação da dissertação, foi percebido que em 2017 e 2018, o Mês do Orgulho LGBTI+, celebrado em junho, teve 27 e 28 notícias com trans, respectivamente. Em 2019 e 2020 houve um aumento de 88%, relatando em média 51 notícias em cada ano. Para além do quantitativo, no último período as notícias utilizaram artistas e outros famosos para mostrar a atual situação das pessoas trans e buscar promover uma visibilidade positiva. “Nós nunca tivemos um lugar de respeito na sociedade. Assim como nos Estados Unidos e ao redor do globo, transexuais são marginalizados no Brasil. Nós somos vistos como imorais e rotulados como algo pervertido, amplamente insultados, publicamente agredidos e, em alguns casos, assassinados”, disse a modelo transexual Valentina Sampaio, em reportagem<sup>50</sup> publicada exatamente no Dia do Orgulho LGBTI+. Um dia antes, o jornal veiculou a notícia “Onda de personagens LGBT na TV reflete poder de nova geração de espectadores”, indicando séries

---

<sup>50</sup> “Nunca tivemos um lugar de respeito”, diz Valentina Sampaio sobre ser trans no Brasil. **Folha de S. Paulo**, 28 jun. 2020. F5. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/estilo/2020/06/nunca-tivemos-um-lugar-de-respeito-diz-valentina-sampaio-sobre-ser-trans-no-brasil.shtml>. Acesso em: 07 abr. 2021.

televisivas, que contam histórias de trans e novamente se utilizando de artistas e nomes da reconhecidos por parte do público para abordar a importância da representatividade.

Sendo assim, quando se fala sobre visibilidade trans é preciso compreender como ela se dá, se há um recorte no qual alguma categoria ganha mais relevância dentro do próprio grupo, como no caso dos homens gays quando se fala de LGBTI+, ou de mulheres trans, quando se fala de pessoas trans. É difícil, porém, ter percepções exatas em meio a tantas nuances como violência, preconceito, e até mesmo interesses. Afinal, o que faz com que a mídia que anteriormente tanto ridicularizou e espetacularizou a população trans, agora traga um olhar mais inclusivo dentro das organizações e narrativas, ao exemplo da citada plataforma de streaming Netflix ou mesmo a Folha de S. Paulo.

## 6 PROCESSOS JORNALÍSTICOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL

Este capítulo apresenta aspectos das condições de trabalho dos jornalistas no Brasil, citando as mudanças na forma de fazer jornalismo ao considerar a velocidade das informações e o uso das plataformas digitais, considerando a importância disto para a dissertação. Também são apresentados dados de demográfica que comprovam a presença majoritária de pessoas brancas nas redações, especialmente em cargos de liderança. Fala-se da não existência de pesquisas que mostrem a quantidade de pessoas LGBTI+ nesses espaços, apesar do conhecimento dos mesmos como consumidores de mídia. São esclarecidas essas informações pela importância da compreensão do contexto das produções de notícia. Aqui também é possível tratar aspectos de como a diversidade é abordada no jornal Folha de S. Paulo por meio de verbetes no Manual de Redação ou ainda notícias recentes, como a criação de um Comitê de Inclusão e Equidade.

### 6.1 O PERFIL E AS CONDIÇÕES DOS JORNALISTAS NO BRASIL

Para a melhor compreensão dos resultados de pesquisa, foram analisados estudos sobre o perfil do jornalista brasileiro. É preciso considerar que no Brasil, em 2022, onde a taxa de desemprego chega a 11%<sup>51</sup>, os profissionais de comunicação sofrem também com a desestabilização dos direitos trabalhista e as formas de trabalho que não a da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) chegam a 24%, sendo esses *freelancers*, prestadores de serviços sem contrato, pessoas jurídicas (PJ) e micro empreendedores individuais (MEI), de acordo com a pesquisa Perfil dos Jornalistas Brasileiros (MICK; CHRISTOFOLETTI; LIMA, 2021). A publicação aponta ainda dados de 2012 sobre quem seriam os jornalistas no Brasil.

E os jornalistas brasileiros eram então majoritariamente mulheres (64%), brancas (72%), solteiras, com até 30 anos (59%). Em termos de formação, nove em cada dez eram diplomados em Jornalismo (89%), majoritariamente em instituições de ensino privadas, e quatro em cada dez já tinham cursos de pós-graduação; do total, 98% dos profissionais que atuavam nos segmentos de mídia, fora da mídia e docência tinham formação superior (MICK; CHRISTOFOLETTI; LIMA, 2021).

---

<sup>51</sup> ALVARENGA, Darlan. Desemprego fica estável em 11,1% no 1º trimestre e atinge quase 12 milhões, diz IBGE. **G1**, 29 abr. 2022. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/29/desemprego-fica-em-111percent-no-1o-trimestre-diz-ibge.ghtml>. Acesso em 3/5/2022.

Já o Perfil Racial da Imprensa Brasil, de 2021, organizado pelo Jornalistas&Cia Portal dos Jornalistas Instituto CORDA – Rede de Projetos e Pesquisas I'MAX, mostra que em uma base 750 jornalistas respondentes, 63,5% se autodeclararam brancos, 18,7% pardos e 14,7% pretos.

Figura 1 – Perfil dos jornalistas brasileiros por cor/raça.

BASE DE ENTREVISTAS ANTES DA PONDERAÇÃO POR COR/RAÇA		
	TOTAL	
COR / RAÇA	N	%
Branca	476	63,5
Preta	110	14,7
Parda	140	18,7
Negro (preta+parda)	250	33,3
Amarela	20	2,7
Indígena	4	0,5
Total	750	100,0

BASE DE ENTREVISTAS APÓS A PONDERAÇÃO POR COR/RAÇA		
	TOTAL	
COR / RAÇA	N	%
Branca	582	77,6
Preta	52	6,9
Parda	99	13,2
Negro (preta+parda)	151	20,1
Amarela	16	2,1
Indígena	2	0,2
Total	750	100,0

Fonte: Perfil Racial da Imprensa Brasileira 2021.

Os brancos são também a maioria em cargos de liderança nos veículos jornalísticos no Brasil. Nos chamados cargos gerenciais, que consideram diretores, editores, colunistas, redatores-chefes e mais, a proporção é de 61,8% de brancos e 39,8% de negros, ou seja, pretos e pardos.

Figura 2 - Cor e raça dos jornalistas brasileiros por cargo.

CARGO NO VEÍCULO DO TRABALHO PRINCIPAL	COR / RAÇA						Total
	Branca	Preta	Parda	Negro (Preta+Parda)	Amarela	Indígena	
	%	%	%	%	%	%	
<b>CARGOS GERENCIAIS</b>	<b>61,8</b>	<b>40,9</b>	<b>39,3</b>	<b>39,8</b>	<b>65,0</b>	<b>25,0</b>	<b>57,4</b>
Diretor de redação /conteúdo /jornalismo	17,2	13,6	6,4	8,9	20,0		15,6
Editor	16,6	8,2	12,9	11,3	15,0	25,0	15,5
Editor-chefe/executivo	15,8	8,2	10,7	9,8	15,0		14,5
Colunista	5,0	1,8	2,9	2,5	5,0		4,5
Editor Assistente/Adjunto	3,4	3,6	3,6	3,6	10,0		3,5
Redator-chefe	2,3	0,9	1,4	1,3			2,0
Subeditor	0,6	4,5	0,7	2,0			0,9
Chefe de reportagem/de pauta	0,8		0,7	0,5			0,7
<b>CARGOS OPERACIONAIS</b>	<b>38,2</b>	<b>59,1</b>	<b>60,7</b>	<b>60,2</b>	<b>35,0</b>	<b>75,0</b>	<b>42,6</b>
Repórter	26,5	40,0	39,3	39,5	30,0	75,0	29,3
Outro	4,2	5,5	10,7	8,9	5,0		5,2
Redator	4,6	6,4	5,0	5,5			4,7
Pauteiro/ produtor	1,3	5,5	3,6	4,2			1,8
Ancora/Apresentador	1,5	1,8	0,7	1,1			1,4
Revisor / Preparador de texto	0,2						0,2
Diagramador/Assistente de Arte			0,7	0,5			0,1
Repórter fotográfico			0,7	0,5			0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Base: 750 entrevistas (amostra ponderada pelo peso de cor/raça entre os profissionais de redação)  
Fonte: Pesquisa Perfil Racial - Fase 1 - Questionário autopreenchido

Fonte: Perfil Racial da Imprensa Brasileira 2021

Assim, em relação à raça, observa-se uma disparidade no reflexo da população brasileira.

A população brasileira é majoritariamente negra. Segundo os dados do censo do IBGE de 2010, somados, pretos e pardos atingem 50,94% da população, e, por projeções consolidadas na PNAD/IBGE de 2019, a população negra atingiu a marca de 56,20% da população brasileira total. Essas proporções não estão refletidas na composição racial do contingente de jornalistas nas redações brasileiras, como identificou o presente estudo. Apenas 20,10% dos jornalistas de redação se autodeclararam pretos ou pardos, negros. A grande maioria, 77,60% se autodeclara “branca”. A população amarela (2,10%) e indígena (0,20%) soma menos de 3% do total. (...) Também é desproporcional ao peso populacional a representação das mulheres nas redações brasileiras. O censo de 2010 contabilizou 51,03% de mulheres na população brasileira e a projeção da PNAD/IBGE de 2019 atualizou esse número para 51,80%. Nas redações brasileiras esse número cai para 36,60%. As redações são mais brancas e masculinas do que a população brasileira (PERFIL RACIAL, 2021, p. 8).

É importante entender o recorte racial das redações para também considerar a diversidade, a inclusão e pensarmos no cruzamento entre o que está sendo noticiado e quem de fato está produzindo a notícia. Somente com redações mais diversas a sociedade será incluída de forma mais justa e honesta no noticiário. Exemplo disto é o resultado de uma pesquisa da consultoria McKinsey<sup>52</sup>, na qual as empresas na América Latina com equipes executivas diversificadas em

<sup>52</sup> **Diversity Matters**: América Latina. McKinsey & Company. 2 jul. 2020. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/br/our-insights/diversity-matters-america-latina>. Acesso em 29 jul. 2022.

termos de gênero têm 14% mais probabilidade de superar a performance de seus pares na indústria. Além disso, as empresas percebidas pelos funcionários como tendo diversidade em termos de gênero têm probabilidade 93% maior de superar a performance financeira de seus pares na indústria, isto ocorre por fatores como maior segurança psicológica do profissional para trabalhar e sugerir ideias que possam refletir diferentes grupos da sociedade e, assim, oferecer produtos e serviços inovadores e de interesse público. Pesquisas semelhantes que mapeiam as populações LGBTI+ nos postos de trabalho de comunicação, contudo, não foram encontradas por possivelmente não terem sido de fato realizadas. Algo semelhante acontece, por exemplo, em outros setores economicamente produtivos. E, por mais, que as empresas estejam formando internamente comitês e grupos que olhem para a diversidade e inclusão poucos são os dados sobre a presença de LGBTI+ nesses espaços, seja pela privacidade do indivíduo ou falta de instrumentos que apliquem tais levantamentos. Contudo, é possível encontrar dados sobre as pessoas LGBTI+ enquanto consumidoras de mídia. Um exemplo é da segunda edição da pesquisa “Comunidade LGBTQIA+: o que está em foco?”, promovida pela empresa de dados e análise de audiência Nielsen, em abril de 2022. “O público LGBTQIA+ é um dos que mais consomem conteúdo da TV paga e aberta. Dentre os itens mais acessados estão maratonas de séries por streaming. A Netflix é a plataforma favorita de 90% dos entrevistados, sendo que 86% deles afirmaram assistir séries. No Youtube, para 79% dos consultados a principal atividade é a música. Quando o assunto é notícia, a preferência de 72% é a TV, seja paga ou aberta”.<sup>53</sup>

Mas, voltando para a pesquisa Perfil dos Jornalistas Brasileiros, é possível reconhecer a precarização do trabalho e as dificuldades dos jornalistas.

Mais recentemente, Moreira verificou “forte deterioração das condições de trabalho na profissão” (MOREIRA, 2017, p. 3, tradução nossa). Segundo *survey* com 357 jornalistas brasileiros, 76,2% acreditam que o tempo médio de trabalho aumentou. “Para quase metade dos jornalistas (49,7%), a (não) disponibilidade de recursos para coleta de notícias, bem como supervisores editoriais e editores superiores (47,6%) também foram aspectos limitantes em seus trabalhos” (ibidem). Em estudo exploratório com 117 profissionais da mídia, Nicoletti (2019) observou que 51% dos participantes já haviam adoecido devido ao trabalho e 36,8% deles recebiam até três salários mínimos. Além disso, 59% não conseguiam arcar com as despesas básicas mensais e 41,1% faziam mais de seis conteúdos jornalísticos por dia. Para 77,8% era comum fazer hora-extra. Do total, 61,5% verificaram redução de equipe nos 12 meses anteriores e a intensidade do trabalho aumentou para 69,2% da amostra no mesmo período (MICK; CHRISTOFOLETTI; LIMA, 2021, p.8).

---

<sup>53</sup> FILIPPE, Marina. Estudo da Nielsen revela consumo e presença de LGBTQIA+ na mídia. **Exame**, 09 jun. 2022. ESG. Disponível em: <https://exame.com/esg/consumo-e-presenca-de-lgbtqia-na-midia-e-revelado-em-estudo-da-nielsen/>. Acesso em 19 jun. 2022.

Outro ponto interessante de ser observado é a queda de receita dos veículos a partir das mudanças em como os leitores consomem notícias.

Nestes quase 10 anos desde a publicação da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, só se intensificou a crise por que passa a indústria da informação jornalística – no Brasil e no Ocidente. Entre 2006 e 2017, o faturamento dos jornais norte-americanos com publicidade caiu de US\$ 49 bilhões para US\$ 16 bilhões. Com a criação das gigantes digitais (Google, YouTube, Facebook, Apple, Twitter etc.), mais de dois mil diários foram fechados nos EUA, nos últimos 15 anos, segundo Penny Abernathy, ex-executiva do *New York Times* e do *Wall Street Journal* (ALVES, 2019)<sup>2</sup>. “O número de empregados em redações de jornais caiu de 74 mil em 2006 para 39 mil em 2017 (MICK; CHRISTOFOLETTI; LIMA, 2021, p.12).

Apesar do trecho citar os Estados Unidos podemos considerar que o mesmo movimento ocorre no Brasil, onde as publicações costumam divulgar suas notícias em redes online como Facebook e Google News, dependendo de uma parcela dos leitores que acessam esses locais e, mais do que isto, confiam na credibilidade do jornal ou revista, por exemplo, e tem interesse em acessá-lo.

É importante entender a busca por audiência, também como uma forma de aumento de receita, além da dominância da narrativa, para pensar na possibilidade de como ampliar a cobertura é crucial neste momento para o jornalismo brasileiro – e mundial. Deste modo, faz muito sentido que os veículos comecem a se preocupar em ter novas fontes, como LGBTI+, trazendo fatos a partir de pesquisas, dados e acontecimentos.

Para isto, é preciso considerar também o reforço a credibilidade do jornal como uma fonte confiável e presente de forma recorrente no dia a dia dos leitores. Especificamente na Folha de S. Paulo é possível lembrar de campanhas publicitárias que abordaram a credibilidade.

Em 1987, o comercial “Hitler” do jornal Folha de S. Paulo chamou a atenção de milhões de brasileiros. Na época, a mensagem inicial do comercial era: “Este homem pegou uma nação destruída, recuperou sua economia e devolveu o orgulho a seu povo [...]”. Ao final, o comercial tinha uma mensagem que ressaltava a credibilidade do veículo: “É possível contar um monte de mentiras dizendo só a verdade. Por isso é preciso tomar muito cuidado com a informação no jornal que você recebe. Folha de S. Paulo, o jornal que mais se compra e o que nunca se vende<sup>2</sup>“. Em 2010, o jornal voltou a divulgar o mesmo comercial, mas com uma mensagem final diferente em comparação à anterior: “Isso valeu para ontem, e isso vai valer para amanhã. Folha, o Jornal do Futuro com a credibilidade de sempre<sup>3</sup>“. Os dois comerciais da Folha de S. Paulo remetem a uma prática comum de muitos veículos de comunicação do país: atrelar o conceito de verdade ao de credibilidade como uma estratégia de mercado e uma aposta para ressaltar a confiabilidade jornalística na sociedade (ALENCAR; DOURADO, 2020, p. 25).

É importante notar que esses comerciais tenham sido feitos há mais de uma década. E, que atualmente, a confiança da população na mídia cai, de acordo com a pesquisa *Edelman Trust*



*Barometer 2022*. Nela, a confiança na mídia caiu um ponto desde o relatório anterior, e tem nota 47 numa escala de 1 a 100. A confiança em relação a mídia só não é mais baixa do que a em relação ao governo, com nota 34, mas é menor do que em relação as ONGs, de nota 60, e empresas, de nota 64. Isto faz com que a mídia fique numa escala negativa de confiança, nas quais estão as instituições com menos de 49 pontos. A pesquisa mostra ainda que 74% dos entrevistados no Brasil acreditam que os jornalistas estão tentando enganar as pessoas de propósito dizendo coisas que sabem ser falsas ou grosseiramente exageradas.<sup>54</sup> Por outro lado, é preciso reconhecer que os veículos de mídia têm se esforçado para gerar confiança e garantir a credibilidade. Exemplo disto é o Consórcio de Veículos da Imprensa, formado pelo O Estado de S. Paulo, G1, O Globo, Extra, Folha de S.Paulo e UOL para informar de forma consolidada dados da pandemia covid-19 no Brasil recebidos das secretarias estaduais de saúde, com o objetivo de disseminar informações claras, transparentes e corretas. Outro exemplo é a checagem do fato por meio de agências especializadas. No caso da Folha de S. Paulo há também uma newsletter lançada em 2020 com as checagens de informações sobre as eleições<sup>55</sup>.

Ao pensarmos nas propagandas da Folha de S. Paulo, por exemplo, é necessário reconhecer que a credibilidade é uma construção que pode ser alterada ao longo dos anos pelas mudanças sociais e de percepção dos leitores.

Essa dimensão da credibilidade, que é anterior à credibilidade efetivamente percebida pelo interlocutor, está ancorada em valores, princípios e práticas que foram se constituindo historicamente como importantes para que a confiança se estabeleça. Esses valores, que também não são imutáveis, indicam grande parte das expectativas que a audiência terá sobre o jornalismo e, claro, indicam o que o enunciador deve fazer para parecer confiável. Os atributos que sustentam a credibilidade precisam ser de alguma forma incorporados ao sujeito que enuncia para serem percebidos pelo sujeito que interpreta (LISBOA; BENETTI, 2017, p. 54).

Para gerar credibilidade numa audiência ampla é preciso de representatividade e mais diversidade nas redações de forma a ampliar as temáticas abordadas e perspectivas a partir do olhar dos jornalistas, que invariavelmente possuem vieses inconscientes, ou seja, crenças e pressupostos aprendidos que muitas vezes não são conscientes, mas influenciam nas atitudes. Assim, os

<sup>54</sup> **Edelman Trust Barometer 2022**. São Paulo: Edelman, 2022. Disponível em: <https://www.edelman.com.br/edelman-trust-barometer-2022>. Acesso em: 19 jul. 2022.

<sup>55</sup> Folha lança newsletter com checagem de fake news nas eleições; envie sua dúvida para verificação. **Folha de S. Paulo**, 30 out. 2020. Eleições 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/10/folha-lanca-newsletter-com-checagem-de-fake-news-nas-eleicoes-envie-sua-duvida-para-verificacao.shtml>. Acesso em: 29 jul. 2022.

jornalistas podem partir dos estereótipos para tomar decisões que vão desde a escolha da publicação da notícia até o processo de produção como os títulos e fotos. Quando falamos dos vieses inconscientes é possível considerar que os mesmos ocorrem de maneira não intencional, mas ainda assim tem um impacto no leitor.

Os estereótipos desencadeiam dois tipos de vieses: os explícitos, que refletem uma crença consciente sobre um determinado grupo de pessoas que levam à discriminação; e os inconscientes, que ocorrem de maneira não intencional, influenciados por pressuposições, estereótipos e crenças sobre um grupo. Essas são as distorções responsáveis por influenciar negativamente nossas decisões, comportamentos e julgamentos sobre as pessoas (KERR, 2021p. 39).

Além disso, a crise da credibilidade também tem relação com as próprias escolhas e práticas de jornalismo ao longo das últimas décadas. Para o professor Schwaab (2020) exemplo disto é o flerte com movimentos antidemocráticos e o levantamento de bandeiras que deveria combater. Isto deu margem para ampliação das notícias falsas, no país mais abordada pelo termo em inglês *fake news*. Não vamos entrar, neste estudo, profundamente nas questões de *fake news*, mas é necessário citá-la, sendo algo que tomou uma proporção ainda maior a partir das eleições presidenciais de 2018. No livro “A máquina do ódio: Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital”, a jornalista Patrícia Campos Mello aborda reportagens sobre o financiamento de disparos em massa no *WhatsApp* e em redes de disseminação de notícias falsas, na maior parte das vezes em benefício do então candidato Jair Messias Bolsonaro. Para além das práticas acontecidas naquele momento, ela traz uma reflexão de como as pessoas são influenciadas pelas notícias, naquele caso falsas, a partir de técnicas de impulsionamento e veiculação em massa via o aplicativo de mensagens.

Uma vez “impulsionada”, a narrativa é então propagada naturalmente pelas redes orgânicas, que são as pessoas de carne e osso que acreditam naquilo que está sendo veiculado. Os americanos chamam isso de *firehosing*, derivado de *fire house*, mangueira de incêndio – trata-se da disseminação de uma informação, que pode ser mentirosa, em um fluxo constante, repetitivo, rápido e em larga escala. As pessoas são bombardeadas de todos os lados por uma notícia – sites de notícias, grupos de *WhatsApp*, *Facebook*, *Instagram* – e essa sensação de repetição lhes confere a sensação de familiaridade com determinada mensagem. A familiaridade, por sua vez, leva o sujeito a aceitar certos conteúdos como verdades (CAMPOS MELLO, p, 16, 2020)

Assim se nota que o domínio da narrativa não pertence mais aos jornalistas e, que, a facilidade no compartilhamento da informação traz problemas de confiabilidade e veracidade as informações. Além disso, os jornalistas têm sofrido também com o processo de produção das notícias. É possível fazer tal afirmação ao encontrar dezenas de pesquisas sobre insalubridade e

condições precárias no trabalho do profissional. Em uma delas foi percebida o acúmulo de funções, multifuncionalidade e sobrecarga de trabalho.

A primeira busca entender se o profissional observa existir tempo suficiente para realizar a apuração adequada dos dados de acordo com cada pauta dentro de um dia normal de trabalho. Para 40,2%, esta variável tem desempenho ruim, e em 18,8% dos casos, péssimo (0,00 a 0,20). Outros 24,8% foram classificados como razoável (0,41 a 0,60). Do outro lado, 12,8% foram caracterizados como bons e 3,4%, ótimo. Quando se observou a relação tempo x demanda para conclusão da redação e edição dos conteúdos jornalísticos desenvolvidos em um dia normal de trabalho, o desempenho do grupo foi similar. Em 38,5% dos casos, esta variável recebe a classificação ruim, enquanto 14,5% são categorizados como péssimo e 31,6%, razoável. Bom e ótimo são pontuações recebidas por apenas 15,4% dos respondentes. Outro fator de precariedade laboral identificado no grupo Rotinas Profissionais é a multifuncionalidade ou acúmulo de funções. Entre os 117 jornalistas profissionais de mídia respondentes, apenas 18 (15,4%) afirmaram desempenhar apenas uma função em um dia normal de trabalho. Os demais exercem duas ou mais atividades laborais diferentes durante a jornada: 23,9% exercem entre duas e três funções; 23,1% realizam de quatro a cinco atividades diferenciadas; já 37,6% executam mais de seis funções em sua rotina profissional (NICOLETTI, 2019, p.163).

Essas condições podem ser ainda mais difíceis quando se considera as tensões nas relações de trabalho e na institucionalidade da profissão. Assim, ao falarmos de diversidade e inclusão nas notícias, especialmente da população trans, não é possível desassociar o modo como os jornalistas estão, em média, em condições de pressão e precariedade. Contudo, não é possível também usar o fato como argumento para qualquer discriminação, violência ou falta de sensibilidade com as populações retratadas nas notícias.

## 6.2 A PRODUÇÃO DA NOTÍCIA NA CONTEMPORANEIDADE

A prática de produção jornalística mudou bastante ao longo dos anos não apenas com a criação de novos meios, desde a prensa até os dias atuais com a digitalização e rápida disseminação das notícias. Atualmente, os jornalistas reiteram e praticam um processo de produção que considera se atentar aos assuntos do momento, bem como buscar novos olhares para publicações futuras. Neste contexto, é preciso pensar na linha editorial da publicação; os interesses do leitor – muitas vezes entendido de modo empírico, caso não haja uma análise específica de dados como comentários nas redes sociais, e-mails e cartas, além de dados demográficos de quem acessa o site da notícia.

Além disso, há a compreensão subjetiva do jornalista e os valores-notícia, sendo doze, de acordo com Galtung e Ruge (1965/1993): frequência; amplitude do evento; clareza ou falta de ambiguidade; a significância; a consonância; o inesperado; a continuidade do que já ganhou

noticiabilidade; a composição de assuntos abordados; a referência a nações de elite; a referência a pessoas de elite; a referência às pessoas envolvidas; e a negatividade. Contudo, não há uma regra clara sobre a ordem de importância dos elementos para compor uma notícia, sendo eles relevantes décadas atrás e também nos dias atuais, mesmo com a criação de novas funções, como a editoria de diversidade apresentada nesta dissertação. Assim:

Galtung e Ruge escrevem que um acontecimento será tanto mais noticiável quanto maior número de valores possuir, embora não seja uma regra absoluta. Igualmente, os autores consideram que um acontecimento poderá ter pouco de um valor e compensar isso com muito de outro valor. Em suma, a matemática é frouxa (TRAQUINA, 2005, p. 73).

Galtung e Ruge são apenas alguns dos autores que tentam definir prioridades para um processo que no dia a dia não contabilizam pragmaticamente quais são os valores mais presentes na notícia que vai ao ar. Assim, as definições do que é notícia implicam em compreensões contemporâneas a partir de regras e acordos institucionais, considerando também as atividades da concorrência e se tornando muitas vezes homogênea ao pensarmos, por exemplo, em jornais com manchetes semelhantes no mesmo dia. Atualmente, é possível considerar também novos valores, como a diversidade e inclusão de grupos socialmente minorizados nas fontes representadas nas notícias e nas equipes que compõem os jornais.

Independentemente dos valores, é preciso compreender que a notícia é a narrativa do fato com elementos variados, não sendo exclusivamente uma entrevista, um artigo opinativo ou outros gêneros jornalísticos. De acordo com Sousa:

Uma notícia é um artefacto linguístico que representa determinados aspectos da realidade, resulta de um processo de construção onde interagem factores de natureza pessoal, social, ideológica, histórica e do meio físico e tecnológico, é difundida por meios jornalísticos e comporta informação com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sócio-cultural, embora a atribuição última de sentido dependa do consumidor da notícia (SOUSA, 2002, p. 03).

Além disso, não há consenso entre os teóricos do jornalismo se a notícia é de fato apenas uma reprodução da realidade. De acordo com a Teoria do Espelho, segundo Pena (2010), o jornalismo é um reflexo da realidade, o jornalista seria apenas um mediador entre os fatos e o público. A Teoria ajuda a trazer credibilidade ao jornalista por apresentar pouca ou nenhuma brecha na decisão do que foi noticiado. Para Benetti (2008) a notícia norteia parâmetros sociais de normalidade ou anormalidade. “O jornalismo acaba indicando o que seria socialmente desejável, normal ou adequado” (p.110). A escolha e produção da notícia também traz um importante debate sobre imparcialidade. Enquanto alguns teóricos discutem a necessidade de imparcialidade do jornalista, sabe-se que os jornais, mesmo que muitas vezes sem transparência, trabalham a partir

de um viés político ou outros interesses. Assim, de certo modo, o jornalista e o editor de notícias compactuam com o viés do veículo e passam a agir de maneira imparcial, seja por meio da escolha das fontes, ou mesmo das falas utilizadas na publicação. Para a socióloga Gaye Tuchman, os jornalistas invocam alguma objetividade para trabalhar a realidade social. E isto se dá a partir de “procedimentos rituais para neutralizar potenciais críticas e para seguirem rotinas confinadas pelos limites cognitivos da racionalidade” (1972, p. 75). A autora apresenta fatos comuns da rotina do jornalista como, em geral, um dia para escrever a notícia, o conhecimento limitado dos acontecimentos e hierarquias desenvolvidas para cumprir os processos que visam a noticiabilidade, mas também os interesses e o lucro. Com isto, a notícia, que se propõe a retratar a realidade, ao fazê-la, também interfere na mesma por meio do contexto em que a produção noticiosa está inserida. Wolf apud Cardoso (2002, p. 145)<sup>56</sup> destaca, em síntese, que o chamado *agenda-setting*, quando as notícias são escolhidas e publicadas de modo que o leitor passe a achar aquele fato mais relevante, não defende que a imprensa pretenda persuadir, mas, ao descrever uma realidade exterior, apresenta ao público uma “lista daquilo sobre o que é necessário ter uma opinião e discutir”.

Para pensarmos nos processos de produção da notícia, é necessário recapitular também teorias como a do *gatekeeper*, ou “porteiro”, em tradução livre. A teoria que surgiu nos anos 1950, por David Manning White, a partir de um artigo publicado na revista *Journalism Quarterly*, considera que a difusão de notícias se dá por meio de canais ou cadeias com pontos, portas ou diques por onde as notícias podem passar ou ficar retidas (WHITE, 1951). Na prática, “Se a decisão for positiva, a notícia acaba de passar pelo ‘portão’; se não for, a sua progressão é impedida, o que significa a sua ‘morte’ porque a notícia não será publicada, pelo menos nesse órgão de informação” (TRAQUINA, 2005, p. 150). Por outro lado, de acordo com Traquina (2005), essa análise leva muito em consideração a decisão do indivíduo, não olhando para fatores macroestruturais. Outros “furos” na teoria ocorrem com a ascensão da internet, por exemplo, “quando a internet proporciona um alargamento do espaço de divulgação e acesso à informação, é a função de gatekeeper do jornalista que fica comprometida” (PINTO; SOUSA, 1998, apud WEBER, 2010, p. 9)<sup>57</sup>. Assim, há uma espécie de perda da monopolização da informação e dos recortes escolhidos, limitando o conhecimento do leitor ao que foi publicado. Isto ocorre também pela globalização e o modelo de

<sup>56</sup> WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 7. ed. Lisboa: Presença, 2002.

<sup>57</sup> PINTO, Ricardo Jorge; SOUSA, Jorge Pedro. **O futuro incerto da Internet**: intercomunicar além do comércio e da publicidade. 1998.

redes no qual estamos vivendo, onde segundo Castells (2002) há o desenvolvimento de novas tecnologias da informação e tentativa da antiga sociedade de reaparelhar-se com o uso do poder. Isto, na prática, faz com que as instituições, como governos, igrejas, mídias e mais, tenham seus poderes diluídos em meio as novas e amplas narrativas e não produzindo os canônicos efeitos de até então, como coloca Miconi.

Sobre o plano sociológico, a escolha do paradigma “informacionista” leva Castells a julgar a troca comunicativa e o pertencimento as redes que o sustentam não mais como uma variável importante, mas como fator determinante do equilíbrio social. A difusão da rede, do seu ponto de vista, não produz, entretanto, os canônicos efeitos – traduzíveis em termos de rejeição de conhecimento ou usando suas palavras, na contraposição entre “interagentes” e “interagidos” (CASTELLS 1996, p.929)<sup>58</sup>: pela sua particular morfologia, na verdade, a rede impõe um parâmetro de inclusão destinado a marcar profundamente o funcionamento da sociedade. Em relação às extratificações tradicionais, fundadas nas posições de vantagem ou sobre a renda, a nova sociedade seria, então fundada principalmente sobre o pertencimento à *network* (o que conta é estar dentro da rede mais do que sobre na estrutura piramidal): como traduzir no plano material os principais do agir de Habermas, Castells sobre a distinção social será mais fundada na inclusão, nos processos de produção e trocar de informações (MICONI, 2008, p. 160).

Além disso, de acordo com Di Felice (2008), as redes digitais transformam o fluxo de informação “de todos para todos”.

A passagem da forma de comunicação analógica para a digital determina a transformação de um conjunto de características na gestão dos processos de tomada de decisão que se mantiveram constantes na forma comunicativa unidirecional. Se o advento da mídia de massa eletrônica consolidou as democracias e os estados nacionais, criando uma esfera pública acessível a um grande número de população, a comunicação digital passa a definir um novo tipo de pacto transorgânico-territorial e de interações (DI FELICE, 2008, p. 51).

O jornalista passa então a atuar nesse cenário de acessibilidade da difusão das informações, bem como das construções delas. Assim, o profissional é ainda um ator dentro da antropologia, e seu trabalho pode muito se assemelhar ao de um pesquisador, um antropólogo, apesar dos diferentes métodos empregados ao longo do processo. Isto porque “o número de informantes que serão ouvidos dependerá da pesquisa realizada e do objeto em questão (...) Ele escuta e observa. E depois escrever sua interpretação do que ouviu” (LAGO, 2008, p. 52). O assunto a partir da digitalização do conteúdo é vasto, contudo, o presente trabalho não pretende explorar ainda mais os temas recentes que acarretaram essa produção como a grande disseminação das notícias falsas, focando apenas no processo de produção da notícia na redação de jornalismo profissional, sem considerar como as mensagens estão sendo manipuladas ou utilizadas por aqueles que, antes, eram exclusivamente leitores. Com a internet, como já supunham alguns especialistas,

---

<sup>58</sup> CASTELLS, Manuel. **The rise of the network society**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996.

o jornalista tem uma mudança de papel e continua sendo o porteiro, mas de um modo de que oriente entre o imenso mar de informações diárias.

O emaranhado de conteúdos da internet, para qualquer usuário inexperiente, reclama profissionais especializados em criar mas também em analisar e hierarquizar a informação. Por isso, uma das mudanças principais consistirá provavelmente em mudar o modelo tradicional de ensino, que visa à formação dos futuros jornalistas em habilidades profissionais dirigidas para enfrentar a escassez da informação para um outro modelo em que se forme jornalistas para enfrentar a superabundância de informação. Com a internet, o problema já não é encontrar informação, mas sim distinguir entre o significativo e o irrelevante (SALAVERRÍA, 2000).

No dia a dia do processo de produção jornalística há alguns caminhos para a construção das notícias. Por exemplo, os veículos têm cada vez mais publicado aquilo que tem repercutido na internet, seja a partir de uma apuração de outro veículo, ou mesmo de uma publicação nas redes sociais de alguma pessoa pública. Outro caminho é pela apuração própria, na qual o jornalista e o editor definem um tema a partir da busca de dados e fontes e, claro, com o entendimento empírico de que aquilo terá interesse público. Um terceiro caminho se dá por meio das assessorias de imprensa, que trabalham para divulgar seus clientes, podendo ser eles empresas, governo ou figuras públicas. A partir da sugestão das assessorias, os jornalistas podem optar por publicar conteúdos já prontos, os chamados *releases*, ou iniciar uma apuração a partir do material recebido inicialmente. Independente dos caminhos tomados pelos jornalistas, é sabido então que algum valor a notícia terá, e sempre haverá uma busca pela audiência, credibilidade e outros importantes fatores para que os jornais continuem lucrando. Afinal, o jornalismo é prestação de serviço, mas também um negócio.

Esta organização das pautas e a escolha das publicações a partir de valores-notícia institucionais apontam também para, especialmente nas décadas anteriores, a exclusão de pessoas trans, visto que se busca fontes oficiais, de prestígio, e em espaços de poder, enquanto que as pessoas trans estavam – e continuam de algum modo – marginalizadas, havendo ainda hoje poucas ocorrências de pessoas trans como líderes comunitários, políticos, de instituições educacionais, empresas e mais. “Paletz e Entman argumentam que os jornalistas preferem as fontes oficiais porque são mais fáceis de contactar e porque são consideradas tanto mais informadas como mais credíveis” (TRAQUINA, 2005, p. 121). Neste contexto, o autor lembra ainda como os movimentos sociais, por exemplo, são aqueles que tem poucos recursos de dificuldade em se tornar notícia pois dependem da capacidade de criar uma maior publicização das ações.

Sabe-se ainda que as escolhas dos jornalistas influenciam na percepção e construção da realidade também por meio do poder.

O primeiro poder dos jornalistas é a decisão última de decidir o que é notícia, sabendo que a notícia dá existência pública aos acontecimentos ou à problemática. É o já mencionado saber de reconhecimento. O segundo poder dos jornalistas é a última palavra sobre a construção dos acontecimentos como notícia. As notícias são construções, narrativas, “estórias”. (...) Assim, o jornalismo e os jornalistas podem influenciar não só sobre o que pensar mas também como pensar (TRAQUINA, 2005, p. 203).

No dia a dia, os jornalistas continuam a buscar fontes oficiais nos mesmos lugares, como presidência de empresas e políticos. Há ainda poucas iniciativas de criação de bancos de dados com fontes qualificadas e inovadoras. Em uma das ocasiões, por exemplo, o Celina, projeto de jornalismo do Grupo Globo focado na cobertura de gênero lançou, em 2019, o Fale com Elas, um banco de fontes formado apenas por mulheres, disponibilizado gratuitamente na internet com nome, cargo, contato e especialização para que mais mulheres sejam ouvidas nas pautas da imprensa. Caminho semelhante pode ser estabelecido para a ampliação da presença de LGBTI+.

Considerando ainda que este estudo analisou as notícias online, é preciso dizer que o jornalismo digital, “adveio de uma nova sociedade, com novos valores, novos comportamentos, novos encaixes pessoais e novas formas de consumir informação e conteúdos, o tempo todo, em infinita pletora de equipamentos digitais” (SQUIRRA, 2012, p.2). Além disso, com a possibilidade de espalhar os mesmos conteúdos para plataformas diferentes, a convergência de mídias acontece pela relação entre ideias e meios; por isso o desenvolvimento de mídias em suportes digitais aumenta o potencial de comunicação (FACCION, 2010).

Também em relação à produção, o jornalista passa a trabalhar de forma mais transversal, produzindo e editando conteúdos em diferentes mídias (como foto, texto e vídeo) que podem ser disponibilizadas em um só lugar. Para isto, ele precisa conhecer e manipular minimamente bem os diferentes tipos de conteúdo, algo que décadas atrás ele provavelmente não faria, havendo uma pessoa para o texto, e outra para a produção de foto e vídeo, por exemplo. Com isto, especialmente no início da ascensão da notícia em veículos digitais havia uma preocupação sobre a qualidade do produto final, mas, cada vez mais essas tarefas foram se tornando parte do cotidiano das redações. É importante reconhecer ainda que parte das redações hoje são formadas por aqueles que já na Universidade aprenderam sobre os processos digitais de produção do jornalismo. Ferrari (2012) também aponta outras características as quais o jornalista inserido no contexto de comunicação digital deve desenvolver, uma vez que “além da necessidade de trabalhar com vários tipos de mídia,



o jornalismo multimídia precisa desenvolver no repórter uma visão multidisciplinar, com visões comerciais de marketing”. Utilizar plataformas multimídias também exige do profissional de comunicação, mais do que visões comerciais, habilidades capazes de torná-lo apto a informar a partir de diversos meios:

A principal mudança da convergência nas práticas multimídia é a polivalência exigida dos profissionais, de quem os veículos passam exigir habilidades para elaborar notícias para diferentes suportes (...), que é um profissional, do qual se espera, entre outras habilidades operacionais, o domínio de técnicas de gravação e edição digitais e uma versatilidade para elaborar conteúdos com imagens, áudios, texto e gráficos (D’ANDRÉA, 2012, p.38).

Pode-se entender então como a produção da notícia mudou muito desde o seu surgimento e, especialmente nas últimas décadas, alterando também o papel do jornalista como aquele que dominava a narrativa para aquele que produz a partir do possível interesse público, mas também para entrar em narrativas que começaram a partir de outros atores da sociedade. Além disto, entende-se que o profissional está cada vez mais versátil, buscando entender e participar de diferentes mídias.

### 6.3 A FOLHA DE S. PAULO E O TRATAMENTO DE DIVERSIDADE

A Folha de S. Paulo é um jornal que teve sua história iniciada em 1921, ainda como Folha da Noite. Já em julho de 1925 foi criado o jornal Folha da Manhã, com o objetivo de publicar notícias complementares à Folha da Noite. Depois de 24 anos foi iniciada também a edição da Folha da Tarde, sendo que em 1960 as três publicações se fundiram em uma só e deram início ao formato impresso como conhecemos hoje. É importante contextualizar e informar parte da história da Folha de S. Paulo para se ter em mente que o jornal teve a oportunidade de relatar os principais acontecimentos de praticamente todo o século XX e, mais recentemente, XXI. Neste contexto, é possível considerar que houve cobertura jornalística sobre a população LGBTI+ e desdobramentos como epidemia da HIV, uso do nome social para pessoas trans e criminalizações por LGBTfobia.

Em relação à história do jornal, de acordo com pesquisadores, entende-se que uma parte relevante do crescimento do jornal aconteceu durante a ditadura militar, época em que a população trans foi retratada de modo marginalizado e vulgarizado. Para alguns deles, como Dias, ainda há resquícios da militarização nas narrativas do veículo, comparando-o inclusive com o jornal O Globo.

Por mais que durante o processo de retomada da democracia essas empresas tenham articulado relações díspares em relação aos sistemas políticos, há ainda um forte ranço da tradição conservadora autoritária nesses jornais, que é sempre diluído sob o pretexto de que estes se pautam, acima de tudo, pelo viés da objetividade, da pluralidade e do apartidarismo em relação à vida política nacional. Essas apropriações discursivas acabaram historicamente por legitimá-los como um dos principais representantes do “bom” jornalismo praticado no país, autorizando as “verdades” circunscritas pela produção de seus acontecimentos (BONSATO DIAS, 2019, p. 475).

Além disso, nos anos 1960, a direção da Folha de S. Paulo foi assumida por Octávio Frias e Carlos Caldeira Filho, quando ambos encontraram a empresa em má situação financeiro-administrativa, mas tiveram ativos financeiros alavancados também pela inflação, de acordo com Ribeiro (1994). Os gestores fizeram investimentos tecnológicos e adquiriram outros jornais. E, de acordo com referências de Ribeiro, no período da ditadura a Folha atuou dos dois lados, com vozes da direita e esquerda. Outro fato relevante é que, em 1984, com a chegada de Otavio Frias Filho ao comando, viu-se o nascimento do Projeto Folha:

Cujas propostas básicas foram reunidas no “Manual Geral de Redação” e num conjunto de seis textos (datados de junho 1981 a agosto de 1988) distribuídos pela redação. Nesses documentos pretendeu-se construir um projeto sobretudo técnico, como base de um jornalismo “crítico, pluralista, apartidário e moderno”. Delineava-se uma face ideológica para o principal produto de uma indústria jornalística que, nas décadas anteriores, se consolidara como organização empresarial (RIBEIRO, 1994, p.64).

O Projeto teve momentos controversos e nos meses seguintes de seu início culminou na demissão de centenas de jornalistas que, segundo Frias, não estavam à altura das exigências. Segundo Ribeiro (1994) anos após o início do Projeto, o executivo comemorou vitórias, mas reconheceu as dificuldades impostas por processos burocráticos. Neste cenário de tentativas, erros e acertos, a Folha de S. Paulo, em 1987, instituiu Caio Tulio como o primeiro ombudsman, profissional que tinha como função criticar as práticas da instituição e as notícias publicadas. Desde então, outras pessoas ocuparam o cargo, inclusive Paula Cesarino Costa, a primeira editora de diversidade, e Flavia Lima, editora de diversidade da Folha de S. Paulo no período de fechamento da dissertação.

Em 2022, o jornal esteve sob a presidência de Luiz Frias, economista formado pela Universidade de São Paulo, filho de Octávio Frias, e que afirma ser a independência a prioridade da Folha de S. Paulo. “A maior prioridade foi, é e continuará a ser a Redação. Meu pai [Octavio Frias de Oliveira; 1912-2007], meu irmão [Otavio Frias Filho; 1957-2018] e eu sempre acreditamos

que antes da independência editorial vem a financeira”, afirmou quando a publicação completou 100 anos<sup>59</sup>.

Há outro importante aspecto sobre a pluralidade no veículo: a existência de um conselho editorial, que tem a missão de “criticar o jornal, trazer novas ideias e discutir tendências”, sendo que “os membros devem se reunir de três a quatro vezes por ano”<sup>60</sup>. Na formação do mais recente conselho foram considerados os aspectos de diversidade e inclusão. Assim, desde setembro de 2019, há um grupo formado por onze pessoas ao considerar gênero, raça, religião e ponto de vista. Ali, na mesma data, também foi instituído um Diretor de Opinião para coordenar os editoriais da Folha de S. Paulo e responder ao *publisher*, Luiz Frias, e ao diretor de redação, Sérgio Dávila.

O conselho mais moderno vai em linha com o que diz Nassar (2010) sobre uma comunicação mais mestiça, gay e feminina em relação à diversidade nos negócios e comunicação:

A administração deve assumir novas formas de se relacionar com a diversidade comportamental, etária, étnica, religiosa. Imagine, neste momento, no mundo do trabalho, tão regulamentado e preconceituoso, as mudanças inevitáveis de áreas como comunicação e recursos humanos diante da conquista de direitos (...). O gestor conectado no mundo, já entendeu que é preciso preparar a empresa, aprender a se relacionar, beneficiar e capacitar pessoas diversas, surgidas e legitimadas pela afirmação positiva dos homossexuais, das mulheres, dos índios, dos negros, dos mulatos, na sociedade (NASSAR, 2010).

Ao observar os diferentes pontos, pode-se dizer que o crescimento do jornal ocorreu também pela sua produção, credibilidade e interesse do leitor, que se mantém e faz com que a Folha de S. Paulo seja o jornal nacional de maior audiência e circulação, de acordo com o IVC Brasil (Instituto Verificador de Comunicação), a partir de dados de 2020<sup>61</sup>. É preciso lembrar também do UOL, um portal de notícias entre os mais acessados e relevantes do país, com dezenas de jornalistas em exercício, cujo qual a Folha de S. Paulo é sócia minoritária e sem direito ao voto. Citar o portal é importante ao pensar que o mesmo pode ter auxiliado os jornalistas e gestores no entendimento

---

<sup>59</sup> CANZIAN, Fernando. Prioridade é a Redação, com independência editorial e financeira, diz Publisher da Folha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 fev. 2021. Folha 100 anos. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/02/prioridade-e-a-redacao-com-independencia-editorial-e-financeira-diz-publisher-da-folha.shtml>; Acesso em: 3 maio 2021.

<sup>60</sup> Folha muda conselho editorial e reforça diversidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 set. 2021. Folha 100 anos. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/09/folha-muda-conselho-editorial-e-reforca-diversidade.shtml>. Acesso em 29 jul. 2022.

<sup>61</sup> Folha é o jornal mais nacional do país e o de maior audiência e circulação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 mar. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/folha-e-o-jornal-mais-nacional-e-o-de-maior-audiencia-e-circulacao.shtml>. Acesso em 29 jul. 2022.

de como se fazer jornalismo online com boas práticas de redação até se chegar no modelo utilizado nas notícias analisadas nesta dissertação.

Assim, é possível compreender que a Folha de S. Paulo e outros jornais brasileiros existem e trabalham em uma sociedade com diferentes pontos de vista e potenciais controvérsias. Então, compreendeu-se a importância de citar nesta dissertação desde os apontamentos que relacionam o jornal aos momentos como a ditadura militar e seus contextos históricos até os dias atuais, com iniciativas que podem gerar mais inclusão e diversidade a partir da institucionalização de conselhos plurais, novas editorias e outras práticas. Entender a estrutura do jornal e as suas conjunturas ao longo dos anos se faz necessário quando a dissertação pretende contextualizar as notícias e sua função social ao longo dos anos em relação a retratação da população trans. Para a compreensão das narrativas, é importante considerar também a existência do Manual de Redação da Folha de S. Paulo, que teve sua primeira edição publicada em 1984 e serviu para orientar os jornalistas da redação, e até mesmo de todo país uma vez que ele é comercializado. Na última edição do Manual de Redação da Folha de S. Paulo, publicado em 2021, há os seguintes verbetes:

- **Diversidade:** “Editoria responsável por ampliar na Folha a representatividade de gênero, de orientação sexual, racial, social, geográfica, ideológica, religiosa e de grupos historicamente marginalizados. Suas funções incluem fomentar a busca por fontes, personagens e histórias que reflitam essa pluralidade, bem como garantir que os processos internos do jornal se pautem pela diversidade e sejam cada vez mais inclusivos.
- **Orientação sexual:** só identifique a orientação sexual do personagem caso ele a tenha anunciado e seja relevante no contexto da notícia. Exemplo: o ministro Fulano foi exonerado do cargo após revelar ser homossexual.
- **Identidade de gênero:** gênero com o qual a pessoa se identifica. Usa-se o termo transgênero em referência a uma pessoa que não se identifica com o sexo biológico. Ao escrever sobre transgênero, adote a identidade declarada pela pessoa: o Museu da Pessoa homenageou a cartunista Laerte (Laerte é uma mulher transgênero). O ator Thammy Miranda está escalado para a próxima novela das nove (Thammy é um homem transgênero).

Transgênero é um termo amplo em que cabem as definições travesti e transexual, entre outras. O antônimo de transgênero é cisgênero (do latim cis, do mesmo lado).

Não confunda identidade de gênero com orientação sexual. Esta indica por qual gênero uma pessoa se sente sexualmente e/ou amorosamente atraída. As orientações mais comuns são heterossexual, homossexual e bissexual.

Em textos noticiosos, quando pertinente mencionar um desses aspectos, respeite a forma como os indivíduos se classificam em relação à sua identidade de gênero (se trans, transgênero, transexual ou travesti, por exemplo) e sua orientação sexual. Se for relevante e, sempre que possível, após consultar a pessoa, informe o sexo biológico de nascimento e se ela fez cirurgia de transgenitalização (nome técnico da cirurgia de mudança de sexo ou de redesignação genital).

- Travesti: No Brasil, predomina o uso do termo para designar pessoa nascida com o sexo biológico masculino que não só se veste, se comporta e deseja ser tratada como mulher, mas também tem nome social feminino. Nesses casos, escreva a travesti (se a condição for inversa escreva o travesti).

Não confunda travestis com as drag queens, homens que se vestem ocasionalmente de mulher, criando um personagem com roupas e maquiagens considerados exagerados, em geral para performances artísticas (na condição inversa escreva o drag king). Tampouco confunda travesti com crossdressers, homens que se vestem de mulher, e vice-versa, independente da orientação sexual que adotam.

O Manual traz outros verbetes como gay, lésbica e minoria. Já para transexuais e transgêneros a explicação se dá dentro do verbete identidade de gênero, sem maiores detalhes, diferentemente do que acontece com travesti. Ainda em relação ao uso do termo travesti, é necessário notar que o Manual traz a possibilidade de se escrever “o travesti”, algo inapropriado, uma vez que as travestis sempre se identificam com o gênero feminino.

Em relação às pessoas que trabalham na Folha de S. Paulo, segundo Flávia Lima, secretária-assistente de redação e editora de diversidade da Folha de S. Paulo respondeu, via mensagem privada na rede social de empregabilidade LinkedIn, se há LGBTI+ na Folha de S. Paulo. De acordo com ela sim, incluindo trans, mas não foram ditas quantas pessoas. Lima informou ainda que um censo anual estaria sendo realizado, com conclusão prevista para meados de abril de 2022, que incluiria perguntas sobre diversidade (cor, gênero, orientação sexual, religião). O censo, de acordo com minha pesquisa, não foi divulgado externamente, mas é uma ferramenta importante nas empresas de diferentes segmentos para se ter uma visão interna mais

completa da possível diversidade existente e, assim, construir ferramentas e políticas para que o quadro funcional reflita, ou ao menos tente refletir, o censo brasileiro.

Flavia Lima, que trabalha na Folha de S. Paulo desde maio de 2017, assumiu o cargo de editora de diversidade em maio de 2021 e, em fevereiro de 2022 passou a ter também a função de secretária-assistente de redação para a diversidade. Segundo ela, a novidade tem o objetivo de colocar a diversidade em um lugar de decisão (sobretudo decisões editoriais) do jornal. Assim, compreende-se que, para além das decisões noticiosas como escolha de fontes e pautas, o cargo poderá influenciar na contratação de profissionais e outras deliberações. É possível esperar mudanças nesse sentido uma vez que alguns movimentos foram anunciados em outros recortes de diversidade, como para pessoas negras, com trainee exclusivos para profissionais pretos e pardos – a segunda edição, com inscrições abertas em janeiro de 2022, foi a 66ª edição de um trainee na Folha de S. Paulo. Na divulgação do mesmo, houve a afirmação de que: “Desde 2019, a editoria de Diversidade participa da contratação de jornalistas, colunistas e colaboradores e ajuda a trazer maior diversidade de fontes e de temas abordados pelo jornal. O objetivo é ampliar a pluralidade, um dos princípios editoriais da Folha, inclusive no perfil dos leitores”.<sup>62</sup> Contudo, não há informações sobre a possibilidade de contratações específicas de pessoas trans.

Além disso, em maio de 2022 o jornal divulgou a criação de um Comitê de Inclusão e Equidade, inicialmente formado por 17 jornalistas. A iniciativa se deu após mais de 200 jornalistas assinarem uma carta em reação à publicação de um texto de Antônio Risério, em que o antropólogo acusa grupos de negros de racismo contra brancos. Segundo o anúncio, “O comitê atuará dentro e fora das editorias do jornal com o objetivo de sugerir e desenvolver projetos que tornem a Folha mais inclusiva e equânime quando o assunto é raça, cor, etnia, gênero, orientação sexual, classe e pessoas com deficiência.”<sup>63</sup>

---

<sup>62</sup> Folha abre vagas para segunda edição de treinamento para profissionais negros. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 jan. 2022. Novo em Folha. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/novo-em-folha/2022/01/folha-realiza-segunda-edicao-de-treinamento-para-profissionais-negros.shtml>. Acesso em: 12 mar. 2022.

<sup>63</sup> MOREIRA, Matheus. Jornalistas da Folha criam Comitê de Inclusão e Equidade para diversidade no jornal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 maio 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/novo-em-folha/2022/05/jornalistas-da-folha-criam-comite-de-inclusao-e-equidade-para-diversidade-no-jornal.shtml>. Acesso em 19 jun. 2022.

## 7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são apresentados os dados de como a pesquisa foi construída com as principais definições e construções metodológicas para desenvolver a análise proposta. A pesquisa ocorreu em fases distintas.

- a) Na primeira delas, houve a observação da baixa presença de pessoas trans nas companhias, e os poucos dados sobre os funcionários LGBTI+ como apontou reportagens como o Guia Exame de Diversidade, produzido por mim enquanto jornalista e outros colegas. Ali houve um despertar de consciência sobre a necessidade de aprofundar os estudos que pudessem relacionar as narrativas jornalísticas com a presença de pessoas trans.
- b) Para isto, o primeiro passo foi voltar à academia, após a faculdade, como aluna especial da disciplina Alteridade em diálogo: Educomunicação, Relações de Gênero e Narrativas Midiáticas Não Ficcionalis, na Universidade de São Paulo. O trabalho de conclusão da disciplina foi o que inspirou o projeto de pesquisa que, inicialmente, sugeria uma comparação entre a Folha de S. Paulo e o G1. Optou-se pelo foco na Folha de S. Paulo pela importância do veículo, como abordado anteriormente; o volume de publicações; a clareza na disposição das notícias em acesso online; a possibilidade de entender uma evolução no período determinado; além de considerar a existência de uma pessoa focada na diversidade no jornal, algo ainda pouco explorado no Brasil, e bastante interessante na contemporaneidade visto os cenários econômicos, sociais e políticos desafiadores.
- c) Ao começar a pesquisa de fato, foi realizado um embasamento teórico, considerando autores que abordam sexualidade, gênero e transgeneridade, incluindo aqueles que trazem aspectos históricos da população LGBTI+, e especialmente pessoas trans, no país.
- d) Mais adiante, foram realizadas as primeiras pesquisas online no jornal Folha de S. Paulo a fim de compreender quais notícias poderiam ser analisadas. Reforçou-se também a base teórica com especialistas do jornalismo e de métodos de pesquisa.
- e) Após a primeira etapa e o ritual do projeto de pesquisa no momento da qualificação, ou seja, a validação junto ao programa PPGCOM, foi continuada a construção dos

capítulos e, sob a orientação de mais foco, o corpus mudou. Ao invés de se olhar para os nove meses que compreendem a criação do cargo de editora de diversidade até o início da pandemia da covid-19, foram selecionadas as notícias dos meses de junho nos anos de 2019, 2020 e 2021. A intenção, deste modo, é a partir do Mês do Orgulho LGBTI+, quando a temática da diversidade sexual e de gênero é mais abordada, compreender se a quantidade de notícias com pessoas trans mudou antes da pandemia da covid-19 e com poucas semanas após a criação do cargo de editora de diversidade (2019); depois, quando havia pandemia no Brasil há cerca de três meses (2020); e quando havia mais de um ano de pandemia e mais tempo de existência do cargo (2021).

- f) Além da quantidade de notícias, foi importante compreender a forma como a narrativa foi construída a partir de análises de conteúdo com, por exemplo, o *software* Iramuteq<sup>64</sup>. Mas para a análise de conteúdo é preciso uma metodologia que contemple a representação e interpretação dos resultados. Um exemplo é a análise de coocorrências e a associação da mensagem.

Enquanto a frequência de aparição das unidades de significação ou de elementos formais assenta no princípio de que quanto maior for a frequência dos elementos, maior será a sua importância, a coocorrência (ou a não coocorrência) de dois ou mais elementos revelaria a associação ou dissociação no espírito do locutor (BARDIN, 2016, p. 260).

- g) A partir disto, fez-se uma leitura dos resultados assim como das notícias em busca de associar essas coocorrências para a melhor compreensão das narrativas. A seguir, serão detalhados os procedimentos metodológicos para a cumprimento dos objetivos de pesquisa, considerando os autores, as notícias selecionadas e as análises a partir das mesmas.

## 7.1 PERFIL DA PESQUISA

Esta dissertação tem cunho qualitativo e cita também dados quantitativos para orientar a análise na busca pelo entendimento se a visibilidade das pessoas trans ficou mais frequente na Folha de S. Paulo ao longo dos anos a partir do recorte nos meses de junho de 2019, junho de 2020 e junho de 2021, como destacado anteriormente.

---

<sup>64</sup> O IRAMUTEQ é um software gratuito e com fonte aberta, desenvolvido por Pierre Ratinaud e licenciado por GNU GPL (v2), que permite fazer análises estatísticas sobre corpus textuais e sobre tabelas indivíduos/palavras. Ele ancora-se no software R ([www.r-project.org](http://www.r-project.org)) e na linguagem Python ([www.python.org](http://www.python.org)).



Para isto, é necessário dizer que, entende-se a metodologia como “uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa; nela, toda questão técnica implica uma discussão teórica” (MARTINS, 2004, p. 291). E, como uma pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2002), estuda o âmbito de significados, aspirações, atitudes, crenças e valores. Ainda segundo a autora, a abordagem busca compreender o significado das ações e relações humanas, neste caso, a partir da análise de conteúdo das notícias do jornal Folha de S. Paulo a partir de critérios como período determinado e uso do termo trans. Para realizar a dissertação foi preciso compreender também que “a tendência atual da análise de conteúdo desfavorece a dicotomia entre o quantitativo e o qualitativo, promovendo uma integração entre as duas visões” (HERSCOVITZ, p. 126).

A pesquisa qualitativa foi realizada a partir da seleção das notícias que apareceram na busca da versão online do jornal Folha de S. Paulo quando filtradas pelo termo “trans”, e nos meses escolhidos (junho de 2019, 2020 e 2021). E, análise de conteúdo se fez apropriada uma vez que

Pode ser empregada em estudos exploratórios, descritivos ou explanatórios. Os pesquisadores que utilizam a análise de conteúdo são como detetives em busca de pistas que desvendem os significados aparentes e/ou implícitos dos signos e das narrativas jornalísticas, expõe tendências, conflitos e interesses, ambiguidades ou ideologias presentes nos materiais examinados (HERSCOVITZ, 2008, p. 127).

Além disso, para a Bardin a análise qualitativa não é sobre frequência. “Pode-se dizer que o que caracteriza a análise qualitativa é o fato de a “inferência – sempre que é realizada – ser fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem etc.), e não sobre a frequência de sua aparição, em cada comunicação individual” (BARDIN, 2016, p. 146).

Para a análise foi realizada a seleção de uma amostragem não-aleatória, quando há um período determinado e uma escolha de palavras para a apuração das notícias. De acordo com Lago e Benetti (2008) essa é uma abordagem de quando se trabalha, por exemplo, com edições e datas específicas. Após resolvida a questão do que analisar, parte-se para a análise em si. O desenvolvimento da coleta dos dados teve como premissa a seleção de variáveis que fossem diretamente obtidas na Folha de S. Paulo e abordassem narrativas com pessoas trans nas notícias, fazendo com que algumas das notícias fossem, por exemplo, excluídas quando houvesse a palavra trans no corpus, mas não uma abordagem específica sobre essas pessoas, como será mais detalhado adiante. Antes de avançarmos é preciso dizer que a análise de conteúdo foi entendida como a melhor forma de conduzir a dissertação, pois se trata de:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores

(quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessa mensagem (BARDIN, 2016, p.48).

## 7.2 SELEÇÃO DO CORPUS E ETAPAS INICIAIS DE ANÁLISE

A dissertação ocorreu a partir das seguintes etapas:

### 1) Escolha do termo trans para o filtro de pesquisa

A pesquisa foi realizada a partir da análise das notícias publicadas no jornal online no período proposto. Para melhor compreender o teor e abordagem das publicações, escolheu-se pesquisar pela palavra “trans” como filtro para selecionar as notícias com pessoas transexuais e travestis.

Não foram utilizadas nas buscas as palavras travestis e transexuais por compreender, a partir do verbete, identidade de gênero do Manual da Folha de S. Paulo, que o termo trans contemplaria as diferentes identidades de gênero. Além disto, considerou-se o volume já encontrado quando se busca apenas as palavras trans, sendo, sem eliminar notícias, antes de analisar o conteúdo, 55 reportagens encontradas em junho de 2019; 47 em junho de 2020 e 73 em junho de 2021, somando-se 175 publicações.

### 2) Categorização a partir das editorias existentes no jornal

Depois de filtradas as 175 notícias online, foi desenvolvido um processo metodológico de categorização levando em consideração uma contagem das editorias nas quais as notícias foram publicadas. Foram: 23 editorias em 2019, 21 em 2020 e 37 em 2021, o que mostra não apenas o aumento das publicações em mais de 50% em 2021 quando comparado a 2020 e 2019, como também a pulverização do tema em editorias diversas. É importante dizer ainda que entre as editorias há desde espaços fixos de publicações dos jornalistas que compõe a redação da Folha de S. Paulo, como em mundo, cotidiano e ilustrada, bem como colunistas que publicam opiniões em colunas e blogs.

### 3) Leitura das notícias e análise se de fato abordavam pessoas trans

A partir da categorização considerando as editorias do jornal houve um trabalho de leitura para retirar aquelas que ou não se referiam as pessoas trans, como uma que abordava “gordura

trans”, ou não tinham as pessoas trans como tema central da notícia. Isto se deu pela percepção do tema e colocação das frases. Por exemplo, foram excluídas aquelas que as pessoas trans são citadas uma única vez dentro de um contexto maior, como num perfil de uma celebridade cisgênero, ao exemplo de “Sou uma adolescente normal, que não cresceu num meio comum, diz Maisa”<sup>65</sup>.

Foi criada uma tabela com as notícias excluídas da pesquisa para compreender se havia alguma semelhança nas editorias no qual isto ocorreu, mas foi percebido que tal critério era pouco relevante para a dissertação. Nesta etapa também foram excluídas as notícias que se repetiam, mesmo que em editorias, colunas ou blogs diferentes. Ao todo foram 24 notícias excluídas sendo 10 em 2019, 7 em 2020 e 7 em 2021, a partir dos critérios mencionados anteriormente, sendo eles:

- a) Não falar sobre pessoas trans, mas sim com outros usos da palavra, como “gordura trans”
- b) Estar a pessoa trans citada apenas uma vez num contexto maior como perfil de pessoa cisgênero
- c) Citar a pessoa trans sem contexto ou aprofundamento relevantes, como quando diz que há uma pessoa trans em um programa televisivo, e nada mais.
- d) Repetição de notícia

As notícias excluídas foram destacadas abaixo:

Quadro 2 - Notícias excluídas da análise de conteúdo

Ano	Editoria	Título	Link
2019	Celebridades	Eleita miss Brasil há 50 anos, Vera Fischer diz que só participou do concurso para ser livre	encurtador.com.br/jIOT4
2019	Opinião	Rubens Ewald Filho e sua língua afiada	encurtador.com.br/alqLP
2019	Telepadi	Dono de uma língua afiada, Rubens Ewald era um Google de cinema, muito antes do Google existir	encurtador.com.br/bkyM4
2019	A chata das dietas	Jantar tarde pode contribuir para o ganho de peso, mostra pesquisa	encurtador.com.br/kmxEY
2019	Guia Folha	Slam das minas	encurtador.com.br/orzBV
2019	Guia Folha – Passeios	Slam das minas	encurtador.com.br/hx178

<sup>65</sup> SORAGGI, Bruno. Sou uma adolescente normal, que não cresceu num meio comum, diz Maisa . Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/06/sou-uma-adolescente-normal-que-nao-cresceu-num-meio-comum-diz-maisa.shtml>. Acesso em: 4 fev. 2020.

2019	Preta, preto, pretinhos	Slam das minas	encurtador.com.br/HKRU6
2019	Ilustrada	'Madame X' é filho mais bizarro, criativo e politizado de Madonna	encurtador.com.br/gjBQ1
2019	Mônica Bergamo	Sou uma adolescente normal, que não cresceu num meio comum, diz Maisa	encurtador.com.br/mqGJ5
2019	Mundo	Marido aquece campanha de Pete Buttigieg à Presidência dos EUA	encurtador.com.br/LUX14
2020	Celebridades	João Côrtes sai do armário no Dia do Orgulho LGBTQIA+ e diz que tinha 'pavor de aceitar'	encurtador.com.br/luS03
2020	Cinemas e séries	Nickelodeon assume oficialmente que Bob Esponja é um personagem LGBT	encurtador.com.br/frZ69
2020	Celebridades	Ator Justice Smith assume namoro com Nicholas Ashe e desabafa sobre racismo	encurtador.com.br/rvEHI
2020	Games	Canal expulso da Twitch, Xbox Mil Grau leva guerras culturais a mundo dos games	encurtador.com.br/ctNSY
2020	Turismo	Países decidem isolar visitantes, mas não há acordo sobre como fazer isso	encurtador.com.br/mprs3
2020	Cotidiano	Miss Biá foi <i>drag queen</i> pioneira e 'Hebe das gays'	encurtador.com.br/fMNP7
2020	Telepadi	Melhor série do ano até aqui, 'Homens?' encerra 2ª temporada	encurtador.com.br/ijlvB
2021	Agora	Ação social faz revisão gratuita de bicicletas de entregadores de São Paulo	encurtador.com.br/vBKV3
2021	Inteligência de mercado	Brasil recebe 68 leões no Festival Cannes Lions	encurtador.com.br/elqV2
2021	Tati Bernardi	Você tem um negro pra indicar?	encurtador.com.br/borEZ
2021	Moda	São Paulo Fashion Week tem recorde de negros e indígenas e destaca novas brasilidades	encurtador.com.br/yCKO7
2021	De faixa a coroa	Miss Brasil Mundo terá uma das edições mais acirradas; veja candidatas	encurtador.com.br/lrxZ0
2021	João Pereira Coutinho	A intolerância perante a intolerância transformou nazistas em celebridades	encurtador.com.br/bdjmu
2021	Livros	Carmen Maria Machado explora limites do MeToo em livro sobre relação abusiva	encurtador.com.br/fqrwY

**Fonte:** Produzida pela autora com dados da Folha de S. Paulo

## 4) Recorte

Devido ao volume de publicações e editorias se escolheu analisar mais profundamente o conteúdo das notícias de duas categorias: cotidiano e ilustrada. A escolha aconteceu por conta do volume de notícias em ambas, sendo estas as com mais notícias publicadas. Veja as quatro editorias com mais notícias publicadas no período proposto:

Tabela 1- Quantidade de notícias por editoria com a palavra trans

2019		2020		2021	
Cotidiano	7	Celebridade	11	Cotidiano	7
Ilustrada	7	Cotidiano	6	Ilustrada	6
Mônica Bergamo	4	Ilustrada	6	Mundo	6
Painel	3	Equilíbrio e saúde	3	Mônica Bergamo	5

**Fonte:** Produzida pela autora com dados da Folha de S. Paulo

Assim foi formado um corpus de pesquisa com 20 notícias em cotidiano e 19 em ilustrada, sendo 39 no total da amostra dos três anos. É importante citar, mais uma vez, que, apesar da quantidade ter orientado a pesquisa na hora da seleção da amostra, o trabalho se dá essencialmente pela análise qualitativa. Esta consideração acontece pelo entendimento de que, apesar da mudança na quantidade ao longo dos anos, assim como o maior volume em determinadas editorias, era preciso compreender se as notícias de fato tinham valor para a visibilidade trans, sendo positiva ou negativa a partir de critérios de inclusão nos títulos, textos e escolha das fontes.

Há ainda a necessidade de se considerar o contexto de cada ano, compreendendo que em 2019 havia a primeira editoria de diversidade do jornal, com um cargo recém anunciado e em um

mundo sem pandemia da covid-19, enquanto em 2020 o país tinha o maior número de mortos pela covid-19 até aquele momento, e o jornal já havia nomeado a segunda editora de diversidade, assim como em 2021 uma terceira pessoa havia sido nomeada para o cargo, e nele permanece até hoje. Em 2021 também tivemos picos da pandemia da covid-19, sendo a doença mais conhecida e compreendida quando comparada com junho do ano anterior.

Tais observações foram importante para que o corpus da pesquisa mudasse após a etapa de qualificação no programa PPGCOM ao compreender que o recorte proposto anteriormente de notícias veiculadas entre 01/06/2019 a 29/02/2020 não contemplava a pandemia que, supostamente, traria importantes considerações e implicações para a cobertura jornalística em notícias com pessoas trans. Além disso, no recorte anteriormente proposto seria analisado exclusivamente o trabalho da primeira editora de diversidade do jornal, a Paula Cesarino Costa.

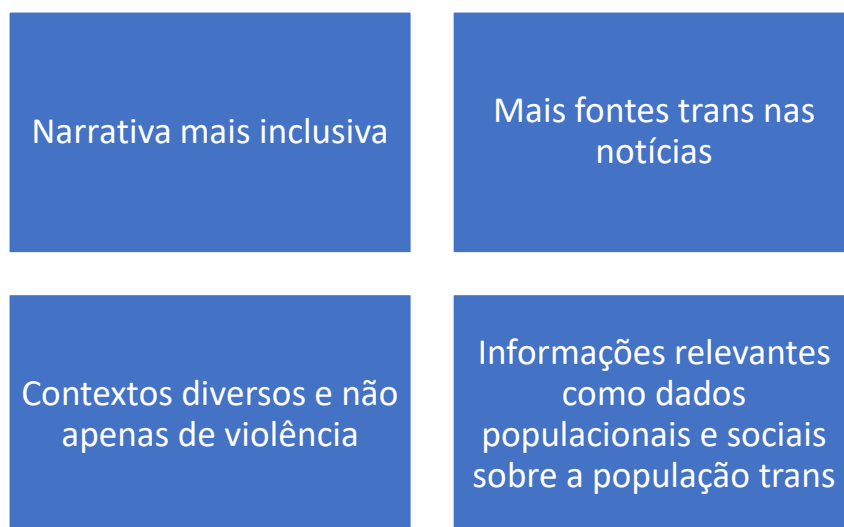
#### 5) Coleta da amostra e uso do *software* para análise de conteúdo

Após a leitura das notícias e a seleção de fato, todas as 39 foram copiadas do jornal online e coladas em um documento de texto, sendo separadas por ano/editoria. Em seguida, definiu-se pela realização de diferentes testes de análise no *software* Iramuteq.

### 7.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO: TRANS NA FOLHA DE S. PAULO

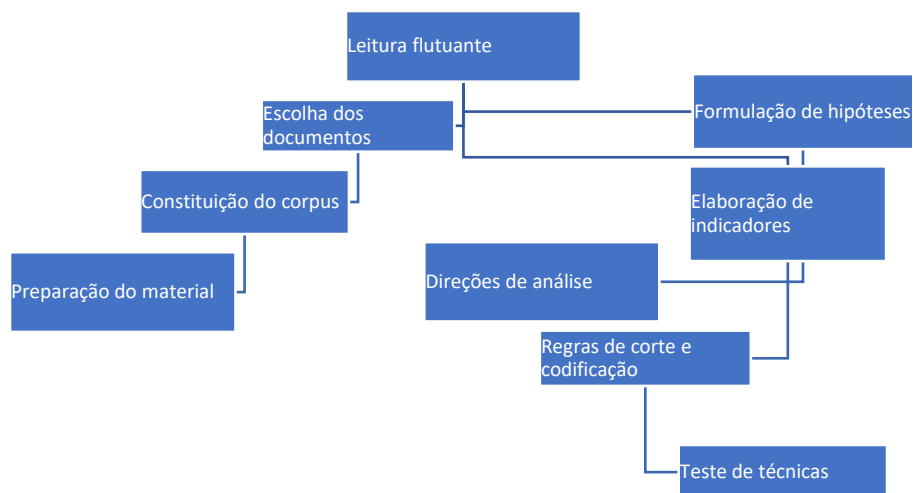
O corpus da pesquisa é formado pelas 39 notícias selecionadas a partir dos recortes: editoria, mês e ano. Assim, escolheu-se as notícias das editorias cotidiano e ilustrada em junho de 2019, junho de 2020 e junho de 2021 por serem aquelas com maior número de notícias no período proposto. Após a seleção, os textos das notícias, incluindo título e linha fina, foram inseridos no *software* de análise de conteúdo Iramuteq, e diferentes análises foram testadas. “Torna-se necessário saber a razão por que se analisa, e explicitá-la de modo que se possa saber como analisar. Daqui, a necessidade de especificar hipóteses e de enquadrar a técnica dentro de um perfil teórico” (Bardin, 2016, p. 133). A partir desta premissa, sabendo-se que o objetivo da dissertação é identificar se há evolução na abordagem das notícias com pessoas trans na Folha de S. Paulo, optou-se por ter diferentes etapas da análise considerando a hipótese de que, sim, há uma abordagem mais inclusiva nas notícias para além de questões quantitativas que mostram o aumento das publicações, como citado anteriormente.

Quadro 3 - Hipóteses que nortearam a análise das notícias

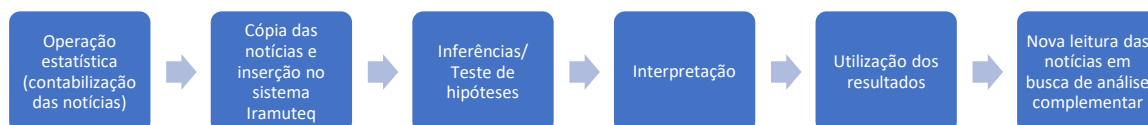


Assim foi percebida a necessidade de primeiro compreender uma parte das notícias selecionadas. Optou-se primeiro pela análise das notícias da editoria cotidiano, separadamente, em cada um dos três anos selecionados. Em seguida, fez-se o mesmo com as notícias da editoria ilustrada. Depois, foi realizada uma segunda etapa, na qual todas as notícias selecionadas da editoria cotidiano foram analisadas juntas; seguindo de todas as notícias da editoria ilustrada. E, por fim, uma análise de todas as 39 notícias de uma só vez. A escolha se deu para compreender de qual modo seria melhor entender a possível evolução da abordagem com pessoas trans nas editorias, assim como as palavras mais utilizadas quando se faz um recorte ou mesmo no todo entre o período proposto.

Quadro 4 - Pré-análise de conteúdo das notícias selecionadas



Quadro 5 - Tratamento do material



A seguir, serão detalhados os resultados encontrados nas etapas da pesquisa. Observam-se análises a partir de tabelas com os termos mais frequentes; nuvens de palavras, nas quais as palavras são apresentadas com tamanhos diferentes e as palavras maiores são aquelas que detêm maior importância no corpus textual; e análise de similitude, que representa a ligação entre palavras do corpus textual para auxiliar no entendimento dos temas e grau de importância a partir da coocorrência entre as palavras.



### 7.3.1 Editoria Cotidiano – análises de cada ano

Nesta primeira análise, optou-se por entender os principais nomes, verbos e adjetivos nas notícias, considerando essas as palavras ativas também para a formação de uma nuvem de palavras. Sendo, de acordo com Silva e Araujo-Jorge (2019), nuvens de palavras recursos gráficos que representam frequências de palavras no texto. Mais do que isto, as nuvens de palavras oferecem oportunidades para identificar, descrever e analisar as narrativas de diferentes temas, incluindo o proposto nesta dissertação.

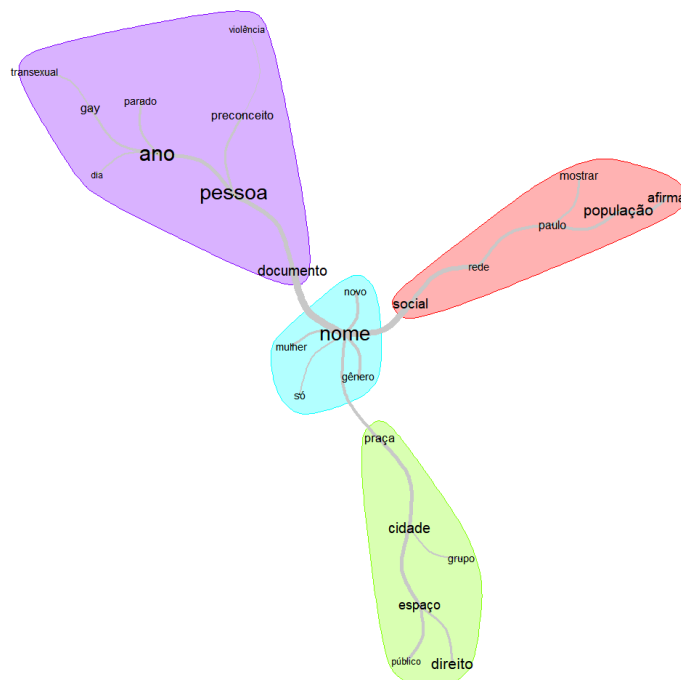
Assim, foram encontrados os seguintes termos e frequências: ano (36), nome (34), pessoa (30), LGBT (30), direito (21), praça (20), cidade (20), população (19), documento (19), trans (17) e social (17). Ainda com uma dezena aparecem palavras como gênero, gay e preconceito, sendo as três com 14 ocorrências cada, além de violência com 11 ocorrências, por exemplo, e Bolsonaro com 12.

Tabela 2- Termo, frequência e tipo gramatical (gerados pelo Iramuteq) – Cotidiano, 2019

Termo	Frequência	Tipo Gramatical
ano	36	nom
nome	34	nom
pessoa	30	nom
lgbt	30	nr
direito	21	nom
praça	20	nom
cidade	20	nom
população	19	nom
documento	19	nom
trans	17	nr
social	17	adj
paulo	16	nom
espaço	16	nom
afirmar	16	ver
preconceito	14	nom
gênero	14	nom
gay	14	adj
só	13	adj
mostrar	13	ver
lgbts	13	nr
parado	12	adj
bolsonaro	12	nr



Figura 4 - Análise de similitude da editoria cotidiano em 2019, gerada pelo Iramuteq



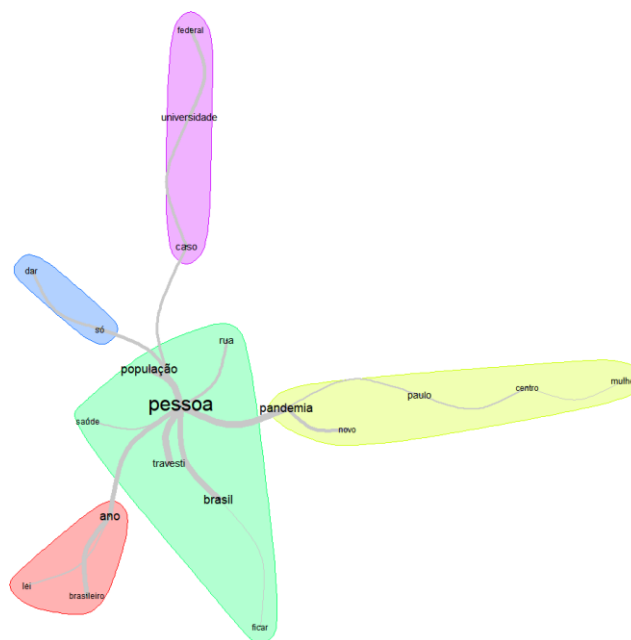
Já no ano seguinte, em 2020, as ocorrências mais frequentes são pessoa (44), trans (40), população (21), Brasil (21), ano (21), pandemia (19), universidade (18), travesti (16), rua (16). Ainda na dezena há palavras como mulher (12), saúde (11) e centro (11). Foram 22 palavras que apareceram 10 vezes ou mais.

Tabela 3 - Termo, frequência e tipo gramatical (gerados pelo Iramuteq) – Cotidiano, 2020

Termo	Frequência	Tipo Gramatical
pessoa	44	nom
trans	40	nr
população	21	nom
brasil	21	nom
ano	21	nom
pandemia	19	nom
universidade	18	nom
travesti	16	nom
rua	16	nom
caso	14	nom
paulo	13	nom



Figura 6 - Análise de similitude da editoria cotidiano em 2020, gerada pelo Iramuteq



Em 2021 há 40 palavras que apareceram 10 vezes ou mais, sendo as mais frequentes pessoa (49), ano (33), LGBTQIA+ (31), trans (26), contar (26), gênero (25), mulher (19), família (18), pandemia (16), gay (16). Chama a atenção ainda a presença de palavras como corpo, homem, sofrer, sexual e identidade e vítima, com 12 ou 11 ocorrências cada. Outro ponto interessante de se notar é a mudança do uso da sigla de LGBT em 2019 para LGBTQIA+ em 2021, abrangendo mais espectros de identidade e sexualidade, como queer, intersexual e assexual.

Tabela 4 - Termo, frequência e tipo gramatical (gerados pelo Iramuteq) – Cotidiano, 2021

Termo	Frequência	Tipo Gramtical
pessoa	49	nom
ano	33	nom
lgbtqia	31	nr
trans	26	nr
contar	26	ver
gênero	25	nom
travesti	23	nom
mulher	19	nom
família	18	nom

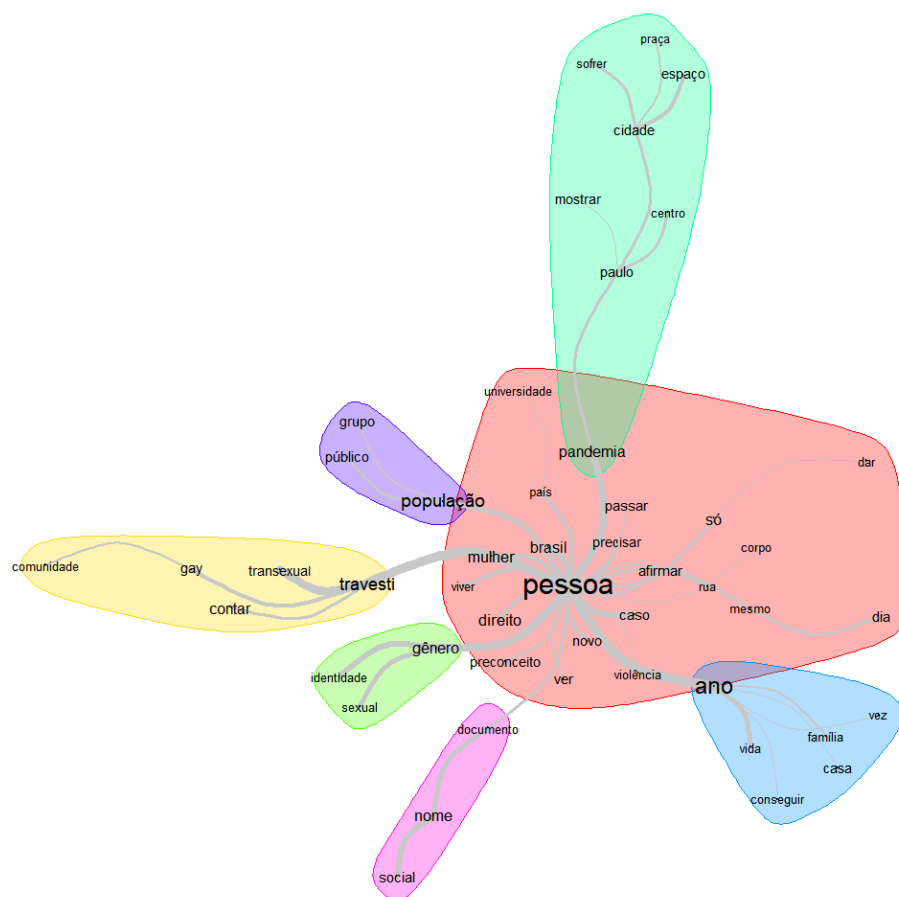
público	17	adj
dia	17	nom
pandemia	16	nom
gay	16	adj
ver	14	ver
só	14	adj
população	14	nom
passar	14	ver
direito	14	nom
camila	14	nom
polícia	13	nom
comunidade	13	nom
sofrer	12	ver
precisar	12	ver
homem	12	nom
corpo	12	nom
conseguir	12	ver
casa	12	nom
vítima	11	nom
vez	11	nom
sexual	11	adj
identidade	11	nom
criar	11	ver
civil	11	adj
político	10	adj
palomar	10	ver
gente	10	nom
falar	10	ver
cidade	10	nom
caso	10	nom
amigo	10	nom
afirmar	10	ver







Figura 10 - Análise de similitude da editoria cotidiano ao consolidar 2019, 2020 e 2021, gerada pelo Iramuteq



### 7.3.3 Editoria Ilustrada – análises de cada ano

Em 2019, quando se analisa a editoria Ilustrada as palavras com maior frequência são ano (24), novo (22), trans (21), mulher (20), gay (20), artista (19), pessoa (18). Em seguida há outros termos como querer, voguing e negro, cultura e gênero, por exemplo.

Tabela 5 - Termo, frequência e tipo gramatical (gerados pelo Iramuteq) - Ilustrada, 2019

Termo	Frequência	Forma Gramatical
ano	24	nom
novo	22	adj
trans	21	nr
mulher	20	nom
gay	20	adj
artista	19	nom
pessoa	18	nom
querer	13	ver
voguing	12	nr
negro	12	adj
contar	12	ver
transgênero	11	nr
série	11	nom
mundo	11	nom
história	11	nom
festival	11	nom
espaço	11	nom
dar	11	ver
cultura	11	nom
casa	11	nom
só	10	adj
nome	10	nom
gênero	10	nom
franco	10	adj
chamar	10	ver

Figura 11 - Nuvem de palavras da editoria ilustrada em 2019, gerada pelo Iramuteq

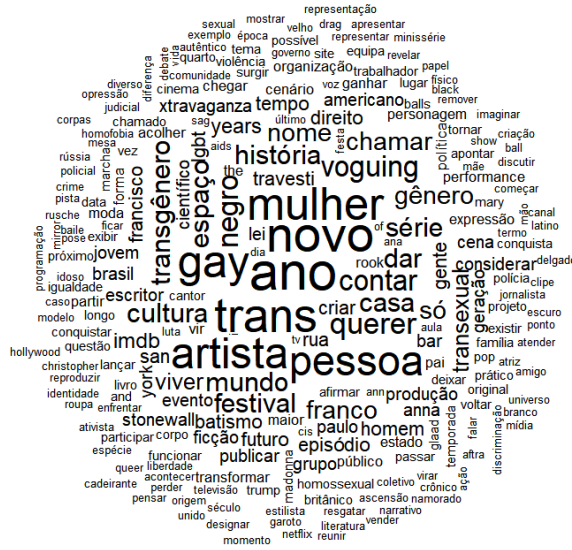
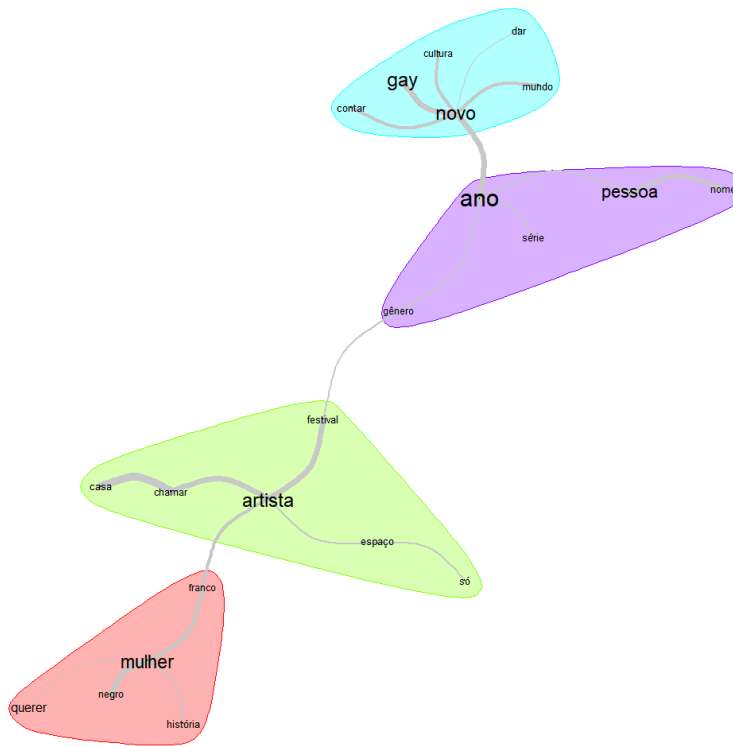


Figura 12 - Análise de similitude da editoria ilustrada em 2019, gerada pelo Iramuteq



Em 2020, personagem (30) é palavra que tem maior recorrência, seguida de game (25), trans (23), dizer (23), jogo (21), ano (20). Mulher e LGBT, por exemplo, aparecem com 10 ocorrências cada, e antes delas há termos como mundo, série e canal, que não influenciam tanto na análise da pesquisa por serem neutras e não aparecerem tanto em outros períodos.

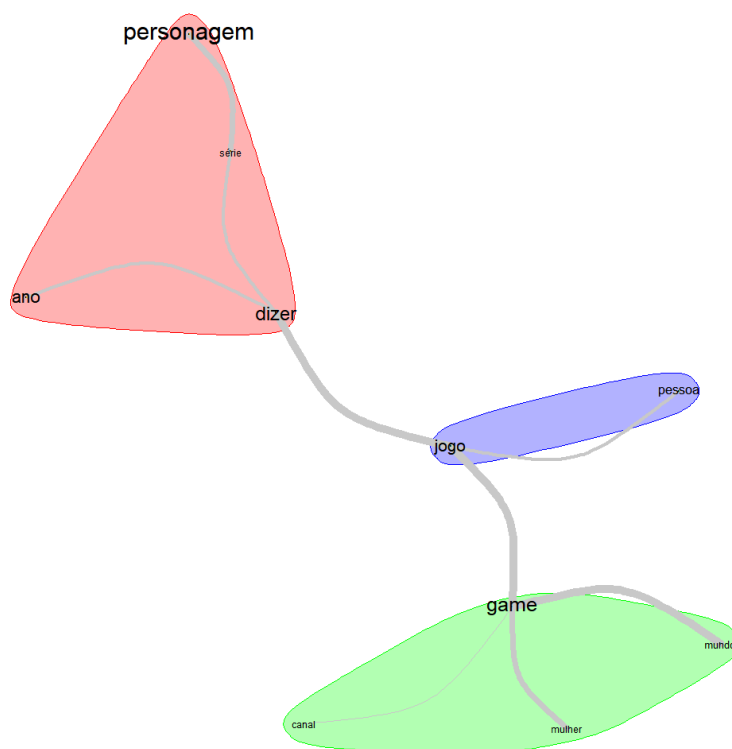
Tabela 6 - Termo, frequência e tipo gramatical (gerados pelo Iramuteq) - Ilustrada, 2020

Termo	Frequência	Forma Gramatical
personagem	30	nom
game	25	nom
trans	23	nr
dizer	23	ver
jogo	21	nom
ano	20	nom
pessoa	17	nom
mundo	13	nom
u	11	nom
the	11	nr
série	11	nom
of	11	nr
canal	11	nom
mulher	10	nom
lgbt	10	nr

Figura 13 - Nuvem de palavras da editoria ilustrada em 2020, gerada pelo Iramuteq



Figura 14 - Análise de similitude da editoria ilustrada em 2020, gerada pelo Iramuteq



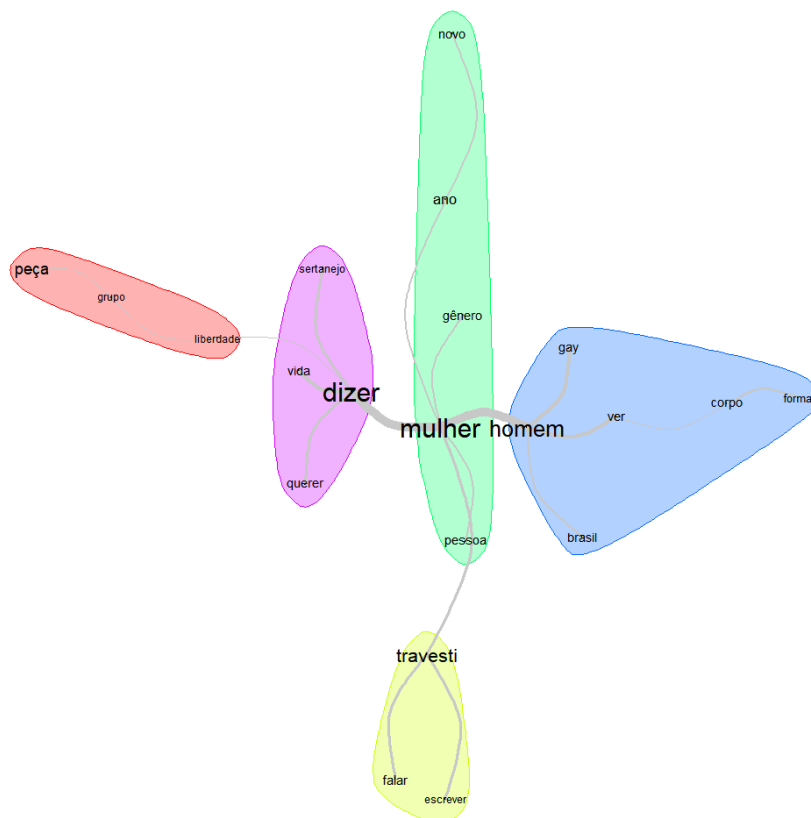
Já em 2021 há mudanças e a questão do gênero fica mais evidente, sendo as maiores ocorrências de mulher (28), dizer (26), homem (21), travesti (17), trans (14), sertanejo (14). Gay, corpo e Brasil são palavras com cerca de 11 ocorrências cada que valem ser citadas. O destaque, neste caso, é para o aparecimento da palavra travesti entre as mais citadas.

Tabela 7- Termo, frequência e tipo gramatical (gerados pelo Iramuteq) - Ilustrada, 2021

Termo	Frequência	Gramatical
mulher	28	nom
dizer	26	ver
homem	21	nom
travesti	17	nom
trans	14	nr
sertanejo	14	nom
peça	14	nom
ano	14	nom
ver	12	ver



Figura 16 - Análise de similitude na editoria ilustrada em 2021, gerada pelo Iramuteq



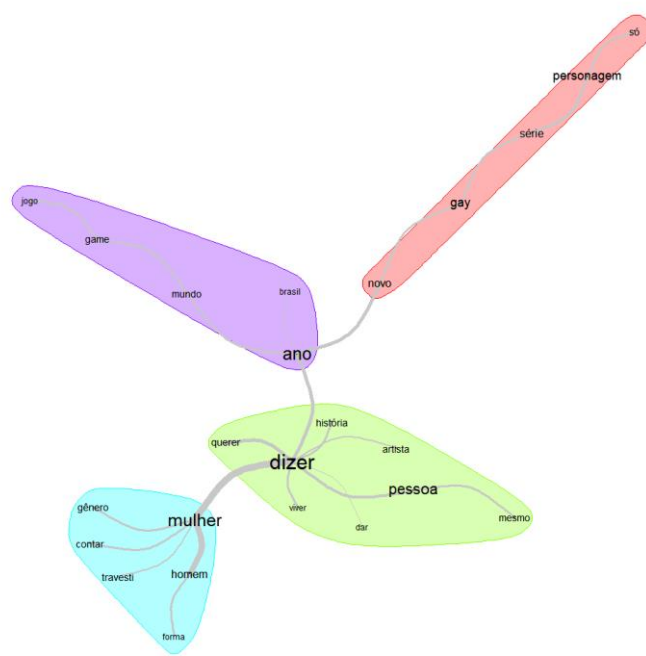
#### 7.3.4 Editoria Ilustrada – análise consolidada de 2019, 2020, 2021

Na editoria Ilustrada já é possível perceber como o conteúdo é diferente de cotidiano. Não há tantas palavras em tons negativos como sofrer, vítima e violência. O termo mais frequente é dizer (69), seguido de trans (59), mulher (58), ano (58), pessoa (47), personagem (37), gay (36), novo (35), homem (33), série, querer, mundo, travesti, história, gênero e artista, por exemplo, aparecem com 25 ou mais repetições cada. Junto a termos como game, jogo e contar.

Figura 17 - Nuvem de palavras da editoria ilustrada ao consolidar os anos de 2019, 2020 e 2021, gerada pelo Iramuteq



Figura 18 - Análise de similitude da editoria ilustrada nos anos de 2019, 2020 e 2021, gerada pelo Iramuteq





### 7.3.5 Análise de todo o corpus

Optou-se também pela análise de todas as 39 notícias de uma só vez. A intenção era compreender se, juntas, elas poderiam trazer outra percepção para o resultado da dissertação. Neste momento, observou-se que as 20 primeiras palavras mais utilizadas foram repetidas em até 20 vezes. Sendo o verbo dizer com a maior frequência (202), seguido de pessoa (170), ano (148), trans (141), mulher (100), travesti (74), gênero (71), gay (71). Veja as 20 primeiras posições.

Tabela 8 - Termo, frequência e tipo gramatical (gerados pelo Iramuteq) - Todo o corpus

Termo	Frequência	Forma Gramatical
dizer	202	ver
pessoa	170	nom
ano	148	nom
trans	141	nr
mulher	100	nom
travesti	74	nom
gênero	71	nom
gay	71	adj
nome	66	nom
contar	66	ver
lgbt	64	nr
só	63	adj
novo	62	adj
brasil	56	nom
população	55	nom
direito	55	adj
paulo	54	nom
afirmar	52	ver
público	51	adj
homem	50	nom

Figura 19 - Nuvem de palavras das 39 notícias analisadas, gerada pelo Iramuteq

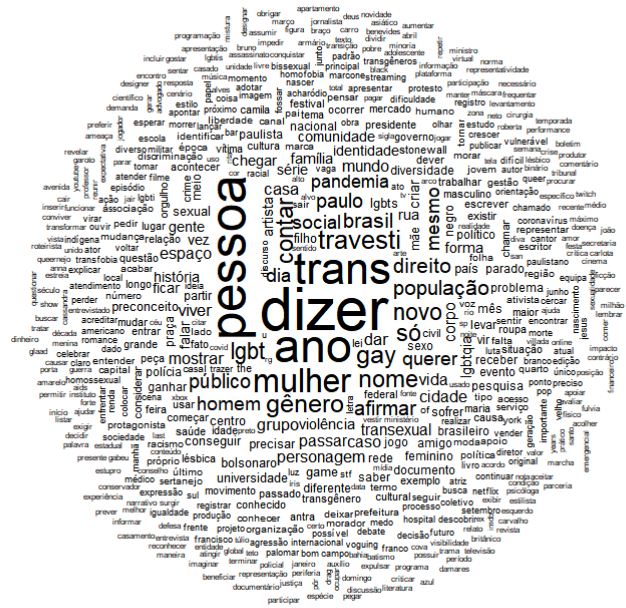
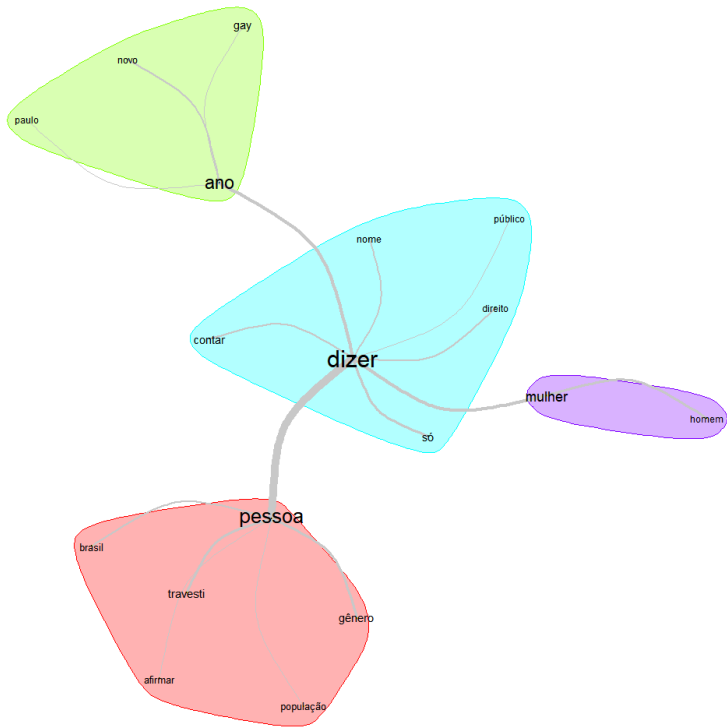


Figura 20 - Análise de similitude das 39 notícias, gerada pelo Iramuteq



## 7.4 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

### 7.4.1 Interpretação dos resultados em Cotidiano

Na primeira tentativa de análise, das notícias na editoria cotidiano em junho de 2019, foi percebida como a questão do **direito da população LGBT** (termo utilizado na época) fazia parte da cobertura da Folha de S. Paulo ao apresentar questões como o uso do nome social da pessoa trans e seus documentos. Ali também foram abordados temas como vivência nas cidades, incluindo uma praça que, de acordo com a notícia, ficou conhecida como a “Praça dos Gays”<sup>66</sup>, e gerou insatisfação por parte de, por exemplo, pessoas trans que não se viram ali representadas. Outro ponto interessante de ser percebido como os termos Bolsonaro e violência tem quantidades próximas de ocorrências, com 12 e 11, respectivamente. Isto indica uma relação do governo Bolsonaro com os casos de violência e **o agravamento da marginalização da população trans** no país.

Já de 2019 para 2020 há uma ligeira mudança entre as abordagens dos temas, sendo mais frequente os termos pessoas e trans, e aparecendo pela primeira vez as temáticas de pandemia, aumentando também a abordagem de **saúde da população**. As ocorrências Brasil, rua, centro e travesti, depois de uma análise compreendida pela leitura das notícias mostrou como a questão da população de rua, dentre elas a de travestis, foi abordada especialmente no centro de São Paulo, área próxima da sede da redação da Folha de S. Paulo e onde há uma cobertura recorrente do jornal desde os tempos da ditadura militar, por exemplo. Isto acontece não só pela localização da redação, mas também pelo histórico de como o Largo do Arouche e outros pontos centrais de São Paulo se tornaram espaços com forte presença de pessoas trans e travestis.

Como citado anteriormente, é importante notar a **evolução na perspectiva do uso da sigla LGBT em 2019 para LGBTQIA+ em 2021**, um alinhamento do jornal perante as mudanças da sociedade e a tentativa da comunidade de ser mais inclusiva ao dar visibilidade a outras identidades sexuais e de gênero. Ainda em relação ao gênero, é possível perceber como **a cobertura sobre mulheres é mais recorrente do que de homens**, seguido também pelo aparecimento da palavra

---

<sup>66</sup>PITOMBO, João Pedro. Cidade da Bahia inaugura 'pracinha dos gays' com temática LGBT. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2019. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/cidade-da-bahia-inaugura-pracinha-dos-gays-com-tematica-lgbt.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2021.

gay, o que mostra como, diversas vezes, a cobertura da Folha de S. Paulo abordou as pautas com pessoas trans dentro de narrativas sobre a comunidade LGBTI+ como um todo. Além disso, o tema da pandemia continuou em alta até o fim do período proposto para a análise.

Antes de seguirmos para os resultados da editoria ilustrada, podemos já abordar a união dos três anos de cotidiano a partir da análise de conteúdo por meio do Iramuteq. **O que acontece nesta editoria é a concentração de notícias sobre os direitos, a saúde, e as vivências da população trans e travesti, levantando questões como o uso do nome social, os preconceitos sofridos e até as relações na cidade. É percebida também a abordagem da violência, dos corpos e até mesmo do governo Bolsonaro**, uma vez que ele promoveu diferentes discursos de ódio contra a população LGBTI+, que não serão amplamente citados aqui. Mas, valer destacar uma notícia que exemplifica tal fato. Em “Sob Bolsonaro e pandemia, pessoas LGBTQIA+ sofrem com apagão de políticas públicas”<sup>67</sup>, de junho de 2021, na qual “Especialistas ouvidos pela Folha afirmam que essa população perdeu vez e voz no atual governo” é possível compreender que o cenário de conquistas e direitos da população estava sendo dificultado por atitudes do atual presidente da República. Outro exemplo é da reportagem “Posição política vira critério para dividir apartamento”<sup>68</sup>, de 2019, que mostrou como uma mulher trans sofreu ataques ao publicar uma vaga em apartamento nas redes sociais. O curioso é que a fala escolhida na matéria foi dada por uma pessoa cisgênero, a namorada da mulher trans. “O que mais aparecia eram comentários desejando a morte dela com a hashtag #B17”, conta Paula. Não se sabe, contudo, se esta foi uma escolha editorial ou se a pessoa não quis falar para se preservar.

Em relação ao uso do nome social há desde um texto em primeira pessoa<sup>69</sup>, contando os desafios e impasses em escolher mudar os documentos ou não, até uma reportagem robusta com dados e informações levantadas a pedido da Folha para mostrar o que ocorreu um ano após a

---

<sup>67</sup> MAIA, Dhiego. Sob Bolsonaro e pandemia, pessoas LGBTQIA+ sofrem com apagão de políticas públicas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/sob-bolsonaro-e-pandemia-pessoas-lgbtqia-sofrem-com-apagao-de-politicas-publicas.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2021.

<sup>68</sup> PAULUZE, Thaiza. Posição política vira critério para dividir apartamento. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2019. Cotidiano. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/posicao-politica-vira-criterio-para-dividir-aluguel-de-apartamento.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2021.

<sup>69</sup> DeLuca, Naná. Depoimento: detesto meus documentos e as interdições que carregam. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2019. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/depoimento-detesto-meus-documentos-e-as-interdicoes-que-carregam.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2021.

permissão para retificação de nome no documento<sup>70</sup>. É interessante que a reportagem explica o que é identidade de gênero. Nesta publicação falam pessoas de instituições oficial e há depoimentos das pessoas trans. Há ainda a reportagem “4 em cada 10 paulistanos sofreram preconceito ou presenciaram discriminação contra LGBT”<sup>71</sup> na qual é importante notar que o posicionamento da prefeitura de São Paulo está mais relacionado à população trans em trechos como: “A prefeitura citou ainda a atuação do Transcidadania, programa com 240 vagas anuais que busca elevar o nível educacional de pessoas trans e inseri-las no mercado de trabalho. Todos os beneficiados ganham auxílio mensal de R\$ 1.047 por dois anos”, não explicitando tanto ações para a população LGBTI+ como um todo. E mesmo em uma reportagem sobre envelhecimento trans<sup>72</sup>, que traz um recorte pouco abordado, visto que a estatística aponta para a expectativa de vida média da população trans em 35 anos<sup>73</sup>, o texto traz muito mais os desafios e dores do que os pontos positivos de ter conseguido ir além do esperado em anos de vida. A reportagem aborda solidão, saúde, hormonização, desafios de empregabilidade e finanças. Um trecho de destaque é esse: “Laerte especula que talvez por ser, enquanto homem, já bem famosa, não perdeu amigos ou oportunidades de trabalho — ao contrário de Denise e Carlota, que conheceram trans derrubadas por Aids, violência e preconceito”. O trecho faz refletir como a transição social tardia também muda a vida das pessoas e suas relações com os outros, além de abordar a dificuldade de ser mulher na sociedade quando se compara ao ser homem.

Já em 2020 a abordagem mudou e passou a considerar a pandemia da covid-19. Em uma reportagem sobre como os desafios sanitários e econômicos mudou a vida das pessoas em São Paulo, há duas fontes trans, apesar de haver também pessoas cisgênero relatando situações

---

<sup>70</sup> MAIA, Dhiego. Mais de 2.000 pessoas trans já mudaram de nome em cartório em um ano. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2019. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/sp-concentra-64-dos-transgenero-que-decidiram-mudar-nome-em-documentos.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2021.

<sup>71</sup> MAIA, Dhiego. 4 em cada 10 paulistanos sofreram preconceito ou presenciaram discriminação contra LGBT. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2019. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/4-em-cada-10-paulistanos-sofreram-preconceito-ou-presenciaram-discriminacao-contralgbt.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2021.

<sup>72</sup> 'Senhoras trans' convivem com dificuldades da terceira idade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2019. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/senhoras-trans-convivem-com-dificuldades-da-terceira-idade.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2021.

<sup>73</sup> ALVES, Juliana. Expectativa de vida de trans no Brasil se equipara com Idade Média, diz advogada. **CNN Brasil**, São Paulo, 28 jun. 2021. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/expectativa-de-vida-de-trans-no-brasil-se-equipara-com-idade-media-diz-advogada/>. Acesso em 10 jul. 2022.

semelhantes<sup>74</sup>. Elas falam sobre não conseguir alugar um lugar pela questão financeira, mas também pelo desafio adicional de ser trans. Colocá-las em uma matéria que o foco não era necessariamente ser uma pessoa trans é também uma forma de inclusão, mesmo num tema duro como esse. Em notícias que divulgam algo, seja a Parada LGBTI+, naquele momento online<sup>75</sup>, ou uma pesquisa de mapeamento da população trans<sup>76</sup>, os dados são utilizados para contextualizar o cenário, mas mostram violência e piora na qualidade de vida. “Entre janeiro e abril, a entidade contou 64 assassinatos de travestis e pessoas trans, uma alta de 49% em relação ao mesmo período do ano passado”, aponta uma, e “Até antes da pandemia, cerca de 54% das pessoas trans entrevistadas exerciam alguma atividade remunerada e outras 39% recebiam bolsa ou outro auxílio do estado”, outra.

Em 2021, há novamente relatos de violência, como a ocorrência de uma mulher trans, sem teto, que teve o corpo queimado por adolescente de 17 anos em Recife, Pernambuco<sup>77</sup>. E de uma mulher trans que sofreu estupro coletivo em Mato Grosso do Sul<sup>78</sup>. Neste ano, contudo, há outras questões a serem observadas: a continuidade dos relatos em relação à pandemia e o governo Bolsonaro estão mais detalhados. Na reportagem “Sob Bolsonaro e pandemia, as pessoas LGBTI sofrem com o apagão de políticas públicas”<sup>79</sup> há informações de antes do Bolsonaro assumir, uma

---

<sup>74</sup> PAULUZE, Thaiza. Pandemia obriga família a pagar aluguel para manter casa, mas morar na rua por comida.

**Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2020. Cotidiano. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/pandemia-obriga-familia-a-pagar-aluguel-para-manter-casa-mas-morar-na-rua-por-comida.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2021.

<sup>75</sup> MAIA, Dhiego. Parada do Orgulho LGBTI 100% online terá arco-íris na av. Paulista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2020. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/projecao-cria-arco-iris-gigante-na-av-paulista-em-noite-de-parada-do-orgulho-lgbti-100-online.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2021.

<sup>76</sup> MAIA, Dhiego. Pesquisa nacional busca impactos da pandemia do novo coronavírus na população trans. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2020. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/pesquisa-nacional-busca-impactos-da-pandemia-do-novo-coronavirus-na-populacao-trans.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2021.

<sup>77</sup> MAIA, Dhiego. Travesti sem-teto tem 40% do corpo queimado e braço amputado após ataque no Recife. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2021. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/travesti-sem-teto-tem-40-do-corpo-queimado-e-braco-amputado-apos-ataque-no-recife.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2021.

<sup>78</sup> FRIAS, Silas. Polícia apura sequestro e estupro coletivo de mulher trans em MS. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2021. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/policia-apura-sequestro-e-estupro-coletivo-de-mulher-trans-em-ms.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2021.

<sup>79</sup> MAIA, Dhiego. Sob Bolsonaro e pandemia, pessoas LGBTQIA+ sofrem com apagão de políticas públicas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2021. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/sob-bolsonaro-e-pandemia-pessoas-lgbtqia-sofrem-com-apagao-de-politicas-publicas.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2021.

linha do tempo de conquistas de direitos, fontes trans em contextos diferentes, que vão desde quem sofreu violência física e direta, mas também de quem emite demandas, como atual vereadora de São Paulo Erika Hilton. Há ainda reportagens com glossário<sup>80</sup> ou mesmo recortes mais nichados, o que pode indicar uma segmentação e aprofundamento do tema quando se fala de pessoas trans. Um exemplo é a “Transgêneros amarelos lidam com racismo da comunidade LGBT e transfobia de comunidades asiáticas”<sup>81</sup>. Já em “Bisavós lésbicas criaram neta e bisneta e têm ‘genro’ trans”<sup>82</sup> se narra a configuração de uma família e grande parte da reportagem cita a pessoa trans. O curioso aqui é o uso do nome de registro, inclusive com foto de antes e depois da pessoa entrevistada. Contudo, a abordagem pode ter sido apontada pela própria pessoa, visto que ela disse estar extremamente no início da transição, ainda nem tendo o nome social usado por outras pessoas da família que não as que estão na reportagem. Isto faz com que a jornalista utilize a seguinte frase como recurso: “nome que vamos usar a partir de agora nesta reportagem”.

#### 7.4.2 Interpretação dos resultados em Ilustrada

Já quando se analisa a editoria ilustrada, tanto em 2019 quanto em 2020, a palavra trans aparece na terceira colocação. No primeiro ano depois dos termos ano e novo, e no seguinte depois de personagem e game. **Somente em 2021 a questão do gênero fica mais evidente, sendo as maiores ocorrências de mulher, dizer, homem, travesti e trans. Nesta editoria não se vê uma quantidade excessiva de palavras com teor negativo, diferentemente da editoria cotidiano, sugerindo então uma linha mais positiva e com narrativas que evidenciam as pessoas trans e travestis trazendo aspas delas em busca de visibilidade.**

Nas reportagens publicadas no ano de 2019 são abordadas essencialmente pessoas trans famosas ou mesmo formas de arte que apresentam o tema, como séries e filmes. O modo como é

<sup>80</sup>Entenda o que significa cada letra da sigla LGBTQIA+. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2021. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/entenda-o-que-significa-cada-letra-da-sigla-lgbtqia.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2021.

<sup>81</sup>NAKAMURA, Jéssica; TERAPO, Suzana. Transgêneros amarelos lidam com racismo da comunidade LGBT e transfobia de comunidades asiáticas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2021. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/transgeneros-amarelos-lidam-com-racismo-da-comunidade-lgbt-e-transfobia-de-comunidades-asiaticas.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2021.

<sup>82</sup>MATOVANI, Flavia. Bisavós lésbicas criaram neta e bisneta e têm ‘genro’ trans. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2021. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/bisavos-lesbicas-criaram-neta-e-bisneta-e-tem-genro-trans.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2021.

publicado, por vezes, aproveita a oportunidade para explicar questões importantes não compreendidas por toda a sociedade. Um exemplo é a reportagem “IMDb lista nomes de batismo de estrelas transgênero; coalizão protesta nos EUA”<sup>83</sup>, que explica o que é o *deadnaming*, ou “nome morto”, em uma tradução livre, e o motivo pelo qual não se deve usá-lo, uma vez que, desta forma, explica a crítica e os protestos descritos na matéria. Mas, muitas vezes, em outras reportagens, a palavra trans aparece como algo secundário apenas citando que há uma pessoa trans em um determinado trabalho. Em 2020, as matérias têm temáticas semelhantes, que por conta da editoria não parece sofrer grandes influências da pandemia da covid-19, contudo, pode-se observar maior profundidade nos textos, ao apresentarem dados relevantes mesmo quando a abordagem era de entretenimento. Um exemplo ocorrem em “Documentário esclarece como Hollywood representou mal os transgêneros”<sup>84</sup>, quando o texto afirma que “um dado surpreendente revelado na obra é que 80% dos habitantes do mundo não conhecem nenhuma pessoa trans. E isso também é verdade para as próprias trans, que procuram referências sobre as suas identidades no cinema ou na televisão”. Ou em “Onda de personagens LGBT na TV reflete poder de nova geração de espectadores”<sup>85</sup>, que traz dados como “Em sua última edição, a pesquisa registrou que 10,2% dos personagens regulares de séries são LGBT. O número tem crescido significativamente desde 2016 — antes disso, a porcentagem flutuava entre 1,1% e 4%”. É interessante notar ainda que em publicações com diferentes resenhas de séries e filmes, as atrações com pessoas trans são escolhidas para o título. Isto demonstra um certo destaque no tema, mas pelo recorte temporal da dissertação não é possível compreender se isto ocorre somente no Mês do Orgulho LGBTI+ ou também em outros meses.

Em 2021 as explicações sobre termos das temáticas LGBTI+ continuam nas reportagens de entretenimento, quando, por exemplo, aborda-se o que é queer. Mas há também outras reportagens que citam o termo trans apenas uma vez, não tendo ligação direta com o foco da notícia. Por outro lado, há duas questões chamam a atenção: a primeira delas é a representatividade, quando

---

<sup>83</sup> BUCKLEY, Clara. IMDb lista nomes de batismo de estrelas transgênero; coalizão protesta nos EUA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2019. Ilustrada. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/06/imdb-lista-nomes-de-batismo-de-estrelas-transgenero-coalizao-protesta-em-hollywood.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2021.

<sup>84</sup> RIBEIRO, Teté. Documentário esclarece como Hollywood não soube retratar os trans. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2020. Ilustrada. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/06/documentario-esclarece-como-hollywood-representou-mal-os-transgeneros.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2021.

<sup>85</sup> SANCHEZ, Leonardo. Onda de personagens LGBT na TV reflete poder de nova geração de espectadores. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2020. Ilustrada. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/06/pressao-por-mais-diversidade-escancara-choque-geracional-entre-autores-e-publico-na-tv.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2021.



em “Liniker encara sua primeira protagonista na série 'Manhãs de Setembro’”<sup>86</sup>, há uma importante aspas da atriz e cantora, que é mulher trans e preta, e protagoniza uma série na plataforma de streaming Amazon: “Eu acho que a série dignifica a nossa trajetória ao ter uma personagem trans que é humanizada, com facetas que vão muito além do fato de ela ser travesti, que falam sobre ela ter emprego, casa, família, romance, afeto. Há muitas texturas nesse contexto em que a Cassandra vive”. É importante entender como a aspas traz elementos diferentes daqueles da editoria cotidiano onde, majoritariamente há contextos de violência e exclusão social. Desta vez, se fala de humanidade, afeto e outros contextos que permeiam a vida de todas as pessoas. Já em “Por que o queernejo, a promessa de um sertanejo gay, nunca chegou a decolar”<sup>87</sup> mostra como a música pode ser de interesse de qualquer pessoa, não se limitando às pessoas trans por ser cantada por uma. “Se assistir ao clipe, verá que é sobre uma mulher com pau, mas isso está disfarçado e mergulhado em poesia. Sou uma mulher e me relaciono com homens. Isso gera uma letra que me aproxima do feminejo”. O interessante das aspas de Alice Marcone é o como, provavelmente, o jornalista buscou ser fiel ao que foi dito, mesmo usando termos populares como ‘feminejo’ para se referir à música sertaneja cantada por mulheres, ou ainda usando uma linguagem mais chula ao escrever “pau” ao invés de “pênis”.

---

<sup>86</sup> SANCHEZ, Leonardo. Liniker encara sua primeira protagonista na série 'Manhãs de Setembro'. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2021. Ilustrada. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/06/liniker-encara-sua-primeira-protagonista-na-serie-manhas-de-setembro.shtml> . Acesso em: 01 jul. 2021.

<sup>87</sup> MARTINS, Pedro. Por que o queernejo, a promessa de um sertanejo gay, nunca chegou a decolar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2021. Ilustrada. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/06/por-que-o-queernej-a-promessa-de-um-sertanejo-gay-nunca-chegou-a-decolar.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2021.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a criação do cargo de editora de diversidade, em maio de 2019, três diferentes mulheres ocuparam o posto na Folha de S. Paulo. A primeira delas, Paula Cesarino Costa assumiu ao deixar sua carreira como ombudsman do jornal. Com a saída de Paula, Alexandra Moraes assumiu, mas não há clareza de quanto tempo ficou nesta posição. Já em maio de 2021, Flavia Lima ocupou o posto de editora de diversidade e nele permanece até hoje. Anteriormente, a jornalista havia sido repórter (de 2017 a 2019) e ombudsman (2019 a 2021) da Folha de S. Paulo. Desde que Lima assumiu o cargo, a Folha de S. Paulo lançou iniciativas específicas para uma redação mais diversa, como dois programas de trainees exclusivo para pessoas negras. Além disso, foi instaurado um Comitê de Inclusão e Equidade, que está em fase inicial, mas pode trazer avanços importantes para o jornal ao buscar pautas mais inclusivas, assim como uma redação com maior diversidade dos profissionais, considerando especialmente fatores sociais e demográficos.

Por enquanto, pode-se observar entrevistas concedidas por Lima falando sobre a abordagem do jornal em publicações que citam racismo<sup>88</sup>, mas nada foi encontrado especificamente para LGBTI+, menos ainda exclusivamente sob o recorte trans. Assim, entende-se que a editoria transversalmente ainda tem um desafio em estruturar políticas e pautas que agreguem na diversidade LGBTI+. Não há na Folha de S. Paulo, por exemplo, um programa de contratação específico para pessoas trans, algo mais frequente no mercado nos últimos anos, visto que a consultoria TransEmpregos fechou 2021 com 1.434 empresas parceiras, o triplo do patamar de 2020, e foram 4.204 oportunidades postadas, uma variação de +296%, e 797 pessoas empregadas, uma alta de 11%<sup>89</sup>. Conforme citado anteriormente, segundo Lima, há pessoas trans na redação da Folha de S. Paulo, mas não foram ditas quantas.

Apesar de não ter sido realizada uma pesquisa e análise detalhada de períodos anteriores, pode-se entender que a temática LGBTI+ já estava na cobertura da Folha de S. Paulo antes mesmo de 2019 e da nomeação da primeira editora de diversidade do jornal. Isto, pelo contexto histórico

---

<sup>88</sup> CARRANÇA, Flavio. **Flavia Lima fala sobre diversidade e presença negra em redações**. Unidade, s.d. Disponível em: <http://unidade.org.br/flavia-lima-fala-sobre-diversidade-e-presenca-negra-em-redacoes/>. Acesso em: 04 jun 2022.

<sup>89</sup> FILIPPE, Marina. Visibilidade trans em empresas: há avanço, mas caminho da inclusão é longo. **Exame**, 29 jan. 2022. ESG. Disponível em: <https://exame.com/esg/visibilidade-trans-em-empresas-ha-avanco-mas-caminho-da-inclusao-e-longo/>. Acesso em: 4 jun. 2022.

e social, bem como pela evolução dos direitos da população. Assim, como a maior abordagem do tema pela sociedade em geral. Como jornalista da revista e site EXAME, me lembro da repercussão de uma capa de revista com a manchete “Chefe, sou gay”<sup>90</sup>, com executivos LGBTI+, em 2015. A Folha de S. Paulo, como maior jornal do país, vem acompanhado este movimento. Além disso, a diversificação de temáticas e públicos é também uma estratégia de negócios dos últimos anos. A criação do cargo de editora de diversidade para olhar todo o jornal, e não apenas uma editoria específica, pode ser entendida como a necessidade de ser ainda mais plural, seja pela importância social ou de negócios, como mostrado anteriormente com pesquisa da consultoria McKinsey.

Em relação à decisão dos executivos do jornal sobre ter uma pessoa dedicada à diversidade e inclusão, de acordo com os resultados da análise, é algo eficaz. O entendimento ocorre pelo fato de, por exemplo, o aumento do número de publicações, podendo gerar maior visibilidade em relação às vitórias e desafios das pessoas trans. É interessante também a forma escolhida para que este cargo exista e trabalhe, sendo algo que permeia diferentes editorias do jornal ao invés da criação de uma editoria exclusiva de diversidade que, poderia limitar o alcance e atingir apenas os leitores que se interessam pela temática. Não é possível, contudo, afirmar se apenas uma pessoa como editora de diversidade é o modelo ideal para um jornal do porte da Folha de S. Paulo, mas seria um erro constatar de que não é algo de extrema relevância visto que são poucos os veículos no mundo que fazem algo semelhante. E a criação do comitê, que envolve outros jornalistas, deve auxiliar no desenvolvimento de estruturação e métodos para a inclusão de diferentes grupos socialmente minorizados, como a pessoas trans.

## 8.1 PESSOAS TRANS NAS NOTÍCIAS NA FOLHA DE S. PAULO

Após a interpretação dos resultados encontrados nas notícias das editorias cotidiano e ilustrada em junho de 2019, junho de 2020 e junho de 2021, conclui-se que é possível perceber uma evolução na abordagem e cobertura da Folha de S. Paulo nas notícias com pessoas trans. Primeiro, num olhar de longo prazo, não foram encontradas palavras de baixo calão para descrever as pessoas trans como quando, por exemplo, se comparado ao que se narrava na ditadura militar, conforme apontado com exemplos de autores o capítulo 3. Também não foram percebidas fontes

---

<sup>90</sup> ROSSI, Lucas. Chefe, sou gay. **Exame**, 26 jan. 2015. Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/chefe-sou-gay/>. Acesso em 10 jan. 2020

institucionais como polícias e governos promovendo uma “higienização” das populações e dos espaços de forma a difamar as pessoas trans e colocá-las em um lugar de marginalização e impureza. Já no tempo mais recente, percebe-se a evolução do uso da sigla de LGBT para LGBTI+ e por vezes LGBTQIA+, incluindo identidades de gênero e orientações sexuais. E, mais do que o uso das siglas, as reportagens passaram a explicar os termos, como queer e outros. Independentemente da editoria, com o passar dos anos, foi percebida uma busca pela informação dos significados dos termos e conceitos, mesmo em reportagens que abarquem outros temas, como jogos e filmes, por exemplo. A apresentação dessas informações é importante para contextualizar e informar aqueles que, não necessariamente, conhecem temáticas e pessoas LGBTI+, mas passam a ler a notícia por conta de assuntos adjacentes, como o entretenimento.

Outro ponto interessante é o afinilamento da abordagem dos temas, isto também aponta uma evolução na notícia ao observar que as pessoas trans não estão sendo tratadas como iguais entre si. As notícias que mostram, por exemplo, idosos trans ou amarelos trans refletem como é possível falar das diferenças da população e dar visibilidade aos temas ainda pouco expostos. Além disso, é claro o fato que as mulheres trans estão mais presentes nas notícias, seja quando se fala de violência, como mostram os dados da Antra, ou na abordagem de humanização e visibilidade positiva ao exemplo trazido da cantora e atriz Liniker<sup>91</sup>, que em suas aspas falou de dignidade e humanidade. É importante considerar que, cada vez mais, o jornalista precisa dar espaço para que as pessoas trans falem por si, e utilizar as aspas do modo mais fiel possível.

Ainda sobre o gênero, uma percepção confirmada pelo dado quantitativo, é que as mulheres trans são muito mais visíveis. No computo geral das 39 notícias que formam o corpus, a palavra mulher aparece 100 vezes, enquanto homem 50. Até mesmo travesti, que sempre deve ser utilizada no feminino, aparece mais do que homem, com 74 ocorrências. O dado se relaciona com o que diz Nery no capítulo 4 sobre a invisibilidade dos transmasculinos, ou mesmo a informação de que a primeira organização de transmasculinos foi inaugurada apenas em 2012. Ainda no contexto de todas as notícias analisadas, independente da editoria, é importante entender que elas cumprem papéis complementares, sendo cotidiano o espaço de abordar as vivências na sociedade a partir de pautas de saúde, educação e moradia, enquanto ilustrada também mostra vivências, mas

---

<sup>91</sup> SANCHEZ, Leonardo. Liniker encara sua primeira protagonista na série 'Manhãs de Setembro'. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/06/liniker-encara-sua-primeira-protagonista-na-serie-manhas-de-setembro.shtml>. Acesso em 01 jul. 2021.

com recortes culturais e de entretenimento. Com as duas editorias juntas é possível perceber que há uma busca pela visibilidade positiva das pessoas trans e que o jornal Folha de S. Paulo, de algum modo, tem acompanhado essa luta do movimento LGBTI+, mas também é possível a percepção de que os direitos são constantemente violados e precisam ser diariamente reforçados para que existam de fato. Assim, essas notícias com teor negativo também precisam ser publicadas. Entende-se que a escolha da análise com as duas editorias se fez necessária para que não houvesse uma percepção apenas de que há evolução e tudo vai bem. Ainda é preciso muita consistência nas abordagens das notícias, mostrando avanços e conquistas, mas também considerando os desafios, pois só assim serão indicados os caminhos possíveis. Contudo, é preciso que as notícias não sejam carregadas de curiosidade negativa, exploração da imagem e fetichização. A notícia com pessoas trans amarelas<sup>92</sup> é um bom exemplo disto porque traz uma temática nova, fala da fetichização desses corpos de modo a ouvir o que as pessoas trans tem a dizer sobre isto, mas, ao mesmo tempo, tem já na primeira linha relatos de violência e pensamentos suicidas. Seria essa a melhor abordagem para o tema? É importante que os jornalistas entendam como abordar as vivências das pessoas trans, valorizarem suas narrativas e não revitimizá-las, não as colocando sempre em posições de violência, dor e sofrimento, mas trazendo esses temas de modo a ser informativo e até mesmo de denunciar uma violação, por exemplo.

Neste sentido, a Folha de S. Paulo pode servir como um farol para a inclusão e diversidade de LGBTI+ nas notícias, mas desde que haja a compreensão de que essa cobertura não é perfeita e muita evolução precisa acontecer. Uma opção é de que mais pessoas trans estejam nos processos de produção, sendo jornalistas ou consultores. Além disto, o trabalho da editora de diversidade e dos participantes do comitê também não pode arrefecer, é necessário estar ligado também ao alto escalão do jornal, e deve considerar as interseccionalidades das pessoas trans e demais grupos socialmente minorizados. Também não pode se limitar ao Mês do Orgulho LGBTI+ e deve ser abordado ao longo do ano de modo coerente, pois o jornalismo tem papel de marcar a história e, como vimos anteriormente, ser reflexo dela, influenciando a opinião pública e construindo uma sociedade mais justa e inclusiva para todas as pessoas.

---

<sup>92</sup> NAKAMURA, Jéssica; TERAÓ, Suzana. Transgêneros amarelos lidam com racismo da comunidade LGBT e transfobia de comunidades asiáticas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/transgeneros-amarelos-lidam-com-racismo-da-comunidade-lgbt-e-transfobia-de-comunidades-asiaticas.shtml>. Acesso em 01 jul. 2021

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Martha Thaís; DOURADO, Jacqueline Lima. Fact-checking: checagens da Folha e do Estadão na construção da credibilidade jornalística na internet. **Revista Eptic**, v. 22, n. 2, p. 23-37, maio-ago. 2020.
- ALMEIDA, Cecília Barreto; VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo. **Revista de Direito GV**, v. 14, n. 2, p.303-333, ago. 2018.
- AMORIM, Ivone Marli de Andrade; TORRES, Iraíldes Caldas. A construção da identidade de gênero. **I Seminário Internacional Sociedade e Fronteira**. Anais... Boa Vista: UFRR, 2012. p. 378-385.
- BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Almedina Brasil: São Paulo, 2016.
- BENETTI, Marcia. **Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. Metodologia de pesquisa em jornalismo. 2 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008. p. 107-122.
- BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê assassinatos contra travestis brasileiras e violência e transexuais em 2019**. São Paulo: ANTRA/IBTE, 2020.
- BENTO, Berenice. “Que nossas universidades sejam arco-íris”: Entrevista com Berenice Bento. [Entrevista concedida à Maria Helena Silva Soares e Fernanda Huguenin]. **Em Construção: Arquivos de Epistemologia Histórica e Estudos de Ciência**, v.5, 194-200, 2019.
- BERUTTI, Eliane Borges. **Gays, lésbicas, transgenders: o caminho do arco-íris na cultura norte-americana**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- BONSATO DIAS, André. Da modernização à autoridade: a grande imprensa brasileira, entre a ditadura e a democracia – Folha de S. Paulo e O Globo, 1964-2014. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 472-494, set.-dez., 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005.
- BULGARELLI, Lucas. **[ALERTA TEXTÃO] – Estratégias de engajamento do movimento LGBT de São Paulo em espaços de interação online e offline (2015-2016)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: N-1 e Crocodilo edições, 2019a.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019b.

CAETANO, Marcio; NASCIMENTO, Claudio; RODRIGUES, Alexsandro. Do caos re-emergente a força: AIDS e mobilização LGBT. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 279-296.

CAMARGOS, Moacir L. O surgimento da Parada LGBT no Brasil. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 421-434.

CAMPOS MELLO, Patricia. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. Companhia das Letras: São Paulo, 2020.

CANABARRO, Ronaldo; MEYRER, Marlise Regina. “A mulher mais bonita do Brasil”: os closes de Roberta nas capas da revista manchete: a construção de identidades transfemininas (1984-1994). **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 212-234, 2016.

CARDOSO, Darlete. **Produção jornalística**: a construção da realidade. Revista Científica - Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. 2002.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.5, n. 11, p. 173-191, jan.-abr. 1991.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapping the margins**. Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. 2003. [Versão traduzida por Carol Correia divulgada no Portal Geledés. “Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas”]. Portal Geledés. [2017]. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/> Acesso em 04 jan. 2021.

D’ANDRÉA, Carlos. WebTVs no cenário da(s) convergência(s): a produção audiovisual por veículos jornalísticos de tradição impressa. In: D’ANDRÉA, Carlos; LONGUI, Raquel (Org.). **Jornalismo convergente**: reflexões, apropriações, experiências. Florianópolis: Insular, 2012.

DI FELICE, Massimo. Das tecnologias da democracia para as tecnologias da colaboração. In: DI FELICE, Massimo (org.). **Do público para as redes**: a comunicação digital e as novas formas e participação social. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008. p. 17-61.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva. 2014.

EGYPTO, Antônio Carlos. **Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante**. São Paulo: Cortez, 2003.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Revista Bagoas**, Natal, n. 4, p. 131 - 158, 2009.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. **Sexualidade, Salu y Soeciedade** – Revista Latinoamericana, n.3., p 55-81, 2009.

FACCION, Débora. Processos de interação na cultura de convergência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33, 2010. **Anais...** Caxias do Sul: Intercom, 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/82121843-Processos-de-interacao-na-cultura-da-convergencia-1-debora-faccion-2-universidade-federal-de-juiz-de-fora-mg.html> Acesso em: 04 jan. 2021.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismo em duelo. **Cadernos Pagu**. Campinas, v.17, p-9-79, 2001.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital**. 4. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

FERREIRA, Ricardo Alexino. **Pesquisa da ECA resgata a história de grupos sem representação política**. Universidade de São Paulo. Notícias. 07 maio 2012. Sociedade. Disponível em: <https://www5.usp.br/noticias/sociedade/pesquisa-da-eca-resgata-a-historia-de-grupos-sem-representacao-politica/>. Acesso: 04 jan. 2021.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTA, Manoel Barros da (Org.). **Ditos e escritos**. v. 5. Tradução: Elisa Monteiro; Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 264-287.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holboe. “The Structure of Foreign News”. IN: TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Porque as notícias são como são. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

GATTAZ, André; BOM MEIHY, José Carlos Sebe; SEAWRIGHT, Leandro. (Org.). **História Oral**. A democracia das vozes. São Paulo: Pontocom, 2019.

GENEPP, Arnold Van. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GREEN, James N. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan;



CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 63-78.

GUIMARÃES, Anibal. **Todas as mulheres do mundo 1: a construção do corpo travesti no Brasil das décadas de 1960 e 1970**. Transexualidade e travestilidade na saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

HERSCOVITZ, Heloisa G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Editora Vozes, 2.ed, Petrópolis, RJ. 2008. p.123-142

JESUS, Jaqueline G. Travessia: caminhos da população trans na história. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p.379-392.

KERR, Cristina. **Vieses inconscientes: como identificar nossos vieses inconscientes e abrir caminho para a diversidade e a inclusão nas empresas**. São Paulo: Literare Books International, 2021.

LAGO, Claudia. Antropologia e jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008. p.48-66.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

LISBOA, Silvia; BENETTI, Marcia. Credibilidade no jornalismo: uma nova abordagem. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 14, n. 1, p. 51-62, jan.-jun. 2017.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio-ago. 2004.

MICK, Jacques; CHRISTOFOLETTI, Rogério; LIMA, Samuel Panjota. **Perfil do Jornalista Brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho**. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Jornalismo – POSJOR/UFSC, 2020.

MICONI, Andrea. Ponto de virada: a teoria da sociedade em rede. In: DI FELICE, Massimo (org.). **Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas e participação social**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008. p. 145-173.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NASSAR, Paulo. Mais gay, mestiça e feminina. **Observatório da Imprensa**, edição 599. 2010.

NASSAR, Paulo. Novas narrativas e memória: olhares epistemológicos. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. (Org.). **Comunicação organizacional estratégica**. São Paulo: Summus, 2016. p.77-100.

NASSAR, Paulo; FARIAS, Luiz Alberto de. Memória, identidade e as empresas brasileiras: a difícil metamorfose. In: FILGUEIRA, João; PEIXINHO, Ana Teresa (Orgs.). **Narrativas mediáticas e comunicação: construção da memória como processo de identidade organizacional**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018. p. 331-356.

NASSAR, Paulo; FARIAS, Luiz Alberto de; POMARICO, Emiliana. Narrativas Rituais: uma aproximação entre comunicação e antropologia. In: SCHEID, Daiane; MACHADO, Jones; PERSIGO, Patrícia M. (Org.). **Tendências em comunicação organizacional: temas emergentes no contexto das organizações**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2019. p. 209-224. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002980493.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.

NERY, João W. Transmasculinos: invisibilidade e luta. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 393-404.

NICOLETTI, Janara. **Reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a qualidade da informação**: proposta de um modelo de análise. Florianópolis: UFSC, 2019.

OCANHA, Rafael F. Repressão policial aos LGBTs em São Paulo na ditadura civil-militar e a resistência dos movimentos articulados. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p.79-90.

OKITA, Hiro. **Homossexualidade**: da opressão à libertação. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

PERFIL RACIAL da imprensa brasileira 2021. [Realizado por: Jornalistas&Cia; Portal dos Jornalistas; Instituto CORDA; I'MAX]. São Paulo: Jornalistas & Cia, nov. 2021.

RAMOS, André de Carvalho. **Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

REIF, Laura. Trans e gay é a mesma coisa? Entenda a diferença. **Revista Az Mina**, 19 jun. 2019. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/trans-e-gay-e-a-mesma-coisa-entenda-a-diferenca>. Acesso em: 04 jan. 2021.

RIBEIRO, Jorge Claudio. **Sempre alerta**: condições e contradições do trabalho jornalístico. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

ROMÃO, Luan Duarte; CAVALCANTE, João Victor de Sousa. Stonewall: imagens que pertencem à ordem das coisas vivas. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 19, 2017. **Anais...** Fortaleza: Intercom, 2017.

SALAVERRÍA, Ramón. **Criterios para la formación de periodistas en la era digital**. 2000.

SALES, Ricardo Gonçalves de. **Políticas de respeito à diversidade sexual no ambiente de trabalho**: análise das percepções sobre o papel da comunicação em organizações participantes do Fórum de Empresas e Direitos LGBT. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

SANTOS, Natália De Toni Guimarães; FORTES, Isabel. Algumas considerações sobre o campo do biológico em Freud, Laplanche e Lacan. In: **Temática Psicol. Clin.**, v. 25, n.2, 131-149, jun. 2013. [Considerações sobre o biológico em psicanálise. Seção]

SCHMITZ, Aldo Antônio. As fontes nas teorias do jornalismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 33, 2010. **Anais...** Caxias do Sul: Intercom. 2010.

SCHWAAB, Reges. **Jornalismo em Tempos de Incertezas**. Íntegra. 06 maio 2020. Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/experimental/integra/2020/05/06/jornalismo-em-tempos-de-incertezas>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Rio Grande do Sul: Educação e Realidade, 1995.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n.1, p. 11-30, 2005.

SILVA, Edlene O.; BRITO, Alexandre M.M.C, Travestis e transexuais no jornal ‘Lampião da Esquina’ durante a ditadura militar (1978-1981). **Dimensões**, v. 38, p. 214-239, jan.-jun. 2017.

SILVA, Paulo Vasconcellos; ARAUJO-JORGE, Tania. Análise de conteúdo por meio de nuvem de palavras de postagens em comunidades virtuais: novas perspectivas e resultados preliminares. **CIAIQ2019**, v. 2, p. 41-48, 2019.

SOUSA, Jorge Pedro. **Por que as notícias são como são?** Construindo uma teoria da notícia. 2002. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.html>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SQUIRRA, Sebastião. Convergências tecnológicas, mídias ativas e espiralação de conteúdos jornalísticos. In: D’ANDRÉA, Carlos; LONGUI, Raquel (Org.). **Jornalismo convergente**: reflexões, apropriações, experiências. Florianópolis: Insular, 2012. p.107-124. Disponível em: <https://comtecprou.files.wordpress.com/2013/05/convergc3aancias-tecnolc3b3gicas-mc3addias-aditivas-e-espiralac3a7c3b5es-jornalc3adsticas-livro-jortec-sbpjor-publicado-2012.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2022.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993. p. 74-90.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**, volume I. Porque as notícias são como são. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VERAS, Elias F. Travestis: visibilidade e performatividade de gênero no tempo farmacopornográfico. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p -347-358.

VIEIRA, Helena; FRACCAROLI, Yuri. Violência e dissidências: um breve olhar às experiências de repressão e resistência das travestis durante a ditadura militar e os primeiros anos da democracia. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. P. 357-378.

VIEIRA, Helena; LOUREIRO, Gabriela. Gênero: tudo que você sabe está errado. **Revista Galileu**, 17 maio 2016. Revista. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2016/05/tudo-o-que-voce-sabe-sobre-genero-esta-errado.html>. Acesso em: 12 jul. 2020.

VIEIRA, Willian. A luta nunca termina. **Revista Gama**, 28 jun. 2020. Semana. Disponível em: <https://gamarevista.com.br/semana/orgulho-de-que/linha-do-tempo-direitos-lgbt-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em: 7 abr. 2021.

WEBER, Carolina T. Gatekeeper e gatewatching – repensando a função de selecionador no webjornalismo. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 11, 2010. **Anais...** Novo Hamburgo: Intercom, 2010.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira L (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000. p. 35-82.

WHITE, David M. The Gatekeeper: A case study in the selection of news. *Journalism Quarterly*, v. 27, n. 4, 1951. In: TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Porque as notícias são como são. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

ZUCCHI, Eliana Miura; PAIVA, Vera Silva Facciola; FRANÇA JUNIOR, Ivan. Intervenções para reduzir o estigma da Aids no Brasil: uma revisão crítica. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 3, p. 1067-1087, 2013.